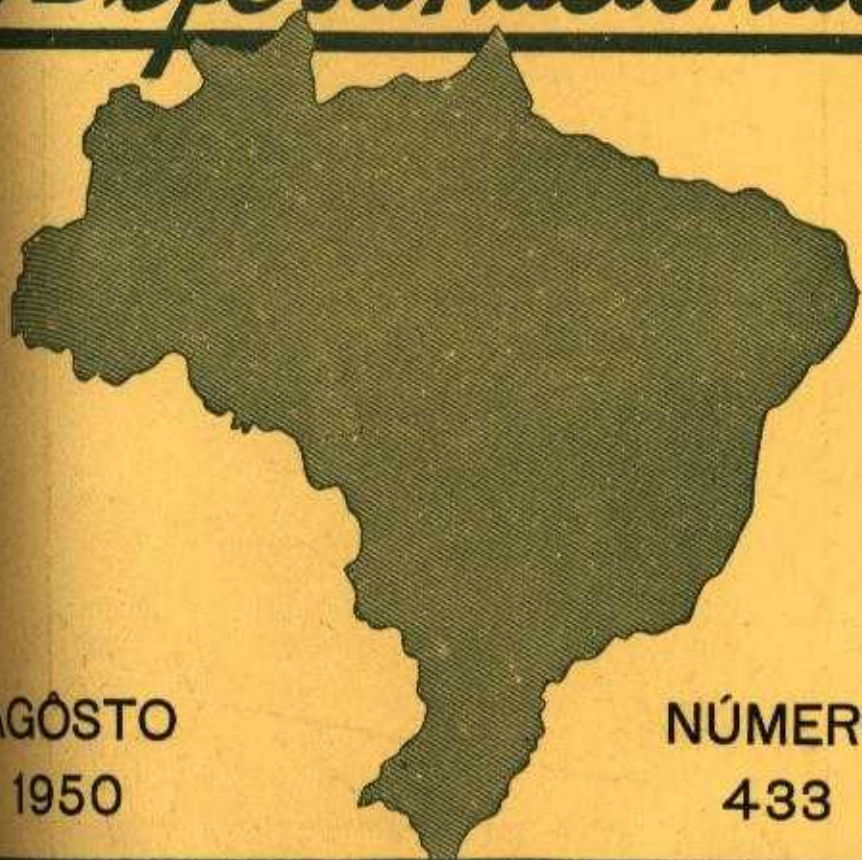


A Defesa Nacional



AGOSTO
1950

NÚMERO
433

Coronel **RENATO BAPTISTA NUNES**, Diretor-Presidente.
General **ANTONIO DE CASTRO NASCIMENTO**, Diretor-Gerente.
Ten.-Cel. **ALBERTO RIBEIRO PAZ**, Diretor-Secretário.

RIO DE JANEIRO

BRASIL

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Ano XXXVII

BRASIL — RIO DE JANEIRO, AGOSTO DE 1950

N. 433

SUMÁRIO

	Págs.
Editorial — Homenagem a Caxias.....	3
ASSUNTOS DE CULTURA PROFISSIONAL	
Justiça Militar — VII — Cel. Niso Montezuma.....	5
Conselhos aos instrutores novos — Ten.-Cel. Paulo Enéas F. da Silva.....	15
A Artilharia no ataque (A.D. e A.C.Ex.) — Major Orígenes de Soledade Lima, Major João Francisco Moreira Couto, Major Nelson Mesquita de Miranda, Major José de Azevedo Silva e Cap. Nilton Freixinho.....	19
A Cavalaria nos destacamentos móveis — Tradução do Cap. Achilles Galloti Kehrig.....	31
A harmonia das Forças Armadas — Tradução do Cap. Oscar J. Bandeira de Melo.....	35
ASSUNTOS DE CULTURA GERAL	
Problemas do Brasil — IV — O papel das bases estratégicas do nordeste na política externa brasileira — Ten.-Cel. Adalardo Fialho.....	47
A pátria e o oficial — Continuação — Ten.-Cel. Aluizio de M. Mendes.....	57
Paz ou guerra? — Cap. Tácito Teófilo.....	63
Economia e Finanças :	
Pensamentos de um economista — Cel. J.B. Magalhães.....	67
A economia sul-americana através do tempo — Major João Baptista Peixoto	69
GEOGRAFIA E HISTÓRIA MILITAR	
Centenário da morte de um herói sul-americano (General José de San Martín).....	73
San Martín — O homem que renunciou — Major Gerardo L. do Amaral....	75
O carvão nacional e o seu futuro — Ten.-Cel. Irapuan Xavier Leal.....	79
Apontamentos para a História da 3ª Região Militar — Continuação — Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva.....	83
O estudo da história militar — Ten. José Murilo Beurem Ramalho.....	95
OPINIÕES	
A aparente fortaleza mosecovita — Gen. Felício Lima.....	97
As portas do nosso Clube — Ten.-Cel. J.H. Garcia.....	100
Os problemas do Serviço de Saúde. As suas reservas — Ten.-Cel. Dr. A. Sette Ramalho.....	101
A criação do cavalo militar : Recria de potros — III — Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro.....	103
Da tropa — O ante-projecto de Lei de Promoções — Cap. Carlos Coary de Iracema Gomes.....	105
DIVERSOS	
Português sem mestre — Sgt. Geraldino Maronês.....	109
Notícias militares.....	115
Noticiário & Legislação.....	119



EDITORIAL

CAXIAS, O MAGNÂNIMO

Em 1808, ano em que o jovem Luiz Alves de Lima — o futuro Duque de Caxias —, atinge a idade de ser declarado cadete, a estrêla de Napoleão começa a declinar e a de Wellington a surgir, no cenário militar do mundo.

Essa circunstância, aparentemente sem relêvo, parece ter exercido certa influência na vida do patrono do Exército Brasileiro.

Sabe-se que foi na península, isto é, na Espanha, que as armas do grande corso, até então invencíveis, experimentam o primeiro revés tático, cuja repercussão, tanto estratégica como psicológica, escapa a todo prognóstico.

1808, marca, com efeito, o vértice da trajetória política de Bonaparte, que, nessa ocasião, sendo talvez o único a vislumbrar o fim, procura, com todos os recursos de sua astúcia, evitar o desastre, que mais tarde ocorre, em Waterloo.

Wellington é apenas, por essa mesma época, um chefe militar cuja fama ainda não havia ultrapassado o âmbito do Exército Britânico. Coube-lhe, como se sabe, a importante tarefa de organizar a resistência dos povos ibéricos contra a ocupação francesa de uma parte da Europa Ocidental, considerada de importância essencial aos interesses marítimos da velha Albion, tanto no Atlântico como no Mediterrâneo. Sua atuação brilhante, quer se encare do ponto de vista político, quer do ponto de vista militar, pertence à História.

Entre os dois grandes chefes militares do Ocidente há, entretanto, uma grande diferença, quanto aos objetivos.

Napoleão usa a força para fins políticos, quer no âmbito nacional quer no europeu. Wellington utiliza a política para fins militares, exclusivamente no círculo internacional.

Wellington jamais constitui uma ameaça para as instituições políticas de seu país ou para a soberania dos países onde é chamado a atuar, como comandante em chefe. Napoleão, ao contrário, constitui um perigo que progressivamente avassala, pri-

meiro a França, depois seus vizinhos e, por fim, a quase totalidade da Europa.

A vida militar e política do nosso inolvidável Duque de Caxias tem tantos pontos de semelhança com a do insigne Duque de Ferro, que se poderá dizer que ambos são soldados da mesma escola.

Wellington é, sucessivamente, comandante em chefe, na Espanha e nos Países Baixos, e primeiro ministro, no período da conjuração da grave depressão econômica, que sucedeu às campanhas napoleônicas, estabelecendo assim as bases da esplendorosa era vitoriana, considerada o apogeu do Império. Caxias é, sucessivamente, presidente de província e comandante de armas, comandante em chefe, no Uruguai e no Paraguai, e presidente do conselho no grave período da consolidação da unidade nacional e no da afirmação do Brasil como potência americana.

No ambiente agitado da América do Sul do século XIX, no qual o surto de caudilhismo militar é notável, Caxias realiza o tipo de chefe que se eleva por sua conduta retilínea, quer no cenário do Império, quer do Continente.

O traço político da personalidade militar de Caxias é o respeito ao cidadão, respeito à tradição, respeito à sociedade.

Sua modelar vida pública é cheia de lances que atestam o espírito equilibrado e clarividente de grande chefe, que não perde a visão dos acontecimentos, nem se deixa arrastar por entusiasmos ocasionais.

De todos os gestos de Caxias, aquele que teve por cenário Bagé, no término da Guerra dos Farrapos, em 1845, é o que mais dignifica a memória do grande soldado, pelo fato de revelar o traço de magnanimidade do vencedor do Poncho Verde.

De fato, ao chegar àquela longínqua cidade da fronteira meridional, recém-terminada a campanha das armas, cheio de confiança em si próprio, com a personalidade exaltada pelo triunfo alcançado, aclamado por seus partidários, o então Barão de Caxias torna-se o artífice da pacificação dos espíritos, quando, ao ter conhecimento da realização do Te Deum da Vitória, surpreende a todos com a resolução de, em seu lugar, ser levado a efeito o Requiem pelas almas dos mortos, imperiais e republicanos, da luta fratricida, que, por tão longos anos tanto abalara o Brasil.

"A glória de vencer, tu a tens em comum com os soldados. ó Cesar: glória de perdoar é somente tua".

JUSTIÇA MILITAR

Cel. NISO MONTEZUMA
(Cmt. do Regimento Tiradentes)

VII

IV — CONSELHOS NAS UNIDADES

Somos de parecer que as atuais e absorventes condições da vida e o aspecto cada vez mais complexo da atividade militar tornam-na de franca tendência para a especialização.

A par disso, os modernos princípios que norteiam a organização do trabalho não poderiam excluir os militares, sem lhes negar humana condição, das regras de higiene e de reparador repouso a observar. Além disso é preciso assegurar-lhes tempo indispensável para cuidar do seu preparo próprio (Estatuto dos Militares, artigo 25 j) e, tanto quanto possível, para meditar e prever a fim de bem organizar e prover a ação funcional.

Em consequência, o exercício da atividade militar está a requerer medidas que aliviem o combatente de antigos encargos, atribuídos por extensão de atribuições, quando o estado incipiente de certos serviços os exigiam e as condições do trabalho os comportavam. Mas hoje os serviços têm, em regra, o desenvolvimento suficiente.

Assim, não parece justo que a distribuição das atribuições permaneça estacionária, sem acompanhar a evolução havida, com prejuízo para o executante e para o próprio serviço militar. Este, como qualquer outro, quando entregue às contingências da rotina sofre as inconveniências da improvisação, sob a pressão enervante do curto prazo, do volume e da variedade, circunstâncias que o tornam tumultuário e dispersivo, estafante e im-

perfeito, desanimador e improdutivo. Não dá prazer ao executante que, raramente, dispõe de tempo para bem sentir os problemas e, menos ainda, para se empolgar com o trabalho, como seria de desejar. Entim, medidas que proporcionando condições favoráveis, permitissem exigir rendimento e qualidade construtiva do trabalho.

Dentre outras atribuições que sobrecarregam o já assoberbante trabalho dos oficiais arremetidos estão esses conselhos.

É notório, e se dúvida houver, uma estatística provará, que os processos de insubmissão e deserção de praças, sobretudo aqueles, constituem o maior movimento do foro militar.

Pois é precisamente esse peso principal que foi lançado sobre os Corpos de Tropa. Mas o tempo decorrido já é suficiente para evidenciar que o encargo deslocado de seu verdadeiro âmbito, que é a Justiça Militar, a ela deve retornar principalmente nesta época absorvente de especializações, em que os militares precisam entregar-se à sua verdadeira finalidade, estudando e meditando os ensinamentos da guerra, sem dispersão de esforços em seara alheia.

Além disso da feição que se pretende dar a esses Conselhos, como órgãos do Poder Judiciário, decorrem inconveniências, que robustecem esse ponto de vista.

1. Argumenta-se dizendo que "o peso principal que foi lançado sobre os Corpos de Tropa não resulta do anteprojeto".

"O Código de Organização Judiciária e Processo Militar (Decreto n. 14.450, de 30 de outubro de 1920. Decreto n. 15.635, de 26 de agosto de 1922. Decreto número 17.231-A, de 26 de fevereiro de 1926) atribui ao Conselho Permanente de Justiça o julgamento dos processos por crime de insubmissão e de deserção no Exército".

"Surgiram os clamores das autoridades militares".

"O julgamento realizava-se nas sedes das Auditorias, sedes que, em geral, não coincidiam com as das Regiões Militares".

"Era a concentração em massa na sede da Região e da Auditoria dos insubmissos e desertores pertencentes a unidades estacionadas em todas as localidades da Região Militar. Era a impossibilidade material de julgamento rápido. Era o transporte por escolta. Era o pagamento de diárias. Era a perturbação geral no serviço dos Corpos de Tropa".

"Estava, em 1934, reunida a Comissão para estudo da reforma do Código da Justiça Militar e o representante do Exército sugeriu, em nome do Estado-Maior, a criação de Conselhos de Justiça nos Corpos de Tropa. A Comissão não aceitou a sugestão".

"Não obstante, o Governo decidiu instituir o Conselho de Justiça nos Corpos (Decreto n. 24.803, de 14 de julho de 1934) e esses Conselhos continuam em funcionamento até a presente data. O Código atual manteve a mesma situação de 1934 e essa situação foi extensiva à Aeronáutica".

"A Marinha conservou o julgamento dos desertores nas Auditorias e agora pretende, pelo seu representante, o julgamento também nos Corpos".

"O anteprojeto conserva a situação estabelecida desde 1934:

— admitiu a faculdade de nomeação de Conselhos Extraordinários, além do normalmente organizado, dissolvendo-se após o julgamento do último processo, e assim admitiu para evitar que nas unidades se aglomerassem desertores e insubmissos sem julgamento, donde

resulta que não se verificando a necessidade da nomeação do Conselho Extraordinário, este não será constituído. Há em alguns Corpos Conselhos Extraordinários, sem lei, e por determinação do Comando";

"— não aumenta sem necessidade o tempo de duração dos Conselhos de Justiça nos Corpos, pois que o serviço de justiça nos Corpos, como outros, não sacrifica as possibilidades profissionais dos oficiais".

2. De fato, a situação alegada existiu no momento em que se adotou o julgamento dos insubmissos e dos desertores nas unidades.

Mas tal providência não constitui uma solução. Apenas transferiu o problema.

O Boletim do Exército n. 46, de 1936, entre outras medidas, estabeleceu que, por motivo de ordem econômica ou de facilidade do respectivo processo, o insubmisso pode ser transferido de um para outro corpo, onde se organizará o competente Conselho de Justiça.

Depois o atual Código da Justiça (art. 18, § 3º) previu a possibilidade da transferência do insubmisso, caso não houvesse, na unidade, oficiais em número suficiente para a formação do Conselho.

Assim, dentro do que está estabelecido, e de acordo com as conveniências do serviço, os Comandantes de Região poderão determinar que os insubmissos apresentados sejam encaminhados para os Corpos que tiverem sedes coincidentes com as das auditorias. Se, porém, o número deles for tal que desaconselhe a sua concentração num só ponto, outros locais poderão ser designados para tal fim e para os quais se deslocará, sucessivamente, o elemento necessário nas condições previstas pelo atual Código da Justiça Militar, no

"Art. 16. Quando o acúmulo de serviço na sede das auditorias privativas do Exército for tal que impossibilite ao auditor e ao promotor de se transportarem para fora dela, o auditor convocará o respectivo suplente e o adjunto de promotor para funcionarem no

conselho que se houver de organizar, fora da sede da auditoria. Esse conselho assim organizado, se dissolverá, uma vez concluídos os processos a ele atribuídos, e que constarão da portaria de convocação do suplente de auditor".

Assim haverá uma solução adequada ao ambiente, proporcionando treinamento aos suplentes, sem sobrecarregar o trabalho nos Corpos, desviando a atenção dos oficiais dos afazeres propriamente militares, num momento de evolução em que o aparecimento do novo armamento está a exigir cuidados especiais para o preparo técnico e físico dos quadros.

Há também, a considerar o prejudicial reflexo no trabalho dos oficiais de estarem eles nos campos de instrução mais preocupados com as punições que poderão advir em consequência de um julgamento no quartel do que com o desenvolvimento do tema do exercício.

Pelo exposto ressalta que a organização dos Conselhos de Justiça nas unidades, para o processo e julgamento dos crimes de insubmissão e deserção não resolveu o problema. Transferiu-o, fazendo sanar uns inconvenientes para causar outros.

Além dos já citados, há a considerar que tais conselhos não poderão ser mantidos em tempo de guerra, de grave comoção intestina ou de manobras criando um outro problema qual seja o de "como fazer a passagem dos processos desses Conselhos, por ocasião da mobilização, para os Conselhos de tempo de guerra".

Em todo o caso o assunto seria mais acertadamente resolvido se se provocasse o pronunciamento, a respeito, de um certo número de Comandantes de Corpo, desta Capital e do interior.

3. Mas se esses Conselhos continuarem nos Corpos haverá que observar mais o seguinte:

a) Art. 26. No caso de acúmulo de processos o Comandante da unidade poderá, também, determinar a organi-

zação de outros Conselhos Extraordinários e distribuir os processos aos respectivos Conselhos, dissolvendo-se o Conselho Extraordinário após o julgamento do último processo.

Essa extensão ameaça desvirtuar a verdadeira finalidade dos Corpos de Tropa, uma vez que "o Serviço Judicial pretere qualquer outro" (art. 16)... Não é situação que se deva criar para os Comandantes. Eles bem sabem das dificuldades com que lutam, mas os que estão de fora poderão não compreendê-las e acharem que outros Conselhos poderiam ter sido nomeados... Parece ser preferível a seguinte redação:

Art. 26. No caso de acúmulo de processos, o Comandante da Unidade poderá, também, dispensar os membros do Conselho dos demais encargos e designar mais de um escrivão. Essa situação cessará após o julgamento do último processo.

Dessa forma, sem os mesmos riscos, aumentar-se-á a intensidade sem ampliar a extensão...

b) Art. 25. Os oficiais serão designados pelo Comandante ou autoridade correspondente, mediante escala, para exercerem, por um quadrimestre a função de juiz militar do Conselho de Justiça.

Aumenta, sem necessidade nem proveito para a Justiça, de três para quatro meses a duração dos Conselhos, diminuindo assim, por maior tempo, as possibilidades propriamente profissionais dos mesmos oficiais, prejudicando a instrução das subunidades a que eles pertencerem, principalmente durante o primeiro período.

c) Art. 52. São extensivas ao Presidente do Conselho as disposições do art. 45.

Art. 45. Ao Presidente do Conselho compete:

II) nomear defensor ao acusado, que não o tiver, se este não preferir defender-se.

Art. 420.....

Parágrafo único. O Presidente do Conselho designará um oficial para servir de defensor do acusado, que não o tiver, de preferência um oficial da unidade.

Eis um conjunto de dispositivos que ferem os princípios de subordinação. E tanto mais graves quanto aquela redação "de preferência um oficial da unidade" permite admitir "que ele pertença a outra unidade, conforme as circunstâncias".

Não é possível, nem dentro da mesma unidade, quanto mais noutra!!!

Por força do próprio anteprojeto os oficiais serão designados pelo Comandante, mediante escala (artigo 25). Servir de defensor é serviço. No Exército, por exemplo, cabe ao subcomandante do Corpo escalar os oficiais para os serviços gerais e extraordinários do corpo (n. 8 do art. 57 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, aprovado pelo Decreto n. 6.031, de 26 de junho de 1940) assim como cabe ao respectivo comandante — por iniciativa sua ou por determinação do Comandante da Guarnição ou da autoridade superior — escalar o serviço externo.

Nestas condições não pode o Código da Justiça atribuir a um Capitão autoridade para designar outro oficial, de preferência da unidade, para um serviço — dentro ou fora da unidade, por conseguinte — desprezando as normas estabelecidas, rompendo os liames hierárquicos, deixando à margem os superiores legítimos...

Imagine-se um oficial designado para certo serviço pelo seu comandante e para defensor pelo capitão presidente do Conselho: este terá prioridade? Pelo art. 16, tem. E no caso do Comandante não concordar? Deve prevalecer o ato do capitão, como órgão de Poder Judiciário ou a respeito será ouvido o D.A.S.P., como já aconteceu numa desinteligência havida entre um General Secretário Geral e um Suplente de Auditor?

Pobre do Exército que admitir duas vontades dentro de um mesmo

Corpo a que a tradição e a experiência também chamam de Unidade, para traduzir o que é todo, qualidade do que é um único, só ou sem partes, em contraposição à pluralidade. E uma unidade tem ambiente por demais restrito para que dentro dela funcionem vários poderes independentes, ainda que harmônicos.

O que deve ser estabelecido é que o defensor seja, em princípio, o Comandante da Subunidade a que pertencer o acusado e, em seu impedimento, um subalterno da mesma subunidade ou outro oficial do Corpo, designado, em boletim, pelo respectivo Comandante, por solicitação do Presidente do Conselho e mediante escala.

Inaceitável é a alegação de já constar do Código atual (art. 264, § 4º) idêntico dispositivo. Isto não quer dizer que esteja certo ou que não deva ser corrigido nesta oportunidade. O fato é que os dispositivos do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, mostram, claramente, que as normas de subordinação não permitem conferir a um capitão aquelas atribuições visto como:

— elas são do subcomandante e sua autoridade, sob nenhum pretexto, poderá ser esquecida por um seu subordinado;

— não se deve colocar um subcomandante ou comandante — de corpo ou de guarnição ou autoridade superior — na contingência de, antes de designar um oficial para serviço, ter de consultar ao capitão presidente do Conselho se o está ocupando ou se o vai ocupar;

— não é de se esperar que um capitão proceda de tal forma quebrando todas as normas de subordinação e disciplina, nem que a isto se sujeitem as autoridades a que ele estiver subordinado;

— mas nem por isto se recomendam no Código da Justiça dispositivos que possam dar margem a ações desabusadas ou que, por inexecutíveis e inadequadas, se possam transformar em elementos perturbadores da disciplina;

— não é possível que os princípios de subordinação obriguem um

Comandante a dar suas ordens e instruções, sempre que possível, por intermédio do Subcomandante ou do fiscal administrativo (R.I.S.G., art. 55, n. 58) e se confira a um capitão, seu comandado, poderes para designar oficiais;

— não é possível que o mesmo Código que exige a nomeação de um sargento para servir de escrivão de inquérito seja feita pela autoridade (art. 130) estabeleça que um capitão, a seu bel prazer, lance mão de um oficial;

d) Também não é possível que um capitão presidente de Conselho dirija um alvará de soltura determinando a um Coronel que ponha em liberdade, etc.!. . . (art. 427, 421 e 377). Deverá participar ao Comandante a decisão e, em consequência, solicitar que o acusado seja pôsto em liberdade ou mantido em prisão, tal como está no art. 264, § 10º do Código Atual, que deverá ser conservado nesse particular.

e) "Art. 422. O Presidente do Conselho de Justiça remeterá o processo à respectiva Auditoria dentro do prazo de três dias, e o juiz auditor ordenará a intimação de decisão ou sentença ao Promotor, ou ao Advogado de Ofício, conforme o caso, para o efeito da interposição do recurso".

São bem mais claros os dispositivos que regulam o assunto nos arts. 261 a 265 do Código da Justiça atual.

Do "Formulário" (1) aprovado e mandado observar pelo Decreto n. 71, de 27 de fevereiro de 1935 (Boletim do Exército n. 27, de 15 de maio de 1935), consta:

"XXVII — Remessa — Aos ... dias do mês de ... do ano de ... (por extenso), nesta cidade de ... faço remessa destes autos ao Sr. Dr. Auditor da Auditoria da ... Região Militar, por intermédio do Sr. Comandante do ..."

"XXVIII — Ofício de remessa (Modelo adotado do

Comandante do Corpo ao Auditor). . ."

O art. 422 do anteprojeto persiste no erro em vez de adotar o que está estabelecido certo, pretendendo que a remessa deixe de ser feita por intermédio do Comandante do Corpo.

Ora, se a designação do Conselho é feita pelo Comandante do Corpo em "Boletim Interno", mediante escala constitui uma "ordem de serviço" (art. 179 do Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, Decreto n. 6.031, de 26 de julho de 1940) e, como tal, uma vez obedecida, o seu cumprimento deverá ser levado ao conhecimento da autoridade que o designou, em obediência ao Regulamento Disciplinar do Exército (Decreto n. 8.835, de 23 de fevereiro de 1942), que estabelece:

"Art. 13. As transgressões a que se refere a letra a) do parágrafo único do art. 12, são:

15. Deixar de comunicar ao superior a execução de ordem dele recebida".

Logo, por princípio de hierarquia e de subordinação a remessa não poderá deixar de ser feita por intermédio do Comandante do Corpo, o qual, também, deverá julgar o trabalho dos seus comandados. Além disso, o já referido R.I.S.G. prescreve:

"Art. 47. Na correspondência oficial será observado o seguinte:

3. o trânsito da correspondência obedecerá rigorosamente à ordem hierárquica das autoridades, salvo nos casos de exceção expressamente declaradas em regulamentos e instruções especiais".

E quando assim não fôsse por força dos preceitos de disciplina e de subordinação, sê-lo-ia pela circunstância de não ter o Capitão

(1) De nossa autoria.

Presidente do Conselho nem franquia postal-telegráfica nem verba para aquisição de material de expediente...

e) "Art. 64. O juiz, em geral, não pode exercer jurisdição no processo, quando:

II — éle próprio houver desempenhado qualquer dessas funções, tiver dado parte oficial do crime, ou servido de testemunha";

O anteprojeto omite, no Livro III, Título IV, Capítulo III, a seguinte disposição do Código atual:

"Art. 264, § 2º. Se nesse conselho funcionar, como juiz, oficial que tenha dado a parte acusatória, assinado o respectivo termo de deserção ou de inventário, será éle substituído no processo em que se achar impedido".

Em relação ao não aprovado anteprojeto de 1945, serviu de pretexto para isso a alegação de que "o anteprojeto eliminou os casos de incompatibilidade para o exercício das funções de juizes nos Conselhos dos Corpos, previstas no art. 264, § 2º do Código atual, primeiro,

porque a incompatibilidade era mais teórica que real, e, em segundo, considerando o efetivo das unidades com faltas de oficiais".

Realmente, a falta de oficiais poderia servir de justificativa neste caso se tivesse sido sempre considerada no anteprojeto e não só depois de ter sido anotada por quem o apreciou. Mas, além dessa circunstância, se o art. 64, n. II do anteprojeto dispõe que o juiz em geral, não pode exercer jurisdição no processo em que tiver dado parte oficial do crime, ou servido de testemunha, não eliminou — como se diz — as incompatibilidades de quem tiver assinado a parte acusatória, o termo de deserção ou inventário... Apenas tornou obscuro o que estava claro e deu expansão à notável fobia pela terminologia militar eliminando desde logo as consagradas expressões "parte acusatória", "termo de deserção" e "inventário"...

f) Aliás, talvez por causa disso mesmo, os arts. 261 a 265 do Código atual, em comparação com os correspondentes do anteprojeto, poderiam ser vantajosamente mantidos, na essência, se fossem convenientemente adaptados.

CÓDIGO ATUAL

Art. 263. Vinte e quatro horas depois de se verificar a ausência de alguma praça (cadete, sargento, graduados ou soldado) o comandante da respectiva subunidade apresentará uma parte circunstanciada da qual, encaminhada imediatamente ao comandante do corpo ou chefe do estabelecimento ou repartição, dará lugar à designação, feita em boletim, de dois oficiais de patente para assistirem o inventário dos objetos deixados e dos extraviados pelo ausente, e que será feito pelo comandante da subunidade, dêle se lavrando um termo assinado por éle e pelas testemunhas.

Vê-se que o art. 415 (que é o mesmo do anteprojeto recusado em 1945) procura modificar o que está

ANTEPROJETO

Art. 415. Vinte e quatro horas depois de verificada a ausência de alguma praça, o comandante da respectiva subunidade, o encarregado da divisão ou autoridade correspondente, procederá o inventário dos objetos deixados e os extraviados pela praça, pertencentes à Fazenda Nacional, especialmente arma do serviço, assinando o termo de inventário, com duas testemunhas, e, em seguida, dará parte ao comandante da unidade sobre a ausência ilegal e suas circunstâncias.

bem no art. 263 do Código atual, trazendo confusão, contrariando o que a prática já sancionou: pri-

meio a *parte de ausência* na qual, também, o Comandante da subunidade solicita a designação de duas testemunhas para o inventário e não o próprio capitão responsável pelo material, escolher quem testemunhe o desaparecimento de objetos pelos quais a ele cabe zelar!

Outrossim, em vez de se procurar apagar seria mais adequada a feição militar do Código a conservação da tradicional e consagrada terminologia: *parte de ausência*, *parte acusatória*, *parte de recondução*, etc.

A essas objeções respondeu-se:

— "Não há confusão no dispositivo do art. 415. O Comandante da subunidade logo que verificar a ausência de praça por mais de 24 horas, age, desde logo, procedendo a inventário, e, após isso, dá a sua parte ao comandante, que ordenará a lavratura do termo de deserção".

— "Quanto à terminologia militar — *parte de ausência*, *parte acusatória*, *parte de recondução* — é necessário não esquecer que o Código da Justiça Militar é destinado ao Exército, à Marinha e à Aeronáutica e a terminologia, tanto quanto possível, deve ser de forma geral, cautela a observar no exame de todos os dispositivos do Código".

A resposta foi tão infeliz que valeu por mais uma triste confissão de desconhecimento do meio para o qual se legisla!

Há confusão. Ao Comandante da subunidade compete "*providenciar*", de acordo com as normas regulamentares, para que se mantenham completas as dotações de material da subunidade, especialmente quanto a armamento, equipamento e demais material necessário à instrução (Regulamento Interno e dos Serviços Gerais, artigo 156, n. 21).

Quem não desconhece a vida de caserna sabe que, quando havia deserção, as peças deixadas pelo desertor serviam de recurso para diminuir ou sanar faltas existentes, embora se fizesse constar que haviam sido levadas por ele. Foi por isso que se adotou só abrir o respectivo armário (mala), ou nele mexer, em presença de duas tes-

temunhas estranhas à subunidade, designadas pelo Comandante do Corpo, no momento indicado pelo Capitão.

E tanto não está certa a inovação pretendida pelo anteprojeto que o insuspeito egrégio Superior Tribunal Militar, notando a constância daquelas faltas, restringiu a aplicação do dispositivo do Código Penal de 1891, segundo o qual:

"Art. 36. No crime de deserção são ainda circunstâncias agravantes:

§ 2º. levar o criminoso consigo armas, ou qualquer objeto de propriedade nacional, ou subtraído a camarada ou companheiro de serviço".

Decidiu que:

— "a circunstância de haver o reu levado, ao desertar, diversas peças de fardamento e um par de perneiras não constitui agravante, segundo a jurisprudência do Tribunal (Apelação n. 583, Boletim do Exército n. 287, de 1926)";

— "a agravante do art. 36, § 2º do Código Penal Militar, para ser reconhecida, precisa ser provada por testemunhas, confissão ou qualquer outro meio de prova, não sendo suficiente para tal a simples menção no inventário de que do fardamento não vencido foram extraviadas certas e determinadas peças (Acórdão de 16-1-1922, Apelação n. 97, "Diário Oficial" de 19-IX-1933).

Essas duas decisões foram revalidadas no "formulário" aprovado pelo Decreto n. 71, de 27 de fevereiro de 1935.

Fica, assim, insofismavelmente provada a primeira parte. Passemos à segunda ou, seja, a questão da terminologia.

Aquêle mesmo formulário apresenta: "IV, b) Deserção: a) *Parte de ausência*; b) *inventário*; c) *parte acusatória*".

O Formulário do Inquérito Policial-Militar da Armada", organizado por Melchisedek Jehovah de Brito, escrivão da Justiça Militar, em seu anexo IV, trata da "Deserção na Armada" e lá se encontram:

parte de ausência; termo de inventário e uma parte a que não dá nome mas em termos idênticos aos que, no Exército, chamamos de parte acusatória.

A Aeronáutica adota, "in-totum", o Formulário de Exército (Decreto-lei n. 3.020, de 1 de fevereiro de 1941, "Diário Oficial" de 4-II-941).

Nestas condições e considerando que o Código atual, em seu art. 266, § 3º, dispõe que, na Armada "comprovada a deserção, será imediatamente excluído o desertor do serviço ativo" e que "nenhum acusado por crime de deserção ou insubmisso será julgado à revelia" (artigo 203), conclui-se que a resposta foi dada sem fundamento e não tem cabimento.

Aquela terminologia pode e deve ser comum: a praça ausentar-se; consoma a deserção e, em consequência é excluída; para ser julgada tem que ser reincluída e, portanto... reconduzida.

f) Art. 24. O Conselho de Justiça constituir-se-á de três oficiais *dentre aqueles em serviço na unidade, quartel ou corpo*, sendo um do posto de Capitão ou Capitão-Tenente, presidente, e dos demais subalternos, de preferência *primeiros tenentes*, o mais antigo servindo de relator.

Parágrafo único. Servirá de escrivão um sargento da unidade para esse fim designado.

Nota-se, claramente, que o desconhecimento do meio tornou a redação tateante.

O anteprojeto recusado em 1945 não se havia apercebido da grande falta de subalternos com que então lutava o Exército e alterou, para pior o dispositivo correspondente do Código atual, que estabelece:

"Art. 18. Os Conselhos de Justiça nos Corpos, formações ou Estabelecimentos do Exército, para julgamento de desertores ou de insubmissos, serão constituídos por um capitão, como presidente, e dois oficiais de preferência de patente inferior à do presidente, sendo relator o que se seguir em graduação ou antiguidade a este. Servirá de escrivão um

sargento designado pela autoridade que houver nomeado o Conselho".

A comparação dos dois textos transcritos faz ressaltar que a redação do Código atual, pela sua flexibilidade, é a melhor e tanto serve para o Exército como para a Marinha e a Aeronáutica: permite que, de acordo com as circunstâncias, o Conselho seja constituído por um capitão e dois subalternos ou por mais de um capitão, além de esclarecer que o sargento escrivão será designado pela mesma autoridade que houver nomeado o Conselho, pormenor que o anteprojeto deixa na obscuridade.

A redação do anteprojeto ainda merece outros reparos. É claro que, para serem designados pelo Comandante do Corpo, a este deverão pertencer os oficiais que constituam o conselho. Se, entretanto, a expressão "*dentre aqueles em serviço na unidade, quartel ou corpo*" contiver a intenção de permitir a designação de oficiais da reserva para tais conselhos, mister-se torna distinguir os que se acharem em estágio de instrução dos que forem convocados para o serviço como aconteceu durante a última guerra. Neste último caso caberá considerar o tempo de serviço julgado suficiente para possuir mentalidade conveniente aos interesses das Forças Armadas, durante tais processos e consequentes julgamentos.

Outro aspecto da redação é o em que se refere a subalternos "*de preferência primeiros tenentes*".

Já não está de acordo com a evolução havida de 1945 a esta data.

Realmente o Decreto-lei n. 4.130, de 26 de fevereiro de 1942 (Lei do Ensino Militar) estabelece na parte final do art. 54:

"Essa determinação torna-se formal e pelo prazo de dois anos, para os aspirantes a oficial ou segundos tenentes, bem como para os primeiros tenentes médicos, não devendo os mesmos ser distraídos para emprego, comissão ou trabalho da

qualquer natureza,, fora das respectivas Unidades ou Formação de Serviço".

Em consequência está muito certo o dispositivo do anteprojeto que manda excluir da relação para constituição dos Conselhos, Especial e Permanente, os oficiais do posto de 2º tenente do quadro ordinário ou de aviadores (art. 9º, § 2º, VIII).

Mas não faz a mesma restrição no art. 24, que deverá em sua redação: por um lado respeitar os preceitos da Lei do Ensino e, por outro lado, incluir os 2º tenentes do Quadro Auxiliar de Oficiais, não havendo assim, razão para a preferência de primeiros tenentes.

g) O art. 420 manda fazer uma reunião especial para a leitura do termo de deserção, seguindo-se o interrogatório do acusado, que poderá indicar testemunhas, juntar documentos e requerer diligências. Tudo isso será simplificado e os processos terão andamento muito mais rápido com a conservação das razões de defesa, que o anteprojeto parece suprimir.

É muito mais fácil um defensor ouvir o acusado, redigir razões de defesa, juntando documentos, indicando testemunhas e requerendo diligências do que fazer-se uma reunião exclusivamente para esse

fim. As reuniões não são tão fáceis como parecem. Os membros do Conselho atuam dentro de um programa de instrução que raramente se torna igual para todos. Por isso o presidente, no intuito de conciliar necessidades do serviço, procura as melhores oportunidades, isto é, ocasiões em que os outros membros estejam dentro do quartel e não quando esse deve ir ao Stand de Tiro e outro deve realizar marcha externa...

Nessas condições poderia ser redigido mais ou menos assim:

Art. 420. Autuado o processo pelo escrivão será dado vista ao defensor para, dentro do prazo de três dias, apresentar as razões de defesa.

§ 1º. Voltando os autos ao presidente, este determinará a realização das diligências requeridas; designará dia e hora para serem ouvidas as testemunhas perante o conselho ou, na falta desses, para o julgamento.

§ 2º. O § 5º do Código atual;

§ 3º. O § 8º do Código atual, adaptado;

§ § 4º e seguintes, respectivamente os § § 9º a 12º do atual.

(Continua)

É MISTER CONQUISTAR A VIRTUDE ! . . .

"Sócrates, bom conhecedor dos homens, em plena rua nota a figura de Xenofonte. Desde logo intenta atraí-lo para a sua escola, escola de saber e virtudes. O meio que sua argúcia escolhe, é perguntar-lhe onde fica o mercado.

Xenofonte informa-o pressuroso. Sócrates, em seguida, informado sobre o lugar onde os homens adquirem as coisas necessárias à sua vida material, indaga se Xenofonte sabe onde se adquirem as virtudes... Xenofonte hesita na resposta... Sócrates então convida-o a segui-lo..."

"É claro que todo mundo ama a virtude, mas, porque é preciso conquistá-la à custa de trabalho, muitos a deixam de lado, desanimados ante o esforço a que é preciso dar-se para adquiri-la, sem verem as vantagens que ela oferece." — Xenofonte — Da Caça.

CONSELHOS AOS INSTRUTORES NOVOS

OBSERVAÇÕES COLHIDAS DO LIVRO "SPEECH FOR MILITARY SERVICE"

Ten.-Cel PAULO ENRAS F. DA SILVA,
Inst. Chefe na E. C. E. M. A. R.

I — SUMARIO

1. Você deve confiar em suas possibilidades.
2. Acredite no auditório.
3. Tenha sempre bom humor.
4. Cuidado com seus gestos e suas atitudes perante a classe.
5. Eduque sua voz. Isto não é difícil.
6. Prepare sua aula ou exercício. Jamais improvise.
7. A autocritica é boa; ouvir um amigo é sempre melhor.
8. Conclusões.

II — ESCUTE

1. Confie em suas possibilidades.

Se você aceitou a tarefa de ser instrutor é porque julgou, a priori, que estava em condições de cumpri-la. Além disso, aquele que o convidou ou o escolheu, deve ter feito, mesmo sumariamente, um exame a seu respeito; deve ter consultado outras pessoas sobre o seu valor; deve, enfim, ter rebuscado o seu passado.

Para que você se imponha a seus alunos é preciso, antes de tudo, que se imponha a si mesmo. É necessário autoconfiança.

O instrutor que manifestar indecisão, por certo desmerecerá o crédito de seus ouvintes. A confiança em si não deve, porém, ir ao extremo da egolatria e da presunção. Não vá você, ao contrário, passar ao outro extremo, da falsa

modéstia. Você será logo desmascarado.

Homens houve, e há, que pela posição que ocuparam, justificariam plenamente o sentimento egolatra. No entanto, o respeito a si próprios, aliado à modéstia, tornaram-nos exemplos de Chefes. Basta citarmos ROOSEVELT e CHURCHIL.

2. Acredite no auditório.

É muito comum e natural o receio que sente o instrutor novo ao enfrentar uma classe. Com o decorrer dos tempos isso desaparece. De aula para aula você perceberá a verdade desta observação.

Você deve convir no seguinte: aqueles que se sentam em uma sala para ouvi-lo, fazem-no em principio para aprender alguma coisa. A sua condição de instrutor ou de orador, coloca-o em posição vantajosa. O seu trabalho foi bem preparado e com antecedência. Você estará pois em melhores condições que o auditório. Reflita nisto. Você deve se apresentar a seus alunos confiante no sucesso de seu trabalho. Tenha presente que eles, no mínimo, serão condescendentes e ouvi-lo-ão com respeito e cordialidade.

Uma turma qualquer pode, no entanto, tornar-se hostil. Você poderá provocar tal situação se se apresentar agressivo, no modo de tratá-la. Em resumo, você é o responsável pelas reações do auditório. De sua maneira cordial e

afável, ou do tom agressivo ou zombeteiro de sua voz, decorrerá o ambiente de trabalho.

Você deve preocupar-se com o auditório e somente com ele. Procure fixá-lo com o seu olhar. Nada mais desagradável que perceber o orador "longe", enquanto fala à classe.

3. Tenha bom humor.

Este é um dos pontos delicados do problema. O bom humor é tão necessário ao instrutor quanto à turma. Mas o senso humorístico tem seus limites de propriedade. Não se deve abusar. Pode levar-nos ao ridículo.

O início de uma aula ou palestra pode ser através de uma anedota. Resta selecioná-la convenientemente. De outra feita, você deve incluí-la no decorrer da sessão. Mas tenha cuidado, não provoque gargalhadas.

Há assuntos, por vezes tão áridos que se tornam enfadonhos e deficiem de despertar o interesse do auditório. Recordo-me das aulas de armamento, em épocas passadas. Limitavam-se à desmontagem e montagem de certas armas. Ao fim de pouco tempo o desinteresse era geral.

Há sempre recursos para assegurar um ambiente agradável mesmo em se tratando de aulas de armamento. Conheci um oficial que oferecia à turma várias armas, umas desmontadas e outras completas. Propunha então o problema e deixava à iniciativa dos alunos o material. Antes porém tivera o cuidado de preparar incidentes nas armas intactas.

Os ardis assim montados davam margem a imprevistos os mais variados que despertavam verdadeiro entusiasmo nos alunos.

Na pedagogia moderna abusa-se mesmo da educação pela imagem. A escolha feliz dos meios auxiliares de instrução muito concorre para o êxito da tarefa.

4. Cuidados com seus gestos e atitudes.

A maneira porque você se apresenta à turma ou perante o auditório tem importância capital para

o desenvolvimento da sessão. Certamente você dirá: não estava em um teatro; porque tanta preocupação com isso? Cuidado, uma aula ou palestra não passa de uma "CONVERSA" entre você e seus ouvintes. Você já deve ter reparado num grupo de pessoas que discutem ou simplesmente palestram. Pois bem, recorde-se de que elas não se conservam imóveis o tempo todo. Gesticulam, tomam atitudes as mais variadas. De quando em vez, uma delas se afasta dos demais, levanta o braço, aponta o dedo em riste, etc. Para quê? Se você estivesse no grupo saberia logo: a necessidade de destacar este ou aquele pensamento; o desejo de dar ênfase a certas idéias. A pessoa que assim procedia buscava reforçar suas idéias com gestos e atitudes.

Perante um auditório procure fazer o mesmo. Admita que sua aula seja uma simples palestra. Faça os mesmos gestos que você faria se estivesse com esses mesmos ouvintes fora da sala. Não queira emprestar solenidade a um ato que deve ser o mais natural possível.

Tenho visto oradores que não sabem o que fazer com as mãos. Parece ao auditório que o locutor julga-as demasiadamente grandes ou feias e procura, por isso, escondê-las. Outros exageram os gestos.

A atitude sua deve ser de inteira correção. E acresça-se a ela o bem fardar. Nada mais chocante que uma farda mal posta. Caso mais grave ainda, sem o devido aseo. Você deve portanto mirar-se ao espelho antes de se apresentar em público. Poderá ver-se como será visto pelos seus ouvintes e desde logo fazer uma autocrítica. Nada de benevolências pessoais.

O espelho poderá servir-lhe também para o controle dos gestos. Recordo-me de um oficial que treinava continência diante do espelho antes de se apresentar à turma.

5. Eduque sua voz.

Se você fala muito baixo não será ouvido pelos que se sentam lá atrás no auditório. Se, ao con-

trário, você fala alto demais, vai chegar ao ponto de irritar a classe. Estude pois o seu modo de falar. Peça a um amigo que se disponha a ouvi-lo. E que lhe seja franco. Se for possível, grave sua voz e depois disponha-se a ouvi-la. Será talvez mais conveniente.

Falar em público ou numa sala não é a mesma coisa. Cada uma destas situações exige um tom de voz.

Lembre-se você de que não vai discursar. Nada pois de "Meus Senhores" dito em voz enfática, como ocorre nos comícios. Seja ponderado. Prefira dizer amistosamente "Senhores Oficiais" ou "Meus camaradas" segundo o grau de liberdade ou intimidade existente.

Você deve ter cuidado com a variação do tom de voz no decorrer da palestra. Não dê sempre o mesmo colorido às suas palavras. Fale ora mais alto ora mais baixo segundo a importância e o caráter das idéias e mesmo das palavras.

Para que você obtenha o timbre de voz conveniente, deverá fazer certos exercícios. A voz depende diretamente de sua capacidade respiratória e do controle dos nervos que dirigem a respiração. É muito comum, e você já deve ter apreciado, certos oradores, que falam desordenadamente, *perderem o fôlego* durante a exposição.

Você deve ter cuidado com a dicção de certas palavras. umas há que dão margem a cacófonos desagradáveis. Outras, afinal, cujo sentido ambíguo poderá desvirtuar sua idéia. Fale pois de vagar e construa mentalmente suas frases antes de expressá-las. Procure falar sem precipitação. Falando espaçadamente o seu auditório poderá melhor compreender o que você diz.

6. Prepare sua aula.

Mesmo os cérebros privilegiados necessitam de algum estudo antes de exporem seus pensamentos. Os oradores chamados natos, que impressionam as massas pela sua eloquência, não agem de improviso. Verdadeiramente falando, não há improvisações. Embora surpreendido, uma pessoa qualquer faz, li-

geiramente é verdade, um pequeno estudo do que tem a dizer. Isso se passa às vezes em segundos mas existe o trabalho intelectual. Pelo menos para coordenar as idéias fundamentais do tema que lhe foi proposto.

O instrutor que sabe o que vai ensinar ou dizer, não pode, pois, fugir à regra. E você não se iluda. Se o preparo foi deficiente, o auditório será o primeiro a descobrir. Você mesmo o denunciará, vacilando num ou noutro ponto. Evite portanto os dissabores de situações semelhantes.

O preparo da aula ou do exercício abrange: preparo intelectual e material. Ambos de grande valor. Você somente poderá começar o primeiro deles quando tiver bem fixado a finalidade do trabalho. Há indivíduos que começam uma palestra ou uma conferência e depois, em meio, divagam, sem saber como acabar.

Para interessar o auditório, é preciso apresentar-lhes as idéias e os conceitos, bem explicitamente. Convém pois que você faça, previamente, um esquema, focalizando os pontos principais. Você poderá grupá-los em 4 ou 5 itens, dividindo cada um deles em outros tantos sub-itens. Isso será o bastante.

Uma exposição puramente teórica torna-se enfadonha mesmo que você seja orador primoroso. Convém portanto que você ilustre sua aula seja com fatos concretos, seja por meio de quadros, filmes, etc., tendo em vista despertar o maior interesse do auditório.

Um esquema, o mais das vezes, diz melhor que várias páginas escritas ou faladas. Cuidado porém. Não abuse desses recursos. Você poderá perder-se entre eles.

O auditório precisa ser motivado para a aula que vai assistir. Para consegui-lo você deverá distribuir antes uma súmula. Este documento resumirá as idéias que você vai explanar em sala.

7. A autocrítica é boa. Ouvir um amigo é melhor.

Preparada sua aula, procure por si mesmo fazer a crítica. Seja se-

vero. Mas não exagere. Se você tiver um amigo em que possa confiar, entregue-lhe o seu trabalho e peça-lhe que o examine com cuidado. Diga-lhe, porém, desde logo, quais os objetivos a atingir para que seu amigo se integre completamente na tarefa de ajudá-lo.

Se esse companheiro é também um instrutor, se se você tiver tempo, peça-lhe que vá consigo até a sala onde vai falar. Ensaie ali a sua exposição. Peça que o seu único ouvinte o interrompa quando julgar necessário. Aceite as sugestões com cordialidade, dentro do ponto de vista elevado de que ele só tem em mente auxiliá-lo.

8. Conclusões.

Tudo o que eu disse a você é no interesse de poder ser-lhe útil. São conselhos de quem já passou por esses precalços. Eu também tive os mesmos erros. E, por que não dizê-lo, ainda os tenho certamente. Só Deus é infalível.

Jamais considere-se incapaz de qualquer tarefa. O estudo, a perseverança e o desejo de acertar,

tudo vencem. Confie pois em suas possibilidades.

Haverá sempre instrutores e oradores, uns melhores e outros inferiores.

Uma coisa porém é indiscutível: aqueles que se julgam medíocres ou desencorajados, podem evoluir com relativa facilidade. Restalhes forças de vontade e persistência. A coragem adquiere-se. É questão de confiar em si próprio. O médo do auditório vence-se pela educação do sistema nervoso, através exercícios adequados.

Os Chefes tem que ser oradores. Embora os meios modernos de transmissão tenham simplificado sobremodo o exercício do comando, é ainda a palavra falada que persuade o subordinado. Os Generais EISENHOWER, E PATON e o Marechal MONTGOMERY, frequentemente falavam a seus soldados antes das batalhas. ROMEL vivia no meio de seus homens, sentindo-lhes de perto a alma.

A palavra foi, é e será sempre o meio mais convincente nos entendimentos humanos.

"QUER O EXÉRCITO MANTER SUA ÚNICA REVISTA DE ASSUNTOS MILITARES?"

Como resposta à pergunta acima recebemos, até 31-VII-950, mais as seguintes listas de assinaturas:

Listas já publicadas.....	816
Q.-G. da 2ª R.M.....	1
Q.-G. da 5ª D.I.....	1
4º R.I.....	7
7º R.I.....	1
1/16º R.I.....	1
19º R.I.....	1
1/23º R.I.....	1
Escola de Motomecanização.....	2
Escola de Sargentos das Armas.....	42
C.P.O.R. de Salvador.....	1
1ª/15º B.C.....	3
24º B.C.....	5
1º R.C.....	1
23ª C.R.....	1
C.E.R. n. 7.....	1
1ª/2º G.A.C.....	5
2º Btl. de Fronteiras.....	1
Soma.....	891

A ARTILHARIA NO ATAQUE

(AD e A C Ex.) (1)

Major ORIGENES DE SOLEDADE LIMA, Major
JOÃO FRANCISCO MOREIRA COUTO, Major
NELSON MESQUITA DE MIRANDA, Major
JOSÉ DE AZEVEDO SILVA e Cap. NILTON
FREIXINHO, Instrutores da E.E.M.

I — GENERALIDADES

(Os fogos)

O regulamento C 100-5, Capítulo 10, estuda os princípios relativos ao ataque, estabelecendo as bases para o emprego da artilharia em tal fase do combate.

O regulamento C 6-20, Capítulo 4, estabelece as regras para o emprego da artilharia no ataque.

O fogo da artilharia é um fator essencial no êxito do ataque.

Para maior facilidade do estudo da artilharia no ataque focalizamos o assunto no âmbito do C. Ex., partindo da consideração de uma operação levada a efeito contra um inimigo em posição, com o qual o contacto já está estabelecido.

Antes de mais nada devemos analisar o que deve executar a artilharia em todas as fases do ataque e, em consequência, determinar os fogos a realizar, procurando especificar o escalão a quem compete (A.C. Ex. ou A.D.). Em seguida será simples concluir a MISSÃO da A.C. Ex. e da A.D. no ataque.

No ataque a uma posição podemos distinguir três fases:

(1) os preparativos para o ataque: fogos de artilharia antes do ataque;

(2) a preparação: fogos de artilharia na iminência do ataque;

(3) a conduta do ataque: fogos de artilharia durante o ataque.

A) Os fogos antes da preparação.

"A primeira missão da artilharia é proteger os movimentos das unidades de ataque para as zonas de reunião, e essas próprias zonas.

Durante esta fase, a artilharia e os observatórios inimigos constituem seus principais objetivos." C 100-5 n. 506. Trata-se, em resumo, de proteger nossas tropas contra a ação da artilharia inimiga, atuando diretamente sobre as posições de bateria reveladas ou que se venham revelar e cegando os observatórios inimigos. Portanto são realizados os Fogos de Contrabateria e os Fogos de Proteção.

Os fogos de contrabateria são de primordial importância antes e durante o ataque. Silenciar a artilharia adversária deve ser a principal preocupação de quem ataca.

"Durante o deslocamento do escalão de ataque, desde a partida das zonas de reunião, a artilharia inimiga constitui o objetivo principal do fogo da artilharia. A Superioridade sobre a Artilharia Inimiga é indispensável ao Êxito do Ataque.

(1) A Defesa Nacional n. 413 de 1948 focaliza o assunto no escalão Agrupamento de Apóio Direto em artigo de autoria dos Majoires João Paulo da Rocha Fragoso, Ubiratan Miranda e Capitão Nilton Freixinho.

As baterias inimigas localizadas, devem ser silenciadas logo que comece a ação da nossa artilharia. A neutralização dessas baterias deve ser mantida por uma parte da artilharia, a fim de que o restante possa ser empregado em outras missões, voltando à contrabateria quando localizadas novas baterias inimigas". C 100-5 n. 508.

Os Fogos de Contrabateria cabem à A.C. Ex., que de acordo com as necessidades imporá ou não a cooperação das A.D. que então designarão as unidades que cooperarão com a A.C. Ex., normalmente estas por identidade de missão e calibre, devem ser retiradas da A.Ac. Conj.

Os Fogos de Proteção, compreendendo em geral no caso, os tiros de cegar sobre os observatórios que tenham vistas sobre os itinerários e as zonas de reunião das unidades de ataque, são da alçada das A.D. nas respectivas zonas de ação, devendo ser organizado plano onde os Morteiros Químicos terão largo emprego.

B) Preparação.

"A ação da artilharia, antes da hora do ataque pode limitar-se aos fogos que já vinham sendo executados ou tomar a forma de uma preparação de artilharia". C 100-5 n. 509.

O regulamento C 6-20 define a preparação como sendo um sistema de tiros intensos, desencadeados durante o período que precede imediatamente o desembocar da infantaria da sua base de partida. Sua finalidade é assegurar o domínio pelo fogo sobre a artilharia e a infantaria inimigas.

Cabe ao comandante do Corpo decidir a realização ou não da preparação. Para isso ele considerará:

- a existência de um suficiente número de objetivos compensadores, precisa e oportunamente localizados, de modo que permitam a preparação dos tiros;
- se os resultados compensam ou não a perda da surpresa tática;

— se as possibilidades em municião permitem o consumo necessário.

O comando é quem fixa a duração da preparação. Deve ter duração suficientemente longa para alcançar os resultados esperados, mas de forma que não venha faltar ao inimigo tomar as medidas que lhe permitam fazer face ao ataque (C 6-20). O Field Artillery Guide diz que a duração pode ir de 15 minutos a várias horas; sendo geralmente constituído por tiros preparados. Nos combates de encontro a preparação é curta, ao passo que nos ataques a posições fortificadas dispende-se de mais tempo para os reconhecimentos, planejamento, conhecimento de muitos detalhes do dispositivo inimigo e para a estocagem de municião a duração pode ser de várias horas.

A questão da contrabateria é mais delicada, dado ao pouco conhecimento que temos geralmente sobre o número das baterias inimigas e sua localização. O problema torna-se mais difícil com baterias auto-propulsadas que se podem deslocar logo após terem atirado.

"É necessário incitar a artilharia inimiga a se revelar. Os tiros desencadeados durante a preparação, sem dúvida, farão com que o comando inimigo desencadeie uma contrapreparação de artilharia, ao menos para manter o moral de sua tropa. Pode-se acelerar esta revelação iniciando-se a preparação por uma ação geral sobre suas organizações seguida se possível, de um ataque simulado, se estes tiros apresentarem uma violência e uma duração suficientes para dar ao inimigo a impressão de que um ataque está iminente, este adversário poderá ser conduzido a desencadear repentinamente sua contrapreparação, talvez mesmo seus tiros de deter, e, nesta hipótese, revelar a totalidade do dispositivo de sua artilharia. Mas, evidentemente, é impossível saber-se a priori ao fim de que tempo o inimigo consentirá em revelar sua artilharia.

A consideração do fator contrabateria conduz frequentemente a

encararem-se preparações de 2, 3, 4 horas, e, por vezes, de maior duração.

Uma vez admitida a necessidade da preparação (apesar do inconveniente que apresenta de dar o alarme para o inimigo) não há motivo para economizar-se a duração salvo quanto à disponibilidade em munição. Uma preparação muito curta pouco dano causará ao inimigo e permitirá o desencadeamento de uma contrapreparação bastante eficaz por estar a infantaria de ataque já na base de partida e menos abrigada. Esta mesma contrapreparação, se desencadeada no início de uma preparação mais longa, cairá no vazio porque a infantaria não estará instalada na base de partida e revelará o dispositivo da artilharia inimiga ainda em tempo de batê-la antes do ataque, consagrando-se para esta ação uma fração importante de nossos meios. Enfim, uma preparação longa dá indiscutivelmente uma impressão de potência susceptível de exaltar o moral do atacante e de deprimir o do adversário". (Nota do General CHAMPON — 1945).

Toda a artilharia disponível deve participar da preparação. Deve ser organizada de modo a não revelar ao inimigo onde será o nosso ataque principal.

O C 6-20 mostra como deve ser executada uma preparação completa, em três fases:

Primeira fase — A A.C. Ex. reforçada na medida das necessidades pelas A.D., procura obter o domínio sobre a artilharia inimiga; as unidades de artilharia são empenhadas na execução da contrabateria, interditam as estradas e neutralizam os sistemas de comando, de observação e das transmissões.

Segunda fase — A A.C. Ex. mantém a neutralização da artilharia inimiga, já neutralizada na 1ª fase, e contrabate a artilharia localizada depois de iniciada a preparação. As A.D. neutralizam os sistemas de comando, observação e transmissões; os núcleos de defesa, as reservas e as unidades mecanizadas em reunião; destroem os obstáculos.

Terceira fase — A A.C. Ex. prossegue na contrabateria. As unidades A.C. Ex. disponíveis reforçam as A.D., na neutralização das posições defensivas do inimigo e cegam os observatórios. As A.D. realizam concentrações sucessivas sobre núcleos defensivos da posição inimiga mais aproximados, com prioridade sobre os elementos de defesa conhecidos que mais possam ameaçar o êxito do ataque.

Uma conferência do Fort Sill (fevereiro de 1947) estuda uma preparação de 30 minutos, considerando que o comandante decidiu assim porque não daria tempo ao inimigo para alterar seu dispositivo tático. As recomendações que o chefe do E.M. baixou, em consequência, determinavam:

Primeira fase — 10 minutos — Baterias inimigas.

Segunda fase — 10 minutos — Objetivos a distâncias longas e médias como: reservas, P.O., pontos de suprimento, P.C. e início dos tiros de interdição e da neutralização das baterias inimigas.

Terceira fase — 10 minutos — Aproximação dos fogos para a região ocupada pela infantaria inimiga e continuação da neutralização da artilharia inimiga e da interdição de pontos.

O Corpo estava organizado com duas D.I. e com três Agrupamentos de A.C. Ex. A C.T. da A.C. Ex. resolveu, em consequência:

Primeira fase — Planejada pela A.C. Ex. e executada pela A.C. Ex. e pelos Grupos médios das A.D.

Segunda fase — Planejada pela A.C. Ex. e executada pela A.C. Ex. e pelos Grupos médios das A.D.

Terceira fase — Planejada pelas A.D. e executadas pelas A.D. e pela artilharia de corpo em reforço (de fogos) às mesmas. Durante este período os Grupos que receberam a missão de reforçar as A.D. não receberiam comandos do Corpo e iriam cumprir o horário organizado pelas A.D. que reforçavam. O restante da A.C. Ex., que estava em ação de conjunto, continuaria a interdizer pontos e a neutralizar a artilharia inimiga.

C) Fogos durante o ataque.

"Durante o ataque, os fogos da artilharia destinam-se a:

(a) auxiliar a progressão da infantaria, atacando as zonas de defesa e as posições de armas inimigas;

(b) auxiliar a infantaria na obtenção da superioridade do fogo sobre cada objetivo sucessivo, de modo que os elementos avançados de primeiro escalão possam cerrar à distância de assalto;

(c) proteger a infantaria durante os períodos de reorganização;

(d) auxiliar a infantaria a deter os contra-ataques. Isto exige o preparo de concentrações sobre os caminhamentos e as zonas de reuniões prováveis do inimigo, de modo que a massa da artilharia possa anular os contra-ataques antes que eles se desencadeiem;

(e) neutralizar permanentemente a observação inimiga;

(f) neutralizar permanentemente a artilharia inimiga;

(g) impedir que o inimigo possa desaferrar-se;

(h) auxiliar a unidade apoiada na manutenção do terreno conquistado". C 6-20 n. 79, letra D.

Tendo em vista cumprir as missões acima enunciadas a artilharia executa os seguintes fogos:

- Fogos de Apóio Imediato;
- Fogos de Proteção;
- Fogos de Contrabateria;
- Fogos Longínquos;
- Fogos de Deter.

1 — Fogos de Apóio Imediato:

São da alçada da A.D. por intermédio dos Grupos ou Agrupamentos de Apóio Direto (2) "o fim principal dos fogos de apoio imediato é impedir que o inimigo guarneça suas organizações defensivas a tempo de fazer face ao assalto". C 100-5 n. 520.

O planeamento, o desencadeamento e a condução dos fogos de apoio imediato estão intimamente ligados à progressão do escalão de

ataque. "Cada unidade de ataque (R.I.) emprega os fogos de apoio imediato de sua artilharia e de outras armas para cerrar sobre o inimigo e continuar a progressão para os objetivos sucessivos, sem desviar-se da direção geral do ataque". C 100-5 n. 521.

Fogos de apoio imediato: destinam-se a cobrir, tão perto quanto possível; os primeiros elementos do ataque, neutralizando as resistências inimigas encontradas sucessivamente durante a progressão. Podem ser executados por meio da barragem rolante ou de concentrações sucessivas.

A barragem rolante tem a vantagem de não exigir o conhecimento da localização dos órgãos de fogo do inimigo; exige um grupo para 200 a 300 metros de frente e precisa ser perfeitamente regulada com a velocidade da infantaria. Não pode ser empregada num ataque com carros.

As concentrações sucessivas consomem menor quantidade de meios e apresentam a possibilidade de fornecer fogos compatíveis com a importância atribuída aos objetivos; permitem coordenação perfeita entre os fogos de artilharia e a progressão do atacante.

A A.D. não cogita, em regra, de regular os fogos de apoio imediato, extraordinariamente facilitados hoje em dia pelo largo emprego do rádio e pela técnica desenvolvida pelos observadores avançados; quando muito, poderá ser prescrita pela A.D. a forma pela qual esses fogos serão executados. São da competência dos Grupos ou Agrupamentos de Apóio Direto.

Uma faixa de terreno de 600 metros de profundidade, em média à frente do atacante, estará perfeitamente batida pelos fogos de apoio imediato; são prolongados, até a linha limite posterior dos fogos conservados sob a responsabilidade da A.C. Ex. pelos fogos de proteção.

2 — Fogos de Proteção.

"Além dos fogos de apoio imediato, outros são desencadeados so-

(2) O artigo "O Agrupamento de Apóio Direto no Ataque" — A Defesa Nacional n. 413, estuda o assunto com detalhe.

bre pontos importantes da posição inimiga, a fim de proteger o escalão de ataque dos fogos de longo alcance e de flanqueamento e dos contra-ataques; são levantados à medida que o escalão de ataque progride". C 100-5 n. 520.

São os Fogos de Proteção, da competência da A.D. e que têm por fim:

(a) neutralizar, no momento oportuno, os órgãos de fogo do adversário, capazes de atuar contra o escalão de ataque, e que, pela sua posição num flanco ou mais afastada, não sejam batidos pelos fogos de apoio imediato;

(b) cegar os observatórios do inimigo que tenham vistas sobre a região de ataque e situados fora da zona dos fogos de apoio imediato;

(c) bater regiões prováveis de reunião de meios para um contra-ataque, bem como os caminhamentos que lhe sejam favoráveis, desde que não possam ser batidos pelos fogos de apoio imediato.

Esses fogos são organizados pela A.D., como um complemento dos fogos organizados pelo escalão R.I. — Apoio Direto. A A.D. ao coordenar os planos de fogos do Ap. Direto vê que objetivos devem ser batidos pela Art. Ac. Conj., esses últimos são aqueles julgados de interesse para a manobra de conjunto da Divisão.

Na execução, esses fogos são suspensos e transportados para os objetivos seguintes quando alcançados pelos fogos de apoio imediato, ou quando os primeiros elementos de ataque se aproximam a menos de 400 metros dos objetivos visados. Assumem a forma de tiros de cegar, ou concentrações; o 155, como se sabe, é muito vantajoso para a realização dos tiros de cegar, tendo um grupo possibilidade de cegar, em condições favoráveis, 1.200 metros de frente.

Ao baixar diretrizes para o estabelecimento dos planos de fogos, a A.D. deverá dar as zonas que no decorrer da operação devem merecer prioridade para os fogos de proteção e que, em princípio, ficarão a cargo da A. Ac. Conj.

3 — Fogos de Contrabateria.

Para auxiliar a progressão da infantaria, para auxiliar a infantaria na obtenção de superioridade de fogo, para proteger a infantaria durante os períodos de reorganização, para auxiliar a infantaria a deter os contra-ataques é necessário manter a superioridade do fogo sobre a artilharia inimiga, neutralizando-a permanentemente.

A quase totalidade da A.C. Ex. será chamada durante o ataque a realizar os fogos de contrabateria, podendo mesmo impor às A.D. a cooperação em tais fogos se considerar seus meios insuficientes para arcar com tal responsabilidade. É mister ficar bem esclarecido que o êxito da progressão de um ataque reside principalmente na desorganização dos fogos da artilharia inimiga; enquanto não se conquistar a superioridade sobre a artilharia inimiga é um erro deixar a totalidade dos meios das A.D. nas missões de proteção ou mesmo apoio imediato.

4 — Fogos longínquos.

Desencadeado o ataque, o adversário procurará deslocar suas reservas para parte da frente ameaçada, ocupar bases de partida para os contra-ataques previstos, enfim conduzir o combate defensivo. Caberá à artilharia e particularmente à aviação, impedir que o inimigo atue livremente na retaguarda para fazer face ao nosso ataque. As comunicações devem ser bloqueadas por concentrações mágicas tendo em vista não permitir os afluxos de novos meios para frente (reservas, suprimentos, etc.) ou mesmo a preparação de um contra-ataque.

As unidades blindadas e moto-mecanizadas terão prioridade como objetivo nos fogos longínquos nesta fase do ataque.

Cabe à A.C. Ex. organizar e desencadear os fogos longínquos durante o ataque.

5 — Fogos de Deter.

Desde que a infantaria tenha atingido o objetivo em que deve fazer uma parada, a artilharia põe-se rapidamente em condições

de apoiá-la com fogos defensivos, tendo em vista particularmente auxiliar a infantaria a deter os possíveis contra-ataques inimigos.

II — MISSÃO E ORGANIZAÇÃO PARA O COMBATE

A — A.C. Ex.

a) Missão da A.C. Ex.

No ataque o emprêgo da A.C. Ex. visa :

- proteger o movimento das unidades de ataque para as zonas de reunião e essas próprias zonas atuando com fogos de contrabateria;

- realizar a "preparação" durante o período que precede imediatamente o desembocar da infantaria de sua base de partida a fim de assegurar o domínio sobre a artilharia e infantaria inimigas atuando com fogos de contrabateria e longínquos (interdição das estradas e neutralização dos sistemas de comando);

- auxiliar a progressão da infantaria mantendo durante o ataque a superioridade sobre a artilharia inimiga, impedindo ou pelo menos dificultando a sua atuação em proveito da defesa da posição, por meio de fogos de contrabateria;

- auxiliar a infantaria a deter os contra-ataques realizando concentrações sobre caminhamentos e as zonas de reuniões prováveis do inimigo, bloqueando as comunicações por forma a impedir a roçada de reservas, tudo tendo em vista que a massa de artilharia possa anular os contra-ataques antes que eles se organizem e desencadeiem. Uma vez o contra-ataque desencadeado, contrabater a artilharia que apoia a operação.

Em consequência deve ser fixado : linha até onde inicialmente deve a A.C. Ex. atuar, onde a maioria de meios deve poder concentrar-se.

Pelo exposto podemos concluir que no combate ofensivo o emprêgo da A.C. Ex. visa o apôio do ataque, principalmente com os fogos de contrabateria e longínquos. Permitirá, desse modo, que as A.D. concentrem seus meios nos fogos de

apôio imediato e nos de proteção, e dará profundidade ao combate do Corpo.

Sempre que a A.C. Ex. dispor de meios, deverá reforçar os fogos das A.D. dando-lhes maior potência e densidade. Por outro lado, as A.D. poderão, quando necessário, cooperar com a A.C. Ex. na contrabateria.

O esforço principal da A.C. Ex. deve ser no apôio ao ataque principal.

Entretanto deve, também, ser previsto o apôio aos ataques secundários, desde que estejam dentro das suas zonas de ação.

b) Organização — Dosagem de Meios.

É no escalão Corpo de Exército que a manobra da Artilharia é montada em seu conjunto. Com os meios que dispõe o C. Ex. reforçará as A.D. de acordo com as missões atribuídas às respectivas D.I., e constituirá sua própria artilharia (A.C. Ex.), organizando-a em Agrupamentos.

A centralização da artilharia é a regra. Tratando-se de um ataque, nossa Artilharia deve ser na frente elegida, muito mais numerosa que a do inimigo. O regulamento P.M. 6-100 estabelece a dosagem total de artilharia. Estes dados, fruto de experiência durante as últimas guerras, permitem estimar as necessidades em artilharia, para as operações ofensivas; eles constituem o elemento básico de raciocínio para repartição pelo C. Ex. da artilharia de reforço pelas D.I. conforme o vulto da operação de que esteja encarregada cada uma delas, habilitando os Cmts. de G.U. a verificarem a extensão da frente em que podem realizar a penetração na posição inimiga. Entretanto o terreno, a situação tática do inimigo e a manobra projetada pela G.U. serão sempre fatores preponderantes na repartição dos meios da artilharia com o C. Ex. Um ponto porém é capital : a organização da A.C. Ex. deve permitir a "concentração da massa dos fogos de artilharia nos objetivos decisivos e a obtenção da superioridade de fogo sobre a artilharia inimiga". C. 100-5 n. 506.

Dosagem para um ataque contra uma posição organizada :

Dotação	NÚMERO DE BIAS. POR KM DE FRENTE			
	Leve	Média ou pesada	Total	Ferrovária ou outros de longo alcance
Máxima	18	18	36	1,5
Normal	14	13	27	1
Mínima	10	10	20	

Máxima — A dotação máxima refere-se a uma situação em que o inimigo está alerta, esperando o ataque, completamente organizado em profundidade com várias posições, cada uma das quais está muito bem abastecida e equipada.

Normal — A dotação média corresponde a uma situação em que o inimigo está mais ou menos surpreendido ; não tendo sido reforçado ; e, estando menos organizado,

abastecido e equipado do que no caso anterior.

Mínima — A dotação mínima é para a situação em que o inimigo, tendo recuado durante os preliminares do ataque, ocupa uma posição sumariamente organizada ou o seu recuo é provável devido à pressão exercida em outras partes.

É normalmente aplicada às frentes de ataques secundários.

Dosagem para o ataque em guerra de movimento :

Dotação	NÚMERO DE BIAS. POR KM DE FRENTE			
	Leve	Média ou pesada	Total	Longo alcance
Ataque principal	5	4	9	1/3
Ataque de cobertura	3	3	6	

B — A.D.

a) Missão da A.D.

1 — Para atender a qualquer das formas de ação ofensiva, a A.D. deverá estar em condições :

— antes do ataque, de realizar uma preparação mais ou menos longa, para reduzir a capacidade de fogo do adversário, e muitas vezes destruir obstáculos materiais que se possam opor ao avanço da arma apoiada e assim assegurar com seu fogo, o domínio sobre a artilharia e infantaria inimigas.

— durante o ataque, acompanhar o escalão de ataque com fogos que

neutralizem o adversário até o momento da abordagem (missão de apoio direto) e atuar nas regiões donde o inimigo possa ter vistas (ou de mais longe agir, sobre o terreno do ataque) (missão de ação de conjunto).

2 — Cabe, como vimos, geralmente à artilharia do escalão superior contrabater a artilharia inimiga, bem como executar interdições nas comunicações e nos pontos sensíveis do inimigo. Porém muitas vezes a A.D. terá de cooperar nas ações de contrabateria.

3 — Para atender a uma manobra de fogos concebida no escalão

C. Ex. algumas vezes uma A.D. recebe a missão de cooperar em ações a serem realizadas na zona de ação de outra D.I. Dadas as dificuldades que quase sempre acarretam, essas ações de cooperação referem-se, em regra, apenas a uma pequena parte do material.

4 — Como vemos, o Cmt. A.D. terá de satisfazer as necessidades da manobra imaginada pelo Cmt. D.I., cingindo-se, porém, às imposições da A.C. Ex.

b) Organização para o Combate

1 — Tendo em vista as dosagens acima estabelecidas e os meios de artilharia atribuídos à D.I., o Cmt. A.D. deve, por ocasião do exame preliminar, dizer ao Cmt. G.U. qual a frente de ataque para que são suficientes os órgãos de fogo disponíveis; e, ao estabelecer a sua manobra, reparti-los conforme as dosagens a realizar nos vários trechos da sua zona de ação. Muitas vezes será forçado a ter em certas partes da frente uma dosagem fraca a fim de poder obter, na zona de esforço, a dosagem compatível com as necessidades da operação; isso acontecerá quando a zona de ataque for maior que as possibilidades de ruptura conferidas pelo material disponível. E quando tal se der, o único recurso de que poderá lançar mão o Cmt. D.I., caso queira romper a defesa inimiga em frente maior que a que lhe é autorizada pela sua A.D., será o de realizar ataques escalonados no tempo realizando, num ponto e noutro, por meio de manobra de fogos adequada, as dosagens necessárias para a ruptura.

2 — A concepção da manobra da artilharia, da responsabilidade do Cmt. A.D., compreende a fixação da missão e de uma dosagem global dos meios; esta dosagem algumas vezes variará de um tempo para outro do ataque. Quanto a restrições, sendo necessário impedir que o inimigo perceba a montagem do ataque, cumpre ocultar, até o momento de desencadear a operação, a presença na região da maioria dos meios, especialmente daqueles recebidos em reforço.

3 — Depois de estudada a manobra da D.I. e dosados convenientemente os meios na frente de ataque, fácil se torna para a A.D. a organização da artilharia. Para o combate, a A.D. é repartida em A. Ap. Dir. e A. Ac. Conj. e Reforço.

Os grupos ou Agrs. Ap. Dir. destinam-se a assegurar aos elementos do primeiro escalão do ataque um apoio eficaz e permanente; têm seus fogos intimamente ligados à manobra da infantaria, e agem em toda a profundidade do terreno a conquistar. Sua zona de ação normal é a mesma dos elementos apoiados; um estudo cuidadoso deve ser feito quanto às zonas de ação eventuais que visam permitir à A.D. manobrar fogos lateralmente durante a operação.

Os grupos ou Agrs. Ac. Conj. agem no quadro da D.I., e destinam-se a conduzir os fogos de proteção, cujo objetivo principal é beneficiar indiretamente a progressão da infantaria e a permitir ao Cmt. D.I. intervir num incidente do combate, reforçando o Ap. Dir. ou intervindo por sua própria iniciativa. Quando a manobra da D.I. exigir uma variação do esforço dum para outro elemento do ataque colocado lateralmente, há vantagem em deixar em Ac. Conj. o material com que se pretenda variar esse reforço.

4 — Sempre que for imposta uma cooperação da A.D. nos fogos de escalão superior de artilharia, tal tarefa será vantajosamente conferida à A. Ac. Conj.; e os reforços em fogo dados pela A.C. Ex. à A.D. devem ser utilizados em benefício das intervenções normalmente confiadas à A. Ac. Conj.

Os principais fatores que justificam essas medidas são:

- identidade de calibres;
- maior facilidade de ligação;
- maior identidade de missões.

III — DESDOBRAMENTO DOS MATERIAIS E MUNIÇÕES

A — Materiais

1 — “As posições de artilharia são escolhidas de modo que seus fogos possam ser concentrados nos

objetivos do ataque". C. 100-5 n. 507.

"A artilharia de longo alcance é disposta bem à frente, de modo a poder atingir com seus fogos as posições mais afastadas da artilharia leve e média do inimigo". C. 100-5 n. 507.

"A maior parte da artilharia apoia o ataque principal e, em geral instala-se no eixo das unidades que o conduzem.

Se os ataques principal e secundário estão suficientemente próximos as posições deverão permitir que a massa da artilharia também apoie o ataque secundário.

As Unidades de artilharia postas à disposição do C. Ex. ou da Divisão para uma determinada operação e que devam ser recuperadas pelo comando ou unidades a que pertençam quando de suas posições iniciais, atingem o limite de alcance do material, geralmente serão desdobradas o mais à frente possível". C. 6-20 n. 77.

Enfim, deve-se explorar ao máximo o alcance dos materiais, o que obriga a desdobrá-los, o mais à frente possível, 1.500 a 2.000 metros atrás da linha de partida (L.P.) para as unidades de Apoio Direto, se as demais condições de segurança assim o permitirem. O desdobramento da A. Ac. Conj. da A.D. terá de ser feito mais atrás pelo interesse que há, para esse escalão de combate da A.D., em bater toda a zona de ação da divisão sempre que tal necessidade for compatível com a de agir profundamente no terreno do ataque.

Normalmente a A.D. prescreve zonas de desdobramento para as unidades de Ap. Dir.; estuda detalhadamente o desdobramento da A. Ac. Conj., e de reforço por forma a atender nas melhores condições à manobra da D.I. e às imposições da A.C. Ex.

"Os grupos de apoio normalmente ocupam posição na zona das unidades apoiadas. O desdobramento lateral da artilharia de apoio aumenta as dificuldades do controle do tiro e da ligação entre a artilharia e as unidades apoiadas. O tiro da artilharia de apoio é mais seguro e eficiente quando sua

posição e observatórios estão na zona de ação da unidade apoiada". C. 6-20 n. 77 e C. 100-5 n. 513.

O desdobramento da A.C. Ex. será também o mais avançado possível para tirar o maior proveito dos grandes alcances de seus materiais. Suas posições de bateria normalmente são escolhidas à altura ou pouco à retaguarda das posições dos Agrupamentos de Conjunto das A.D. Os materiais pesados terão suas posições amarradas às estradas que permitam seus deslocamentos.

2 — Deslocamentos no decurso da manobra

"A artilharia e outras armas de apoio asseguram a continuidade do apoio deslocando-se para a frente, parcialmente, por escalões enquanto o restante permanece em posição e mantém o fogo". C. 100-5 n. 516.

"A artilharia desloca-se durante o combate para manter-se dentro do alcance eficaz do seu material. Os deslocamentos realizam-se por escalões, (após o reconhecimento oportuno das posições avançadas) de sorte que seja possível a continuidade do apoio de fogos. As unidades em posição recebem temporariamente as missões essenciais das unidades em deslocamento. O prazo de deslocamento deve ser realizado ao mínimo.

Quando duas ou mais unidades devem deslocar-se pela mesma estrada, o comandante imediatamente superior coordena o movimento. Se o deslocamento deve ser realizado por estrada utilizada também por outras armas, cabe ao comando da G.U. regular o movimento. Em geral a artilharia de apoio direto tem prioridade na utilização das estradas.

O deslocamento da artilharia de apoio direto é coordenado com os das unidades apoiadas. A manobra da unidade apoiada influi na oportunidade do deslocamento, na forma da sua realização e na escolha da nova posição. Por isso o comandante da artilharia planeja o deslocamento da sua artilharia em entendimento com o da unidade apoiada.

O deslocamento da artilharia de ação de conjunto está ligado à manobra da D.I.

As unidades se deslocam por ordens do escalão de comando imediatamente superior. Assim na divisão por exemplo, a artilharia de ação de conjunto desloca-se por ordem do comandante da A.D." C. 6-20 n. 54.

O deslocamento da A.C. Ex. está ligado à manobra do C. Ex.

Durante o exame preliminar o Cmt. A.D. (A.C. Ex.) precisa estudar as limitações em alcance da sua artilharia, a fim de informar ao Cmt. D.I. (C. Ex.) até que linha poderá apoiar a operação sem deslocamento de materiais; o deslocamento da observação, sincronizado com o avanço do escalão de ataque, e operando com meios de transmissão de alta eficiência e instalação praticamente instantânea, não determina retardo algum para a infantaria.

Caso tenha de haver deslocamento de material, a parada, no objetivo para aguardar execução do lance pela artilharia será influenciada pelo tipo de carta de tiro adotada.

Dispondo-se de um mosaico controlado a A.D. em 2 horas terá conseguido uma organização completa. De outro modo será o caso de uma P.T.O.: e o tempo exigido já será de 3 horas.

Uma solução para diminuir o tempo de parada no objetivo será retomar à progressão logo que os Agrs. tenham uma organização que permita conduzir o tiro eficazmente; a organização coerente a do conjunto que vai permitir a A.D. manobrar os seus fogos, então só será conseguida após a partida para o novo objetivo. Deste modo, podemos admitir como um tempo mínimo de parada no objetivo divisionário 1 hora e 30 minutos.

O material da A. Ac. Conj., dotado em geral de maior alcance que o dos de Ap. Dir., não terá o seu deslocamento condicionado necessariamente ao da A. Ap. Dir.; por outro lado, não estando a A. Ac. Conj. intimamente ligada às operações do escalão de ataque, poderá o seu deslocamento ser regulado com maior liberdade e previsão mais larga, de modo a estar

sempre o Cmt. D.I. em condições de intervir, com o seu material próprio, dentro do alcance eficaz.

Embora o deslocamento das unidades de Ap. Dir. não seja regulado pela A.D., ela deverá fixar, na nova região de desdobramento, uma linha a não ultrapassar pelos materiais que avançam, conforme a previsão para a manobra futura, que poderá determinar a retomada de certa fração dos meios a partir dum dado momento. A impressão sobre o inimigo, condicionando a manobra da D.I., influirá também no deslocamento da artilharia: se após a conquista de determinado objetivo a operação tiver de prosseguir por um aproveitamento do êxito, não haverá necessidade de deslocar meios numerosos, e a parada no objetivo poderá ser de menor duração.

Enfim:

"As condições das estradas, as possibilidades de remunição e as reações do inimigo em seguida a um assalto bem sucedido, determinam o momento e o valor da artilharia a ser deslocada para frente."

A artilharia executa suas missões com o menor número possível de mudanças de posição. Frequentes mudanças reduzem a intensidade de seu fogo de apoio, isso porque a ocupação de novas posições e o reinício do fogo exigem tempo considerável. Contudo, a mudança deve ser feita sem hesitação, sempre que a eficácia do fogo ou as deficiências de ligação do escalão de ataque o exigirem." C. 100-5 n. 531.

B — Munições

1 — A solução tática do problema é realizada no E.M./A.C. Ex. O Exército fixa um crédito para a artilharia com o Corpo e este o distribui por suas A.D. e Agrupamentos de A.C. Ex. Cada A.D. receberá um crédito de acordo com as necessidades para o ataque que está sendo preparado. Pesará muito a profundidade de ataque de cada D.I., quem ataca segundo a di-

reção de esforço do Corpo, a imposição de fogos especiais, etc.

2 — O V-M (Serviço de Material Bélico) dá as seguintes dota-

ções para um ataque: (estimativas diárias para pedidos de munições — expressão em U.F. por dia de combate).

Ataque de uma posição:	Canhão 75 mm	Obus 105 mm	Obus 155 mm	Canhão 155 e maiores
Fortificação permanente:	UF	UF	UF	UF
1º dia	2,0	2,0	2,0	2,0
dias sucessivos	1,0	1,0	1,0	1,0
Deliberadamente organizada:				
1º dia	1,5	1,5	1,5	1,5
dias sucessivos	0,8	0,8	0,8	0,8
Sumariamente organizada:	0,8	0,8	0,8	0,8

No que se refere à Preparação temos os seguintes dados básicos:

expressos em tiros por peça por hora.

	tiros/peça/hora				
	Canhão 75 mm	Obus 105 mm	Obus 155 mm	Canhão 155 mm	Obus 240
Preparação	85	80	25	25	5

3 — A A.D. (A.C. Ex.) terá que fazer o Plano de Remunicação para suas unidades, de sorte a ter estocada nas posições na hora do ataque toda a munição necessária para o primeiro dia de operações. Embora o Ponto de Suprimento classe V seja colocado bem à frente nas operações ofensivas, muitas vezes a A.D. (A.C. Ex.) terá que solicitar ao G4 meios de transporte suplementares. As possibilidades de remunicação condicionarão de certo modo, com se vê, o momento do ataque.

Ç — Realização do Dispositivo

1 — A Realização do Dispositivo é feita, em regra, à noite; os re-

conhecimentos, que exigem luz, processam-se durante o dia. Cabe à A.D. (A.C. Ex.) regular, articulada com a 3ª Seção da D.I. (C. Ex.), a entrada em linha dos materiais; o ideal será que a maioria dos meios só ocupe posição na noite que precede o ataque. Poderá dar lugar, como apêndice ao Plano da Art., um "Plano de Entrada em Posição".

IV — ORGANIZAÇÕES E CONDUTA DOS FOGOS

A — Plano de Fogos

1 — Falta-nos sobre a organização e conduta dos fogos completar o que já dito no parágrafo I.

2 — A. C. Ex.

— A artilharia de C. Ex. organiza:

Planos de Fogos da Preparação

Plano de Fogos Longínquos

Plano de Fogos de Contrabateria

Cabe ao E.M./A.C. Ex. traçar as diretrizes para a confecção desses planos, especificando a tarefa das A.D. e dos Agrupamentos da A.C. Ex. fixando o consumo de munição autorizado e o modo de desencadeamento. Apresentados os Planos pelos escalões subordinados, é então realizada a coordenação dos diferentes fogos e estabelecido em definitivo os diversos planos de fogos.

Os fogos longínquos e de contrabateria são conduzidos pela C.T./A.C. Ex.

3 — A.D.

O Cmt. da A.D. de acordo com as instruções do Cmt. da D.I. dá diretivas para a confecção dos Planos de Fogos.

A coordenação entre os fogos de artilharia e os de outras armas é essencial.

Os grupos da artilharia organizarão seus planos próprios e os de que forem incumbidos realizar.

Os grupos ou Agrs. Ap. Dir. ao confeccionarem os que lhes correspondem, necessitarão perfeito entendimento com os R.I. interessados, uma vez que a fixação dos objetivos é feita por estes, tendo em vista o interesse particular das suas manobras. O trabalho da A.D. será simplesmente coordenar esses planos propostos fixando o definitivo.

O Plano de Fogos é, pois, o documento em que se sintetiza o resultado dos estudos que decorrem das instruções para organização e conduta dos fogos fixados pela A.D., às suas unidades.

O Plano definitivo uma vez aprovado é enviado aos subordinados para execução da parte que lhes está destinada.

imediate e proteção.

Visa conseqüentemente:

- (1) Organizar os fogos de apoio
- (2) Organizar a participação da A.D. nos fogos de preparação da C. Bia. e longínquos, de acordo com as imposições da A.C. Ex.
- (3) Possibilitar a realização da manobra de fogos dentro da A.D. de conformidade com o evoluir dos acontecimentos.

B — Regulações

"Os tiros de regulação devem ser executados de modo a não revelar o ataque iminente" C. 100-5 n. 506.

Em conseqüência cabe ao comando decidir se será restringida ou proibida a regulação.

Raramente será necessário proibi-la completamente.

Quando as regulações devem ser restringidas, o comando fixa o prazo, isto é, as horas de início e fim da regulação.

Para evitar que os tiros de regulação causem danos às patrulhas e reconhecimentos, é necessária a realização de entendimentos com as unidades apoiadas.

As unidades que não tenham podido regular do início da ação, devem aproveitar a primeira oportunidade para fazê-lo no curso da própria ação". C. 6-20 n. 80.

V — DESCENTRALIZAÇÃO DA ARTILHARIA

A medida que o ataque progride e se passa ao aproveitamento do êxito, o comando da artilharia torna-se novamente descentralizado ou parcialmente descentralizado.

Desde o aproveitamento do êxito, as operações começam a retomar a característica de movimento, que se apresenta bem definida na perseguição.

O C.Ex. para aliviar as Divisões pode retomar as unidades de artilharia dadas em reforço para a execução do ataque.

A CAVALARIA NOS DESTACAMENTOS MÓVEIS

Traduzido por Corotneff, do "Red Star", n. 2, de 1945, para o "Cavalry Journal", e tradução para o português, pelo Cap. ACHILLES GALLOTI KEHRIG, da D.A.

A Cavalaria Soviética, reforçada por unidades motorizadas e de carros, teve um papel saliente em muitas vitórias do Exército Vermelho.

Esta íntima cooperação de todas as Armas móveis — carros, infantaria motorizada e cavalaria — baseada na surpresa e na ação decisiva, ao lado de movimentos arrojados e ousados, constituiu um dos traços característicos da vitoriosa ofensiva de verão soviética.

Os carros constituíam uma cobertura blindada para a cavalaria e formações motorizadas; por sua vez, a progressão dos carros era apoiada pelo fogo e por movimentos continuos dos regimentos de cavalaria e das unidades motorizadas. Suas ações intimamente coordenadas eram eficientemente apoiadas pelos fortes golpes desferidos pela poderosa arma aérea.

Os combinados cavalaria-blindados desenvolviam-se rapidamente e aprofundavam a brecha feita nas linhas inimigas pelo combinado infantaria-artilharia. Assim, eram introduzidas profundas cunhas na posição defensiva inimiga, dividindo-a e permitindo a penetração em toda sua profundidade. Destruíam as reservas inimigas que se dirigiam para o setor ameaçado, apoderavam-se dos centros importantes, envolviam suas linhas de comunicações, cortavam suas linhas de retirada e, em cooperação com as tropas que avançavam frontalmente, isolavam e ani-

quilavam seu principal grupo de forças.

As ações combinadas das armas móveis precisam ser cuidadosamente planejadas e devem ser conduzidas por um chefe que esteja perfeitamente senhor da situação e assim seja capaz de se conservar durante toda a ação. Tendo como objetivo os pontos vitais da posição defensiva inimiga, a ação consistia numa série de movimentos ousados de flanqueamento e de envolvimento. Se os carros e a cavalaria deslocavam-se com rapidez e sem olhar para trás (sem se preocupar com sua retaguarda) a operação era bem sucedida.

Durante a arremetida contra Minsk, os Cossacos da Guarda Kuban, comandados pelo Ten. Gen. Plieff, numa operação rápida e violenta, em cooperação com carros e formações mecanizadas, conquistaram o importante centro de comunicações de Stoltsh-Nesvizh. Após cortarem as linhas de comunicações alemãs, os esquadrões do Ten. Gen. Plieff forçaram a travessia dos rios Ptch e Sluch, e num profundo movimento de flanco esmagaram decididamente seu principal grupo de forças e juntamente com a progressão frontal das D.I. ocuparam Minsk. Na fase seguinte, ainda em íntima coordenação com os carros e a infantaria, os Cossacos vasculharam as linhas de retirada dos alemães, ocuparam Barqnovitchi e Slonim, e desta maneira abriram a estrada Brest-Varsóvia. Esta brilhante ação da

cavalaria não é um exemplo isolado (1). Muitas outras tiveram lugar durante a ofensiva de verão, desfechadas no ano de 1944 pelo Exército Vermelho.

A experiência Soviética nesta guerra, mostra de forma categórica que em operações combinadas de armas móveis, o fator mais perigoso, e que pode frustrar toda a operação, é considerá-los ações de rotina. Uma completa e metódica apreciação da situação deve ser o fundamento de um esforço idealizador e criador, dirigido para a descoberta de novos caminhos e meios de combate. Esforço constante para obtenção da surpresa e decidida persistência, são os pré-requisitos para a vitória.

O 1º princípio, isto é, o fator básico para se ter êxito na coordenação da cavalaria e carros é o de empregá-los em formações maciças e lançá-los contra flancos e retaguarda do principal grupo de forças inimigas. O 2º princípio é o da necessidade de uma ação conjugada ininterrupta e imediata, e de um apoio mútuo durante todo o tempo e em todas as situações. O 3º princípio é o de um apoio perseverante aos carros e à cavalaria por todas as armas disponíveis e por ataques aéreos maciços.

Não devemos esquecer que um bem organizado serviço de retaguarda é de primordial importância. Não importa quanto tenham progredido as unidades móveis; seus suprimentos devem alcançá-las sem interrupção. Deve ser esta a principal preocupação dos comandos superiores e seus estados maiores. Durante as operações ofensivas, as unidades motorizadas e de carros à disposição da cavalaria, em regra, foram empregadas: (1) ao longo do eixo do esforço principal; (2) nos setores ameaçados por contra-ataques; (3) nos flancos; (4) à frente do principal grupamento de cavalaria.

Assim que os pontos-chaves do sistema defensivo inimigo eram conquistados, as formações motorizadas consolidavam as posições e os mantinham até que a infan-

taria chegasse. Entrementes, o destacamento cavalaria-carros desenvolvia-se e explorava o êxito, aniquilando as forças em retirada e atacando os reforços que surgissem para a linha de frente. Os destacamentos móveis esforçavam-se para levar a completa derrota ao principal grupo de forças inimiga.

Experiências desta guerra mostram que para se infringir uma derrota decisiva, é necessário manobrar-se em larga escala, executar-se a missão com audácia e habilidade e, com a maior coordenação entre as unidades de carros e de cavalaria.

Durante o verão de 1944, a Guarda Montada do General Oslikovsky numa rápida manobra de flanco, intimamente apoiada por carros, forçou a travessia do rio Berezina, partindo diretamente do dispositivo de marcha e conquistou a cidade de Borisov. Sem dar trégua ao inimigo, a cavalaria atacou imediatamente o importante centro de comunicações alemão de Molodechno e, em seguida, o de Lifa.

Após ter capturado essas duas cidades, a cavalaria do General Oslikovsky continuou sua implacável perseguição às forças em retirada, infringindo às mesmas pesadas baixas, e então, em cooperação com os carros e infantaria, conquistou Grodno.

É necessário perseguir o inimigo com todas as armas do destacamento atacante — cavalaria, carros e infantaria motorizada. O objetivo principal durante uma perseguição é não dar ao inimigo possibilidade para restabelecer, reagrupar e reorganizar seu desbaratado sistema defensivo. Seus dispositivos devem ser desorganizados por meio de golpes rápidos e arrojados, seus centros de resistência envolvidos e flanqueados e sua zona de defesa penetrada em toda profundidade. Os melhores resultados foram obtidos nas perseguições realizadas ao longo de vários eixos paralelos, com grupamentos móveis movimentando-se através das linhas de retaguarda do adver-

(1) O grifo é do tradutor.

sário e envolvendo seus principais grupos de forças.

É preciso ter em mente que "o impeto ofensivo não deve sofrer interrupção"; por isso a perseguição precisa ser contínua e inextinguível — a resistência dos homens e animais explorada ao máximo. A arremetida e o ardor da perseguição, contudo, não devem desarticular uma firme e flexível direção da operação. É necessário estimar realisticamente o esforço máximo a que se pode sujeitar a cavalaria sem enfraquecer sua capacidade combativa.

Muita atenção deve ser prestada ao complexo da coordenação entre as armas móveis e a aviação. O poder aéreo precisa dar ao destacamento de cavalaria — carro — infantaria motorizada uma forte proteção durante todas as fases da operação. Se o inimigo esforça-se para desfechar um golpe aéreo, o cumprimento da missão confiada ao destacamento não deve ser interrompido. Enquanto se detém o ataque empregando todos os homens e armas disponíveis, o destacamento de combate deve continuar sua progressão com a máxima decisão por forma a apro-

fundar as cunhas abertas no dispositivo inimigo. É este o melhor meio para paralisar a ofensiva das forças aéreas inimigas, as quais neste caso correm o risco de bombardearem suas próprias tropas. Tais ofensivas táticas, inerentes a todas as ofensivas empreendidas pelo Exército Vermelho, requeriam audácia e iniciativa por parte de todos os comandantes de cavalaria.

A grande capacidade de manobra dos destacamentos móveis e a rapidez das operações ofensivas exigem que os comandantes de unidades de cavalaria e carros tenham um grande grau de flexibilidade. Devem ser capazes de julgar rapidamente uma situação e, enquanto elaboram decisões ousadas, controlam a respectiva execução durante todas as fases do combate. Não há lugar para rotina. Cada operação apresenta suas próprias peculiaridades que devem ser corretamente avaliadas. Um comandante inclinado a manter uma atitude passiva, adiamentos ou tenha a tendência de esperar por diretrizes de seus superiores em vez de reagir prontamente a cada mudança da situação está fadado ao fracasso.

ATENÇÃO

Pedimos a atenção de nossos representantes, assinantes e colaboradores para o novo endereço postal de "A DEFESA NACIONAL" o qual passou a ser o seguinte:

CAIXA POSTAL 17, DA AGÊNCIA DO MINISTÉRIO DA GUERRA

Aos nossos Representantes

AO SERES TRANSFERIDO PASSA TEUS ENCARGOS
A UM OUTRO COMPANHEIRO E COMUNICA
A NOSSA DIREÇÃO

A HARMONIA DAS FORÇAS ARMADAS

ENTREVISTA EXCLUSIVA COM O GEN. EISENHOWER (1)

Traduzida, com autorização, pelo Cap. OSCAR
J. BANDEIRA DE MELO, da E.E.M.

P — General Eisenhower, a concepção popular é que o Sr. obteve das Três Forças Armadas, uma coordenação mais efetiva na Europa do que nos outros Teatros de Operações. Que ensinamentos poderão advir dessa experiência?

R — Não se apresentaram a nós certas causas que devem ter motivado atritos em outros lugares. Por exemplo: — Desde o momento em que, na Europa, um soldado pisava em terra firme, já um General começava a comandá-lo. Existe um outro método, que é o da Marinha conservar o comando sobre o homem em terra até que, como se diz, o Exército possa assumir um "fácil" comando. Esta diferença entre os dois métodos acima, evidencia-se sobre as demais, surgidas com outros métodos em experiência. Em determinadas circunstâncias, o segundo método é bom, mas como implica na decisão de dois homens que deverão julgar a situação baseados na palavra "facilidade", os atritos poderão surgir muito facilmente.

BASE PARA COOPERAÇÃO NA EUROPA

Também, as forças em operações nos outros Teatros, achavam-se muito distantes do Comando em Chefe respectivo, enquanto que eu podia estar sempre junto à minha tropa. Não havia possibilidade

para o estabelecimento de discussões, pois os Comandantes podiam vir a mim e perguntar: "Que deseja o Sr. fazemos agora?". Creio ter sido esse o motivo porque permaneceram afastadas algumas das causas de atrito.

Outrossim, havia no Pacífico, desde o início da guerra, dois Teatros de Operações separados — um da Austrália e outro do Hawaii. Na Europa, entretanto, não tivemos essa razão geradora de rivalidades. Assim, seria eu o último a assegurar que, para resolver o problema na Europa, fôsse necessário possuir-se alguma qualidade ou gênio especial, o que provavelmente assim não seria, caso tivéssemos enfrentado uma situação difícil.

P — A Marinha cooperou livremente consigo?

R — No princípio da guerra, quando fui designado Comandante do T.O.E., o Almirante Ennest J. King (Chefe das Operações Navais durante o período 1942-1945) chamou-me. Fui ao seu gabinete e após sentarmos-nos, disse-me ele: — "Agora veja — esta é a primeira tentativa de se fazer na História Americana, em operar Forças Combinadas segundo o princípio de um Comando único. Falamos até agora sobre expressões sem maior significação e chamadas en-

(1) Transcrita do número de fevereiro de 1950 da "U.S. News e World Report", revista semanal independente, de assuntos nacionais e internacionais, publicada em Washington. (Copyright 1950 United States News Publishing Corporation).

faticamente de "interêsse primordial". General, peço-lhe compreenda o seguinte: — "No que compete à Marinha dos EE.UU., o Sr. a comandará enquanto permanecer nas suas funções."

Após isso, o Almirante sugeriu-me telegrafar-lhe diretamente, sempre que encontrasse algum embarço com qualquer unidade da Marinha.

Certa vez, penso que por um lapso de qualquer órgão, estivemos em risco de perder todos os oficiais de Marinha, exceto três deles, em serviço no nosso Estado-Maior. Telegrafei então ao Almirante King e dentro de 20 minutos tal ordem era anulada.

Nossas operações, com exceção dos desembarques, eram principalmente terrestres e aéreas. As perdas navais e os trabalhos de rotina da Marinha não faziam parte integrante das nossas atividades. Entretanto, a missão dessa Força Armada era precisa e vital, pois qualquer deficiência naval redundaria em prejuízo para todo o conjunto.

ORGANIZAÇÃO DE UM COMANDO FLEXÍVEL

P — A palavra "UNIFICAÇÃO" não é realmente difícil de compreender-se? Não foi de fato uma "COORDENAÇÃO" de Forças Armadas, o que efetivamente aconteceu nas operações que realizou?

R — Naturalmente, exceto se as pessoas estiverem trabalhando conjuntamente como co-participantes, numa atmosfera adequada. Dêsse modo, poucos assuntos terão de ser protelados para serem decididos em outro local.

Julgo haver um princípio aplicável a qualquer Comando Combinado e estou certo que também poderá ser aplicado a um Comando Aliado.

Esse princípio é que o Comandante deve organizar o Comando a seu jeito. No início tem-se de enfrentar uma porção de propostas importunas e adúladoras. Mas, finalmente, chegará o dia em que todos se convencem de súbito que essa máquina está funcionando perfeitamente bem.

Gradualmente, estabeleceu-se na equipe aliada o mesmo tipo de lealdade que existe dentro da Divisão ou do Batalhão a que pertencemos. Os Governos confiam nos Quartéis Gerais e no respectivo pessoal. Uma vez estabelecida essa confiança, torna-se perfeitamente claro o reconhecimento do direito de emitir certas ordens que, possivelmente, não poderiam ter sido dadas poucos meses antes.

Por exemplo, as mais altas autoridades inglesas disseram-me por várias vezes nos primeiros dias do nosso planeamento para a invasão da Normandia: — "General, por favor não se esqueça que qualquer oficial das Forças Britânicas sob o seu comando, ali está porque assim o Sr. o deseja. Qualquer manifestação de desagrado de sua parte será causa imediata para a respectiva transferência."

Não se poderá pensar que tal declaração fôsse feita a qualquer Comandante Aliado no primeiro dia em que iniciamos a guerra. A princípio todos nós estamos imbuídos do pensamento: — "Meu dever é proteger meu país contra este ou aquele aliado." Como tivesse presenciado o desaparecimento dessa atitude durante a guerra, penso também se desvanecerá afinal do pensamento humano, a idéia de que o dever de cada um será o de proteger seu próprio trabalho contra as decisões tomadas para o estabelecimento de uma segurança coletiva.

A CAMINHO DA EFICIÊNCIA

P — Se tivéssemos organizado uma única Força Armada em vez de três Forças separadas, isto não teria auxiliado?

R — Creio que não. Penso que discutindo êsses detalhes de organização, estamos apenas "surrando espantalhos". Não sou dado a doutrinar, mas declaro o seguinte: — "Quem quer que esteja realmente interessado na segurança do nosso país, poderá auxiliar bastante, começando por confiar na teoria e dizer: — Tivemos toda a espécie de atribulações e, em momento algum, acreditamos que uma única pessoa seja passível de acusações."

Nada retiramos daquilo que insistimos no passado, mas é chegada a ocasião de — sob o aspecto construtivo — martelarmos sobre o problema tendo em vista o futuro.

Eis o que penso a respeito e nisso creio tão profundamente, que não quis comparecer, no outono passado, ao Comité das Forças Armadas.

Ante a insistência das autoridades acabei indo e declarei:

“Nada falarei a respeito dessa polémica. A esse respeito, já muitos outros emitiram opiniões e penso que este Comité, tão bem como qualquer outro, deu início aos trabalhos visando o futuro.”

Neste objetivo é que realmente todos nós estamos empenhados. Porque motivo estamos gastando esse dinheiro para defesa? Justamente tendo em vista o futuro. Não estamos gastando essa importância para adaptar ao conceito de quem quer que seja, a maneira como utilizei a Marinha em Salerno ou de como outra qualquer pessoa deveria ter empregado o Exército em Okinawa ou em outra parte diferente.

Devemos ter os nossos olhos voltados para o futuro, com uma realidade tal que auxilie eficazmente os nossos Estados Maiores das Forças Armadas a manterem-se coesos, porque, como todos os demais, eles também são humanos. Possuem, por certo, pequenos preconceitos e impecilhos existem, mas tenho uma formidável confiança na capacidade desses órgãos trabalharem conjuntamente.

P — Não é verdade que há impressão no âmbito das Forças Armadas de que haverá melhor entendimento entre elas se estiverem afastadas de Washington?

R — Sim. Por diversas vezes tenho observado que a eficiência na unificação aumenta proporcionalmente à distância de afastamento de Washington. Há uma razão naturalmente e que constitui um grande problema básico quando se está aqui na Capital da Nação: — a repartição dos dólares. Uma vez afastadas as Forças Armadas desse magno problema, os atritos diminuirão.

LEIS DA ESTRATÉGIA E DA VIDA

P — Grande número de leigos aventou a idéia de uma só Força Armada com um único uniforme. Que pensa o Sr. disso?

R — Disse muitas vezes como seria agradável se todos nós tivéssemos o mesmo uniforme, apenas com distintivos para diferenciarmos. É claro que tento apenas figurar aqui, um tanto exageradamente, o espírito de que devemos estar imbuídos a esse respeito. Certamente acredito nos benefícios da competição — benefícios decorrentes da especialização. Mas não devemos levar essas coisas demasiadamente longe, nem sermos arbitrários com relação a elas. Em suma, devemos manter os nossos uniformes tradicionais.

Lembre-se disto: — Quando se galga os altos postos de Comando, não se deve ficar convencido de estar tecnicamente treinado em todas as especialidades que devem ser empregadas. Por exemplo, o mais alto Comando, na última guerra, era constituído pelos Srs. Roosevelt e Churchill. O Sr. Roosevelt devia ter lido alguma história naval e o Sr. Churchill fora um jovem oficial de cavalaria, e nisso se resumia a amplitude da instrução militar profissional de ambos. No entanto, foram eles, em última análise, que tomaram as decisões militares mais importantes.

Nos Altos Comandos, tais como os dos Teatros de Operações, tão logo os pontos de vista adquiriram amplitude suficiente, não devem os Comandos respectivos, preocupar-se em demasia acerca da própria instrução profissional ou técnica. Por exemplo, não me fez diferença alguma, na capacidade de empregar a Artilharia, o fato de ignorar como se devia atirar com a peça mais moderna dessa arma.

Pode-se dizer, a grosso modo, que as amplas leis da estratégia são perfeitamente idênticas às amplas leis da vida. Quando se começa a falar a respeito de cooperação e surpresa, concentração, e manobra, está-se falando, na verdade, da mesma forma como se lida com os negócios na vida co-

tidiana. Unicamente, a diferença é que aqui se seguem determinadas regras de senso comum, devidamente codificadas e denominadas "PRINCÍPIOS DE GUERRA" por alguém que se intitulou acadêmico. Em certas ocasiões, esses princípios fizeram-me sorrir, porque, pelo menos um deles é sempre desobedecido toda vez que se desencadeia uma batalha.

P — *Pensa que o público tem consciência do enorme aumento de preço em tudo o que as Forças Armadas precisam ter?*

R — Não. Quando principiamos a comparar os preços atuais com os do passado, cometemos o engano de estarmos apenas comparando riquezas.

Algumas vezes cheguei a pensar se deveríamos deixar de avaliá-los em "dólares" e calculá-los à base de "dolaretos" tendo em vista evidenciar o fato de que não estamos nos referindo ao mesmo objeto de que tratamos em 1939.

Suponho, entretanto, que algo poderá ser feito no sentido de se educar o povo, mostrando-se apenas o preço de determinados objetos.

Quando nos referimos ao enorme B-36, ao P-85 ou 86, ou ainda a um avião transporte ou a qualquer outra coisa, nós devíamos assinalar o atual preço de custo comparativamente com o de um objeto semelhante adquirido nos tempos de pré-guerra.

P — *Existem somente uns tantos dólares para serem gastos em qualquer circunstância e essa quantia deverá ser dividida entre as três Forças Armadas, não é?*

R — Isso mesmo. Tenho a impressão que, nas nossas Forças Armadas, possuímos hoje o grupamento de militares mais capaz que o mundo já viu.

Há pequeninas inibições que criam impedimentos para esse grupo trabalhar em conjunto. Entretanto, tenho plena certeza que os militares irão, por fim, descobrir por si próprios, que não estão agindo da melhor maneira no sentido de um trabalho profícuo em conjunto, e ótimo será quando isto acontecer. Acho que toda discus-

são, para ter valor, deve afastar-se dos extremos. Encontrar-se-á sempre uma maneira, dentro dos amplos limites do senso comum, em que a lógica e a conciliação sejam realmente eficientes. Não quero dizer com isso que iremos terminar de uma vez para sempre com toda a espécie de discussões.

P — *Quer o Sr. dar a entender que há discussões dentro das Forças Armadas?*

R — Sim, dentro de cada uma delas. Sempre andamos às voltas com os "deficits".

P — *Que quer dizer o Sr. por "deficits"?*

R — São os "deficits" que surgem numa Força ou num efetivo profissionalmente computado. Não me refiro a efetivos necessários para a manutenção de uma segurança absoluta, pois todos nós temos senso suficiente para saber que não existe segurança absoluta em se tratando de armas de fogo. Existe, porém, uma segurança relativa, claramente definida e para a qual podemos fazer cálculos.

O cômputo profissional, para o montante que a prudência exige para a manutenção de uma segurança relativa, nunca deverá ser pôsto em confronto com os dólares que, de uma forma razoável, poderemos dispor anualmente em tempo de paz. Todavia, não só se deve fazer o melhor que se pode, como também se deve estabelecer uma dependência entre a estabilidade dos preços e a quantidade daquilo que realmente se deseja obter.

P — *Qual a importância, nas conferências dessa natureza, atribuída ao princípio da constituição de um núcleo, capaz de desdobrar-se em tempo de guerra e a idéia de que se deve estar sempre pronto para qualquer eventualidade?*

R — Esse núcleo, quanto mais se prender a máquinas meramente manipuladas pelo homem, ao invés de levar a batalha diretamente ao inimigo, tanto mais nos manterá adstritos à constituição da "força materializada". Não se pode construir um navio de guerra ou um avião dentro de um mês.



GENERAL EISENHOWER

Por exemplo, não houve um único avião empregado na Segunda Guerra Mundial pelas Forças Americanas em combate, que já não estivesse projetado antes da guerra irromper, e os desenhos estavam nas pranchetas antes disso acontecer.

Todavia, tanto a Marinha como a Aeronáutica exageraram muito essa questão de "força materializada", em vista do perigo de sofrerem um choque súbito e paralizante, provocado pelas arremetidas iniciais do inimigo.

Nos cálculos elaborados pelo Exército, a força em embrião sempre teve a primazia. Trata-se de constituir pequenos núcleos, que a maneira das amebas, possam multiplicar-se por si próprios. Nesse ponto, o Exército avançou muito mais do que a Marinha e Aeronáutica, em virtude dessas duas Forças Armadas deverem já estar prontas para agir no momento de um ataque.

P — Nas recentes discussões sobre a organização militar, não tem havido uma certa falta de interesse com relação ao apoio aéreo-tático às forças terrestres?

R — Pode ser que tal fato se tenha verificado nas discussões públicas.

Trata-se, porém, de um assunto que assumiu grande importância para todos nós, certamente desde 1941, quando verificamos existir gravíssimo desinteresse pela questão.

Julga-se que o Exército e a Aeronáutica tornaram-se os fatores predominantes da vitória na Europa. O desempenho da missão da Marinha, entretanto, foi sempre indispensável, mas como se tratava de uma campanha puramente continental, os principais elementos da batalha eram as Forças Terrestres, Aéreas e os Suprimentos. Por isso, tornamo-nos particularmente sensíveis à questão do apoio aéreo tático.

Desde a guerra, ouço discussões sem cessar, a respeito desse vital assunto. Aqui, também, existe uma relação de dependência. A medida, que se crê, que um golpe paralizante desencadeado, por

exemplo, contra os centros industriais de um inimigo em potencial, possa redundar numa profunda inibição e desse modo contê-lo enquanto se executam outras ações, poder-se-á conseqüentemente restringir a construção de aviões maiores, do tipo de combate, em proveito dos de tipo maior. Dessa maneira, estar-se-á sempre empenhado em conseguir aquilo que se julga necessitar para o dia D, prejudicando o menos possível as coisas que, apesar de necessárias, não sejam de vital importância.

NECESSIDADE DE AVIÕES ESPECIALIZADOS

P — Disseram-nos que os aviões não são utilizados indistintamente nas Forças Aero-Estratégica ou Aero-Tática, isto é, que deverão ser construídos tipos especializados para a Força Aero-Tática. Isso é verdade?

R — Acho que sim, dentro, porém, de certos limites. Sei que encontramos no avião de perseguição, especialmente equipado para o apoio terrestre, o melhor tipo de aparelho que se pode empregar nas linhas de frente. Entretanto, basta-nos colocar uma bomba sob cada plano do aparelho, para transformar os P-51 e P-47 em aviões de ataque. Como os aviões de combate de propulsão a jato estão alcançando velocidade cada vez mais espantosas, penso que se vai ter necessidade de possuir aviões especializados e destinados ao apoio terrestre, — o que será muito prejudicial, mas inevitável.

P — Há aviões especializados para emprego em operações terrestres?

R — Sim, a menos que se ache algum meio de aumentar a capacidade manobreira e a flexibilidade nas velocidades dos aviões, exigidas nas operações terrestres.

P — Algumas pessoas sentiram que o seu livro, não se referiu adequadamente ao trabalho da Marinha na Europa. Que pensa a respeito?

R — Se isto for verdade, peço desculpas. Mas, com sinceridade, nunca tive tal intenção. Procurei

várias pessoas que, durante a guerra, estiveram presentes às minhas conferências para a imprensa e penso não ter havido uma só conferência, por mais simples fôsse, em que deixasse de frisar que nós constituíamos um triunvirato. Desde o princípio até o fim, sempre ressaltei o papel das Três Forças Armadas e penso que também assim o fiz no livro.

P — *Que pensa a respeito da potência naval nas operações terrestres que realizou?*

R — Foi no período compreendido entre janeiro e princípios de março de 1942, que iniciamos o planejamento, posteriormente concretizado, da invasão da Europa. Convém recordar o modo como encarávamos então a situação mundial. Perdíamos às vintenas, semanalmente, os navios que procediam da América do Sul. Tínhamos um verdadeiro cemitério deles nas costas da Flórida e pelo Atlântico agora. Por isso, todos os planos convergiram sobre a primordial necessidade de, antes de mais nada, conquistar-se o controle das rotas do Atlântico. Então, a primeira coisa a entrar nos nossos cálculos, foi a força naval e a certeza de que o potencial existente era adequado.

Quando se começa uma operação da espécie que então calculávamos — onde possivelmente se iriam empregar alguns milhões de homens — não se podem ter as rotas marítimas interrompidas e os comboios sendo caçados e dispersados da maneira como aconteceu na primavera de 1942.

Grande era a crença de não podermos romper taticamente a Muralha do Atlântico, que supúnhamos estar sendo construída pelos alemães. Teríamos, ao mesmo tempo, de dispor da Marinha para o controle desse Oceano e também contar com os meios aéreos para o aniquilamento das áreas à retaguarda das cabeças de ponte. Essa simultaneidade de ações constituiu o pensamento básico ou a idéia do plano. Porém, ainda não existiam os aviões para executarem a missão prevista, pois a respectiva construção estava apenas em iní-

cio. Destarte, o planejamento tinha de ser elaborado com uma estrita confiança em dois fatores: — A certeza de que os EE.UU. dispunham de um grande poder naval e a certeza da obtenção de um grande poder aéreo.

P — *Foi o poder naval essencial nos desembarques da África do Norte?*

R — Absolutamente.

P — *Com certeza não havia oposição da esquadra inimiga, não é?*

R — Não somente isso, como também o fato da Marinha ter transportado para as costas d'África, todas as forças que iriam operar nesse continente, com a perda apenas de um navio. Isto constituiu um dos mais admiráveis feitos nos anais da Marinha — quase um milagre! Os submarinos alemães nessa época andavam por toda parte. Apesar disso, a Marinha aliada transportou as tropas de Patton (Gen. George S.) desde os EE.UU. e as outras restantes a partir da Inglaterra. Penetrou com essas últimas no Mediterrâneo, transpondo o gargalo de Gibraltar, enquanto desembarcava as primeiras em Casablanca. Antes desses desembarques, perdemos apenas mais um navio, mas depois disso, perdemos uma porção deles; pois o inimigo passou a cruzar constantemente nas imediações das entradas desses portos.

LIMITAÇÕES DO FOGO NAVAL

P — *O Sr. empregou as Forças Navais nos desembarques ao S. da França?*

R — Empreguei-as em toda a parte.

P — *O Sr. desencadeou o desembarque na Normandia, possuía diversos encouraçados, não é verdade?*

R — Sim. Tanto norte-americanos como ingleses.

P — *Qual a missão que cumpriram?*

R — Naturalmente uma delas foi a de bombardeio. Era sabido que não seríamos capazes de localizar e destruir todas as baterias de costa, unicamente por meio de bombardeios aéreos. No decorrer da guerra, a Marinha conquistara

crescente respeito pelos seus tiros de artilharia. Dispondo de aviões de observação, pôde ela fazer muita coisa nesse sentido. Por exemplo, em Gela, na Sicília, a Marinha desarticulou um ataque de blindados inimigos, com tiros de sua artilharia. Os marujos são ótimos. Por ocasião das operações iniciais sobre a Normandia, chegáramos a depender tão grandemente do bombardeio naval para a execução dos desembarques, que eu passei todo o tempo a pedir deles muito mais do que podiam dar.

P — *Eram de utilidade os canhões de grande alcance da Marinha?*

R — Sim e sem contestação! Com relação a isso, estava justamente lendo um relatório feito por dois Comandantes em Cherbourg e que durante 23 e 24 de junho de 1944 desejaram render-se. Realmente, foram muito castigados, pois descarregávamos sobre eles tudo quanto possuíamos e os recalçávamos violentamente tanto em terra como nos ares. Finalmente, ao amanhecer de 24, esses dois almirantes radiografaram pedindo permissão para render-se, declarando: — "A Marinha também irrompeu fogo sobre nós". E assim confirmavam que o fogo vinha de todos os lados.

RISCOS DAS OPERAÇÕES ANFÍBIAS

P — *Durante todas as operações na Europa nós controlamos o mar. É isto vital?*

R — Sim, pois além de controlar os mares, a Marinha apoiou os desembarques. Uma operação anfíbia não é uma coisa particularmente difícil, porém é delicada, exigindo muita cautela, pois um nonada é bastante para prejudicá-la. Em alguns aspectos, sob o ponto de vista do pessoal de terra, é uma das operações mais simples. Colocam-se os homens nas embarcações e quando as guarnições estiverem bem treinadas em embarcar, articula-se o dispositivo mais simples do mundo — os homens não poderão ir para outro lugar que não seja a praia. Mas apesar de tudo, repito, é uma operação

multíssimo delicada e na qual se necessita todo o potencial de fogo disponível. Após os desembarques nas praias da Normandia, enfrentamos um grande número de baterias inimigas que nos perturbaram durante vários dias. A Marinha bombardeou-as consecutivamente até o momento de as capturarmos.

P — *Era isto atribuição da Marinha?*

R — Competia à Marinha pôr os homens em terra. O Almirante Chester W. Nimitz (Comandante em Chefe da Esquadra do Pacífico no período 1941-1945) e eu costumávamos conversar a respeito dessa questão de "mudança de comando". A experiência, que a Marinha adquirira no Pacífico, era saltar de ilha em ilha. Nesse caso, sabia-se o que havia pela frente, ou melhor, podia-se elaborar o plano de batalha com maiores detalhes do que para uma massa continental, onde as operações de desembarques apenas constituíam o prelúdio de uma campanha. Sabe-se que, uma vez mantida firmemente certa parte de uma ilha, pode-se ali permanecer, pois se conhece aproximadamente o que existe em terra, o quanto se conquistou e o que se pode fazer.

Na Normandia, quando os alemães em terra firme, ninguém sabia o que iria acontecer. A Marinha tinha de permanecer junto a nós e desempenhar a sua missão durante todo o tempo. O Almirante Alan G. Kirk (Comandante das Forças Navais Americanas na invasão da Normandia em 1944) tanto fazia parte do meu Estado-Maior de Planejamento como era também o meu chefe de Estado-Maior. Dêsse modo, repartiu ele os fogos da Marinha de modo a contra-bater determinadas baterias. Até mesmo na desarticulação dos contra-ataques inimigos, a Marinha cooperou.

Procuro constantemente fazer ver que existe toda e qualquer forma de combate. Não se deve arbitrariamente elaborar lições decorrentes só das campanhas européias, porque, exceto quando fomos à África, onde tivemos de

invadir um país neutro para fazer dele um aliado, sempre dispusemos de bases aéreas aproximadas.

Isto, entretanto, tem as suas desvantagens. Foi por esse motivo que os alemães puderam prever o nosso desembarque em Salerno. Apesar de termos um porta-aviões inglês no Mediterrâneo, dependíamos também dos aviões de combate que tinham as bases na região Leste da Sicília. A razão que existia para tomarmos Salerno, era estar essa cidade dentro do raio de ação dos nossos aviões de combate e os alemães tinham quase certeza de que não iríamos desembarcar fora do alcance dos nossos fogos. Dêsse modo, Salerno ficava nitidamente enquadrada.

P — *Que tal se tivéssemos podido organizar uma grande força aero-transportada capaz de desembarcar no interior do continente?*

R — Existem ainda dificuldades de toda espécie nos processos de desembarque aéreo, a menos que se o faça sem encontrar resistências e com ótimos campos de aterragem à disposição, pois são eles muito necessários para a obtenção de uma real mobilidade em terra. E uma força aérea transportada carece dessa mobilidade, pois não dispõe de auto-caminhões, carros de combate, canhões auto-propulsados e todos os demais equipamentos pesados, de que uma força móvel necessita. O que se consegue efetivamente com um desembarque aéreo, é o estabelecimento de uma força de bloqueio adstrita às condições locais.

Nessa questão haveremos de evoluir, conseguindo e aperfeiçoando um equipamento cada vez melhor e mais leve. No meu modo de ver, ainda não estamos em condições de estabelecer uma cabeça de ponte aérea e daí, como base, desencadear uma campanha de envergadura, equivalente a uma das cabeças de praia da Normandia, onde até desembarcamos vagões fechados. Alguns elementos talentosos idealizaram instalar trilhos no fundo de uma E D C C (Embarcação de Desembarque para Carros de Combate), transportar desse modo os vagões fe-

chados e, em seguida, por meio de uma conexão improvisada, fazê-los correr pelas estradas de ferro francesas. Dêsse modo, tivemos um vagão fechado saído da Inglaterra, operando em França dentro de 24 horas! Tal coisa ainda não pode ser feita com um avião. Não sei o que faremos no dia em que se puserem asas no "Queen Mary", mas por enquanto ainda lá não chegamos.

VANTAGENS DE UMA FORÇA DE TRANSPORTE

P — *Julga que as operações anfíbias continuarão ainda, por muito tempo, a fazer parte dos atuais processos de combate?*

R — Minha primeira observação é que desejo não haja mais combates. Não posso dar uma resposta sem base sobre esse assunto, pela simples razão de ser muito difícil prever onde uma guerra se irá desencadear e sob que condições irá ser executada.

Direi, entretanto: — Será hoje uma loucura permitirmos que morra nas nossas Forças Armadas o enorme cabedal de conhecimentos que temos desse tipo de operação. Estamos à frente de todos, em se tratando desse assunto e somente igualados pelos ingleses, quanto à doutrina da operação. Possuímos, porém, material em maior quantidade e de melhor qualidade, além de estarmos melhor equipados para produzi-los. Sou inteiramente contrário ao fato de permitirmos seja negligenciado esse tipo de operação. Será uma verdadeira estultice retrogradarmos ao invés de nos mantermos na vanguarda.

O mesmo está acontecendo com a questão dos porta-aviões, nos cálculos em tempo de paz.

Convém salientar uma coisa importante acerca da guerra, caso essa tragédia nos visite novamente: — É que ela sempre irromperá em circunstâncias, locais e condições bem diferentes daquelas que se espera ou para as quais se tenha planejado.

O importante para uma "Task Force" de porta-aviões, de valor

apreciável, é a sua grande flexibilidade.

Suponhamos que irrompa uma guerra no Mediterrâneo, na costa ocidental da África, na Sibéria ou mesmo no Golfo Pérsico. Os porta-aviões estão em condições de operarem nessas áreas. Contudo, não posso predizer em que consistirão as descobertas científicas do futuro e conseqüentemente até que ponto atingirão as crescentes vulnerabilidade eficiência dessas armas. Bem sei que só se pode planejar em detalhe para o futuro sobre aquilo que se vê com alguma clareza, e por isso organizamos Estados Maiores unicamente destinados ao estudo das condições futuras mais nebulosas.

No momento, porém, estamos tratando de planos atuais e assim uma flexível "Task Force" de porta-aviões tem alta prioridade na minha ordem de urgência. A mesma observação aplica-se a uma apreciável esquadra de bombardeio.

Volto por um momento à questão da Marinha e à respectiva missão na guerra Européia. Quando nos preparávamos para o assalto final, o que implicava também na transposição do rio Reno, fomos buscar a Marinha para cooperar conosco na travessia, pois adquiríramos formidável experiências em executarmos desembarques juntamente com ela. Dissenhamos então: "Venha e faça-nos atravessar o Reno". Instalamos os E D V P (Embarcação de Desembarque para Viaturas e Pessoal), que mediam 40 pés de comprimento, em reboques e fizemo-las atravessar toda a França. Sem perda de tempo deitamo-las náguas e a Marinha executou o transporte das nossas tropas.

COMO AS TRÊS FORÇAS AGIRAM CONJUNTAMENTE

P — Isto certamente, foi uma "operação unificada", não foi?

R — Foi. Um dos motivos por que me conservei afastado tão claramente de qualquer participação pública nas discussões entre as três forças armadas, foi o grande

apreço que tenho por elas e o modo como agiram comigo. Asseguro-lhe não ter queixas de quem quer que seja. Por exemplo: nas duas ou três vezes em que a Marinha parece não ter compreendido o que se queria dela, enviei telegramas diretamente ao Almirante King e a resposta foi apenas: "Sim." Não podia ter recebido de ninguém, durante toda a campanha, um apelo mais irrestrito do que o dado pelo Almirante King. Esse Almirante não pertencia à classe dos que não dão palmadinhas nas costas. Nunca tive para ele senão excepcional respeito e amizade.

Tudo isto aplica-se também ao Exército. Até aqui apenas mencionei o apelo naval, porque além de tudo, tendo envergado o uniforme daquela Força, é justo esperar dela o mais completo apelo.

É difícil fazer-se o planejamento das forças de que se necessita para a segurança relativa. Em geral, aprecia-se o conjunto e diz-se: — "Devemos ter um determinado número de carros de combate". Naturalmente, isto constitui uma primeira prioridade. Mas, quando tiver conseguido esses carros de combate, qual a prioridade que atribuiremos à centena seguinte deles, em confronto com algo de outra espécie? Eis um trabalho que terá de ser feito anualmente, apesar de constituir uma das causas provocadoras de animosidades, porque cada pessoa que estiver metida nesse assunto, torna-se cada vez mais convencida da importância da Força a que pertence.

Tomemos como exemplo, um pi-raquedista, cujo moral é cada vez mais alto. Pensa, ele, realmente, que, se lhe derem dois lança-rojões e um "jeep", poderá ir a qualquer parte do mundo e aí derrotar quem quer que seja. Naturalmente, isso traduz um belo espírito, mas a verdade é que cada Força Armada confia quase exclusivamente nas próprias forças e, em consequência, surgem discussões acaloradas quando constata que não há dinheiro suficiente para tudo quanto quer.

PROBLEMAS DE COMANDO COMBINADO

P — É ainda aceita por outros países, a idéia de Comando Combinado?

R — Quando as operações terminaram, tive com o Visconde Montgomery uma longa palestra e, segundo o seu modo de pensar, "deve" ser integralmente aceito o princípio de um só comando em campanha. Hoje, penso que todas as pessoas com quem tenho falado a esse respeito, tais como o Barão Tedder, da Real Força Aérea, e a maior parte dos meus amigos da Marinha, pendem também para esse princípio.

Entretanto, não julgo que os demais países venham a organizar esse tipo de Comando em tempo de paz, porque isto implica em novos problemas de natureza pouco comum nas nossas Forças Armadas.

Na Inglaterra, os Chefes de Estado Maior quase que fazem parte do Governo, pois integram o Gabinete de Defesa, que, por sua vez, faz parte do primeiro. Os Comandantes estão sempre presentes quando são tomadas decisões militares. Os problemas militares não são descurados e jogados para um canto. Uma das razões por que sempre acreditei na necessidade de um Departamento de Defesa para nós, baseia-se no fato de, quando as questões militares não possam ser resolvidas dentro do âmbito exclusivo da cooperação profissional, haveria sempre uma parte civil do governo, instantaneamente familiarizada com o assunto e em condições de resolvê-lo.

Não importa que esse organismo tenha sido constituído perfeitamente, desde que os seus resultados sejam satisfatórios.

Provavelmente os ingleses não aceitam, em tempo de paz, um método unificado para controle das Forças Armadas Britânicas, juntamente com as similares de outros países. Entretanto, estou certo aceitariam tal coisa, como um tipo de comando adequado à guerra.

P — Algumas pessoas, naturalmente, desejariam que organizássemos uma força policial internacional, pois desde que estabeleçamos o princípio de Comando Combinado...

R — Bem, isto, porém, é uma questão da mais alta política internacional.

FABRICA BANGU
TECIDOS PERFEITOS

Preferidos
no
Brasil



BANGU



Grande
sucesso
em
Buenos Ayres

EXIJA NA OURELLA
BANGU-INDUSTRIA BRASILEIRA

"Nunca se deve fazer ou deixar de fazer qualquer coisa sem consultar seus próprios interesses. Nunca se deve proceder por mera imitação."

o o o

"Vivemos num mundo de tão rápidas e dinâmicas mudanças, como jamais o homem conheceu em sua existência de centenas de milhares de anos."

(William Vogt — Road to Survival.)

PROBLEMAS DO BRASIL

Ten.-Cel. ADALARDO FIALHO

IV

O PAPEL DAS BASES ESTRATÉGICAS DO NORDESTE
NA POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA

"A política de todas as Nações está
na sua Geografia" — NAPOLEÃO

INTRODUÇÃO

É de todo o interesse para nós, cessado o último conflito mundial, estudar o papel de nossas bases do Nordeste na política e estratégia mundiais do futuro. As questões do pós-guerra apascentam os espíritos, tanto na Europa, como na América do Norte.

Ainda hoje todos procuram deduzir consequências desse gigantesco conflito que ensanguentou o mundo e esforçar-se por examiná-las à luz dos interesses dos respectivos países. Na América do Norte, no campo dos assuntos político-militares, a atividade não é menor e é digno de registro o fato de que nenhuma limitação é imposta à discussão desses assuntos, mesmo em tempo de guerra.

O seu exame é livre. Há a máxima liberdade e, por isso, grande contribuição foi prestada ao esclarecimento da opinião pública e mesmo à ação do governo, através de livros, jornais, conferências, etc. Para dar uma só e pálida amostra dessa liberdade de opinião, basta citar que Nicholas J. Spykman, em sua monumental obra "America's Strategy in World Politics", tinha a fortaleza de ânimo para asseverar, ainda em pleno fragor da luta, que era do interesse dos Estados Unidos tolerar um Japão

forte em face de uma China que se levantava, pois a posição estratégica dos Estados Unidos em relação a uma Ásia poderosa é a mesma que a deles em relação à uma Europa unida: é preciso equilibrar uma e outra com alianças com as Nações que estão em condições de barrar-lhes a expansão para Leste e Oeste, respectivamente, na direção da América do Norte. Essas nações são o Japão e a Inglaterra.

Outros iam ao ponto de indicar países onde os E.E.U.U. deviam ter indiscutível influência, zonas onde precisavam ter bases aero-navais, territórios que deviam neutralizar, etc., etc.

Walter Lippmann disse: "No Atlântico Sul, na rota para a América do Sul, a manutenção de fortes bases aero-navais no bojo do Brasil é essencial".

Com efeito, não se trata, com essas discussões, de agredir este ou aquele país. Trata-se de compreender certos problemas, salientar a verdade de determinados fatos geográficos, adivinhar o alcance, nas lutas futuras, de alguns inventos modernos, admitir a derrogação de outros que perderam a importância, pois as relações internacionais são essencialmente dinâmicas e é preciso estar-se alerta

para nos adaptarmos às suas duras realidades.

E à luz desse mesmo espírito tolerante que advogamos, neste capítulo, o direito dos brasileiros, por sua vez, encararem com franqueza os problemas que lhe interessam particularmente e, entre esses, sobreleva-se aos demais, sem dúvida nenhuma, a posição das bases do Nordeste em face do entrelaçamento de interesses internacionais. Que partido o Brasil poderá tirar delas? Poderão repercutir no campo internacional a ponto de fazer com que o Brasil modifique a sua política externa e altere a sua tradicional posição político-estratégica no Continente? Para responder a estas perguntas devemos passar a palavra à Geografia, ou melhor à Geopolítica, pois é na Geografia de um país, na distribuição de suas massas de terra em relação aos agrupamentos políticos vizinhos ou fronteiras, na consideração das distâncias e dos recursos disponíveis que estão os fundamentos da política externa de uma Nação.

Feito isso, estaremos em condições de tirar conclusões, indicando, no terreno militar, o que fazer para, no campo internacional, neutralizar a ação das potências interessadas nas bases do Nordeste.

SITUAÇÃO GEOPOLÍTICA DAS BASES DO NORDESTE

a) A situação geográfica das bases

(Ver figura n. 1)

Salientaremos, aqui, somente, certas particularidades geográficas.

O Brasil pertence à comunidade do Atlântico. Não há um só Atlântico, como no caso do Oceano Pacífico, mas dois Atlânticos: o Atlântico Norte e o Atlântico Sul, separados pelo estrangulamento entre o bojo Nordeste do Brasil e o ombro da África, com 1.800 milhas de comprimento, entre Natal e Dakar.

Essa distância é hoje percorrida em 5 horas de voo, abstraído o uso de aviões a jato. Quem vai, por mar, de Buenos Aires para a Europa ou para os Estados Unidos e

vice-versa e quem vai do Sul da África para os EE.UU. ou Europa e vice-versa, deve passar pelo estrangulamento.

O estrangulamento é, portanto, uma encruzilhada vital para o mundo e o Nordeste brasileiro é uma das duas sentinelas dessa encruzilhada. Mas, vejamos as distâncias, em relação à Europa e à América. Pernambuco é equidistante tanto da zona de bases americanas situadas entre Charleston e Boston, como da zona de bases européias situadas entre Liverpool e Marselha.

As posições da América e da Europa são idênticas, em relação ao Nordeste brasileiro. O problema pode ser expresso por um triângulo equilátero, com os vértices em Norfolk, Brest e Pernambuco, cada lado tendo 4.000 milhas.

Ao Sul de Pernambuco há mais 4.000 milhas de litoral, até o Cabo Horn. Tudo isso porque o Nordeste brasileiro avança para Leste, em relação à Norte América.

Notar que o meridiano de Nova York passa ao largo de Valparaíso, no Chile, e não na costa do Atlântico.

No extremo Nordeste do Brasil encontramos Natal, o ponto mais importante de todo o litoral Norte-Nordeste do Brasil.

Ao largo de Natal, 250 milhas a Nordeste, deparamos com Fernando de Noronha, outra base vital porque, organizada:

— pode contribuir para apertar ainda mais o estrangulamento Natal-Dakar;

— pode mesmo alongar ainda mais a rota Nova York — Buenos Aires, obrigando os navios a passarem por fora dela.

Natal é o campo de pouso das linhas aéreas comerciais via Dakar, via Cabo, ou via Miami ou via Buenos Aires. É a encruzilhada aérea, a chave das grandes rotas aéreas internacionais, cuja disputa comercial as grandes Nações sempre empreenderão.

Recife, ao Sul de Natal, tem uma significação mais marítima. É o primeiro porto de escala para navios vindos da Europa e África do Norte, ou da Norte-América para

o Rio e Buenos Aires. Fortaleza e Belém, a Oeste de Natal, têm importância aérea e naval. São portos e pontos de escala aérea interdiários.

Fortaleza fica mais perto das bases norte-americanas e Belém ainda mais. É um fato a registrar: quanto mais para Leste, mais as bases do litoral Norte-Nordeste brasileiro escapam da ação das bases norte-americanas. Sob o

ponto de vista aéreo, Belém, Fortaleza e Natal constituem um "corredor" (o corredor da Vitória da Guerra) tanto da América do Norte para a África e Europa, como destas para aquela.

No caso de uma luta entre os EE.UU. e uma potência europeia, como vimos no passado conflito, a importância daquele "corredor" só tende a crescer.

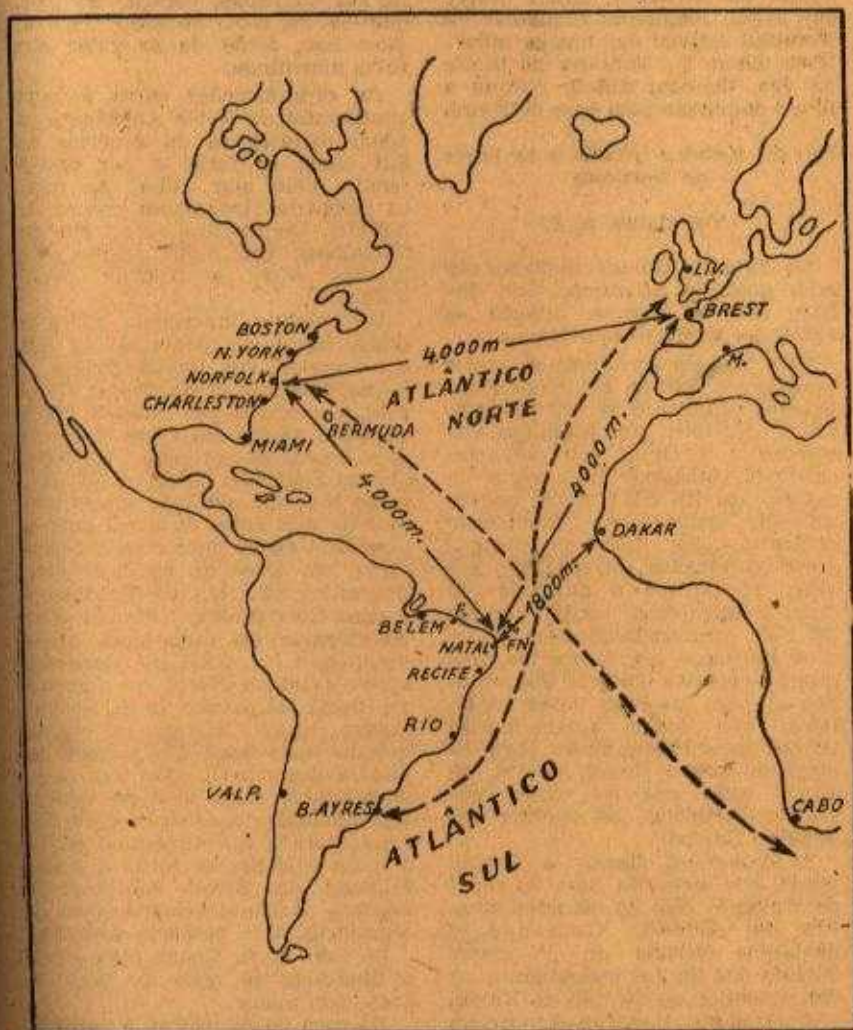


Fig. 1

O que será a Aviação daqui a 20 anos? Tendo tido um papel nulo na 1ª guerra mundial, uma importância excepcional na 2ª, o que reservará o futuro para esse "corredor"?

Fernando de Noronha representa, em relação ao Nordeste o mesmo papel que representaram as Bermudas em relação aos EE.UU.: é um pósto avançado da defesa do Nordeste. Para um partido que venha da África, é difícil descer em Natal, enquanto Fernando de Noronha estiver em nossas mãos. Para tomar F. Noronha no limite de voo, também difícil, porque a ilha é dominada pela base de Natal.

b) Os Estados Unidos e as bases do Nordeste

(Ver figura n. 2)

Os Estados Unidos também são uma potência atlântica. Sua defesa, face à Europa, arrasta as bases do Nordeste brasileiro.

Pelo jogo de equilíbrio de poder mundial, o destino estratégico dos Estados Unidos é se verem cercados, a Leste, por potências europeias e a Oeste por potências asiáticas. Mas por uma série de razões, os EE.UU. não podem subsistir isolados no Hemisfério ocidental. Por isso, as guerras norte-americanas deverão ser ganhas na Europa e na Ásia. O quadro estratégico exige que os EE.UU. conduzam as suas operações militares em forma de uma grande ofensiva através dos oceanos e, para isso, as bases brasileiras não podem ficar indiferentes. Suponhamos então, para raciocinar, que o Brasil, por si, ou aliado com uma ou várias potências europeias, se oponha aos Estados Unidos.

É impossível atacar o Brasil, vindo, por terra, da zona do canal do Panamá. Não há estradas através da América Central e nenhuma estrada de 1ª classe através dos limites colombianos ou venezuelanos na direção do Brasil.

A grande estrada Pan-Americana não passa ainda de uma visão. O vale do Amazonas, por sua vez, é,

em termos militares, uma grande zona tampão para quem se dirija da América do Norte para a do Sul.

A Colômbia e a Venezuela pertencem ao mar das Caraíbas, dominado pelos norte-americanos. Ao Sul desses países situa-se o vale do Amazonas, região passiva, de imensas extensões, de clima equatorial e inteiramente desprovida de recursos. É na região temperada, no sul do Brasil, coração do país, que os EE.UU. deverão ferir e, para isso, terão de se valer das rotas marítimas.

As comunicações entre a zona continental da Norte América e as zonas estratégicas da América do Sul ainda se farão e por muito tempo, pelo mar. Mas, no mar, as distâncias trabalham contra os EE.UU. Do Panamá ao estreito de Magalhães vão 7.500 milhas; de Buenos Aires a Norfolk 6.000 milhas.

Um ataque americano sobre a costa Leste da América do Sul corresponde, em largos termos, a operações sobre territórios de além-mar, a executar por meio de ações navais e aéreas em áreas distantes das bases de origem. Contudo, quanto à questão bases, os EE.UU. estão hoje em situação muito melhor do que antes da atual guerra. O acôrdo de 99 anos com a Inglaterra, em troca de 50 destroyers, trouxe os EE.UU. até Trinidad e mesmo Georgetown. Isto quer dizer em termos de autonomia marítima, que os EE.UU. dominam agora o litoral Norte — Nordeste do Brasil até o cabo de S. Roque. Porém, nesse litoral, já vimos, quanto mais para Leste, mais os pontos escapam à ação das bases americanas, mais eles se tornam equidistantes da América e da Europa, mais se aproximam da África e mais evidente se torna a possibilidade do Brasil equilibrar a ameaça norte-americana com o auxílio de uma potência europeia.

Do cabo de S. Roque para o Sul, a liberdade de ação do Brasil é cada vez maior.

No caso da Argentina é máxima. Daí, talvez, essa atitude de independência da grande nação platina

em relação aos EE.UU., à parte os seus antagonismos econômicos.

Vemos, portanto, que o utilizar-se das bases do Nordeste é uma questão vital para os EE.UU., em luta com uma potência européia.

Sem elas, as suas operações ficariam sem apoio. Insistindo, essa utilização é um problema de distâncias relativas e de bases avançadas. Já vimos as distâncias. Quanto às bases, partindo de Nor-

folk, os EE.UU. poderiam usar a baía de Guantánamo, Porto Rico, Trinidad e Georgetown, porém, mais para diante, a sua frota só contaria com auxílio aéreo baseado em terra se dispusesse das bases brasileiras. Destas, Natal, a mais longínqua, é a mais importante, estrategicamente falando. Ao Sul do cabo de S. Roque, a América do Norte não tem bases. A costa entre S. Roque e Buenos Aires está

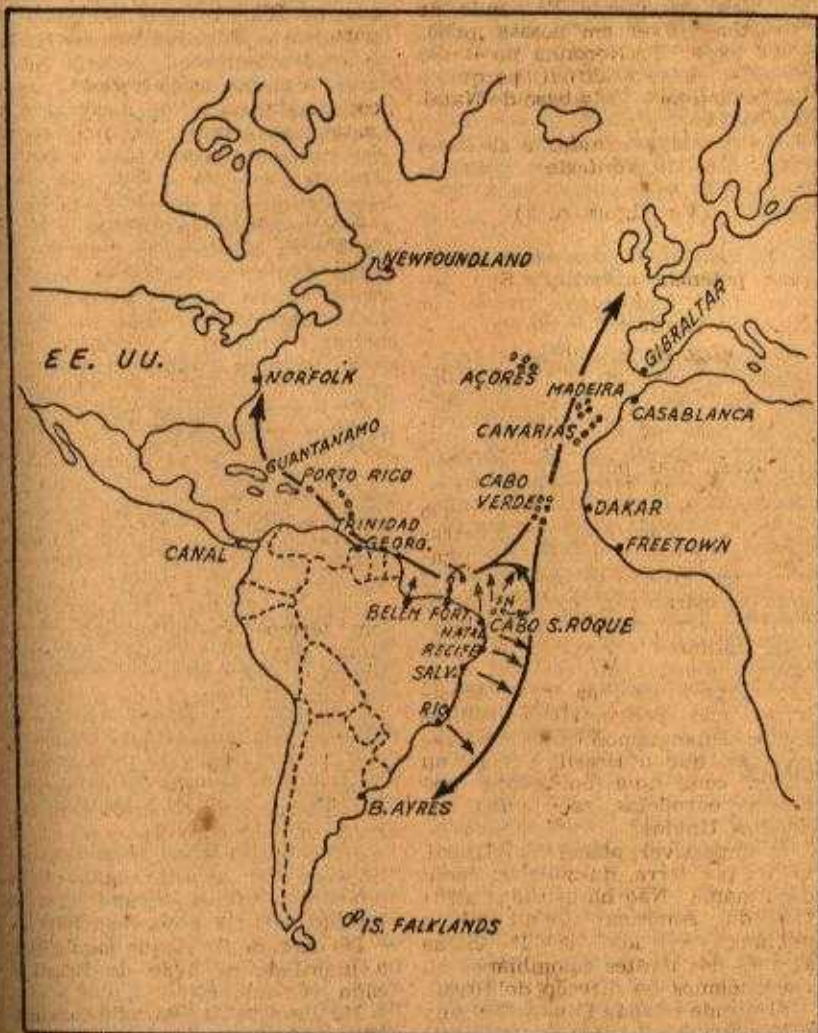


Fig. 2

além do raio de ação de frotas com base nos portos mais avançados dos EE.UU.

As suas operações, nesse litoral, apoiam-se no ar. A escolha de Recife, na última guerra, para sede da Esquadra do Atlântico Sul dos EE.UU., vem confirmar que eles necessitam de bases no Nordeste brasileiro. Sem essa facilidade, concedida pelo Brasil, a Esquadra americana teria de recuar. O centro de gravidade do grosso da frota americana do Atlântico não pôde avançar além de Porto Rico, sem o que descobriria regiões vitais da América continental. Em Porto Rico, ele fica a igual distância de Newfoundland e de Natal, cobrindo, ao mesmo tempo, o canal de Panamá. Mas em Porto Rico, ele está muito longe para operar no Atlântico Sul.

c) *As potências européias e as bases do Nordeste*

(Ver figura n. 2)

Quando escrevemos potências européias, queremos nos referir a uma forte Nação ou coligação de Nações associadas, voluntária ou involuntariamente, a um mesmo destino político, como vimos na última guerra. Da mesma forma que quanto a América do Norte em relação à Europa, é difícil conceber que tal potência (ou agrupamento de potências européias), igualmente banhadas pelo Atlântico, se veja imune de entrar em conflito com os EE.UU.

Suponhamos, então, para raciocinar, como já o fizemos, que o Brasil, por si, ou coligado com a Norte-América, se oponha àquelas potências. Para ferir o Brasil ou os Estados Unidos, a potência européia, da mesma forma, precisará do corredor do Nordeste ou, no mínimo, de Natal. É também uma questão de distâncias e de bases avançadas. Quanto às bases, quem vem da Europa para Pernambuco apoia-se em Gibraltar, Casablanca e Dakar. Dakar ou Freetown, transformadas em grandes bases de operações para navios de batalha e levando-se em conta o raio de

ação admitido de 2.500 milhas para as frotas navais, levaria as ações navais européias a sentirem-se por todo o litoral Norte do Brasil, até mesmo nas proximidades do Mediterrâneo americano.

Já vimos que os americanos podem estender a sua ação naval até o cabo de S. Roque. O litoral norte do Brasil poderia, portanto, se transformar, eventualmente, num "mar de ninguém", onde ferozes combates navais poderiam vir a ser travados e, nesse caso, a utilização de Belém e Fortaleza, como bases de reparações, etc., poderia interessar a ambos os partidos.

A costa Leste da América do Sul tem a direção N.E.-S.W., de modo que a rota de Dakar para o Prata é paralela à costa e, por isso, cada base flanqueia a aproximação para a base seguinte, mais para o Sul. Natal e F. Noronha, as mais avançadas, são as primeiras a hostilizar aquela rota e, portanto, as mais importantes. São as primeiras, também, a hostilizar quem vem de Dakar para Belém, passando ao largo de F. Noronha.

A rota da Europa para Dakar pode ser protegida por uma cortina de observação aérea operando dos Açores, Madeira, as Ilhas Canárias e as do Cabo Verde e pode também ser patrulhada e defendida com aviões baseados em terras, tanto da Europa como da África.

Além de Dakar, a frota européia só poderia contar com auxílio aéreo baseado em terra em parte do caminho, a menos que dispusesse das bases brasileiras.

A distância de Dakar a Natal é muito grande para efetuar bombardeios aéreos efetivos, pelo menos em termos de técnica moderna (ou gasolina ou bombas e abstraido o uso de aviões a jato).

Dispondo das bases brasileiras, o auxílio aéreo à frota naval será assegurado durante toda a travessia do Atlântico. O pior, para ambos os partidos, é que não há, no litoral Norte do Brasil, portos em condições de servirem a uma frota de batalha dentro das condições da guerra moderna. Em todo o litoral Norte-Nordeste do Brasil, só a

baía de S. Salvador possui o tamanho suficiente para abrigar uma frota sem acúmulo, condição indispensável nestes dias de guerra aérea.

Ao Sul de Natal a potência europeia, da mesma forma que os EE.UU., também não possui bases onde apoiar as suas operações.

As ilhas Falklands não modificam esta afirmativa porque, hoje, elas representam para a Inglaterra, em relação à Argentina, o que as Filipinas significaram para os EE.UU., em relação ao Japão: territórios que se não podiam socorrer e suprir, com facilidade, devido às distâncias e por estarem situados dentro do raio de ação da Aviação baseada em terras do oponente.

A costa Leste sul-americana está, também, além do raio de ação de frotas europeias baseadas em seus postos mais avançados.

d) A Argentina e as bases do Nordeste

(Ver figura n. 2)

Suponhamos, finalmente, que os antagonismos econômicos e políticos entre a Argentina e os EE.UU. não se possam corrigir e que as duas repúblicas entrem em conflito aberto, hipótese que é difícil admitir sem o alinhamento, ao lado da Argentina, de uma potência europeia. Quanto à ação desta, em relação aos EE.UU., já a encaramos no caso anterior. Vejamos aqui a ação da Argentina, propriamente, contra os EE.UU. e admitamos mais uma vez, para raciocinar, que o Brasil, por si, ou aliado aos EE.UU., se oponha à Argentina.

Um ataque por terra, da Argentina contra os EE.UU., é inadmissível. Só pelo mar poderá agir e, para tanto, sua frota, só, ou reunida à da potência europeia, deverá passar ao largo de Natal, o que ressalta a importância das bases do Nordeste, tanto para o Brasil, como para os EE.UU.

Para atacar a zona do canal de Panamá pelos ares, por meio de uma série de saltos, cada vez mais próximos do canal, seriam necessárias vias de comunicações pelo

interior da América do Sul. Na falta destas, como é o caso, os suprimentos deveriam ser feitos, também, por via aérea. Nestas condições, o empreendimento seria mais prático conquistando bases cada vez mais próximas do canal, ao longo da costa, isto é, ele seria apoiado por ações aero-navais, pois devemos admitir que os suprimentos viriam da Europa e não da Argentina, via indireta. Da mesma forma, isso não seria possível enquanto o Brasil e os EE.UU. mantivessem as bases do Nordeste.

De qualquer forma, Natal e F. Noronha poderão manter separadas a Argentina de sua aliada europeia, pois aquelas bases dominam o estrangulamento Natal — Dakar.

E, mais importante ainda, poderão impedir a remessa de matérias primas e de gêneros de consumo da Argentina para a Europa.

CONCLUSÕES

(Ver figura 3)

Diz Nicholas J. Spykman:

"Se a política externa de um Estado deve ser prática, deve ser traçada em termos da realidade das relações internacionais, em termos de política de poder.

Os Estados existem, antes de tudo, devido à sua própria força ou à dos Estados protetores e, se desejam manter a sua independência, devem fazer da preservação e do melhoramento de sua posição de poder o principal objetivo de sua política externa.

Nações que renunciaram à luta do poder e deliberadamente escolhem a impotência, cessarão de influir, por bem ou por mal, nas relações internacionais e arriscar-se-ão a eventual absorção por vizinhos mais poderosos.

Uma boa política externa deve não somente ser adequada às realidades da política de poder, mas ser também ajustada à posição específica que o Estado ocupa no mundo. É a situação geográfica de um país e sua relação com os centros de poder militar que o cercam

que define o seu problema de segurança”.

Vimos, por um raciocínio triangular, que as bases do Nordeste interessam aos EE.UU., à Europa e à Argentina.

Natal, Fernando de Noronha e Recife são uma das grandes chaves do mundo.

É a esquina de onde se poderá barrar, em termos de guerra aero-

naval moderna, movimentos provenientes do Prata, da Norte América e da Europa.

Portanto, saibamos tirar partido dessa dívida da Geografia. Fortifiquemos e guarneçamos fortemente as bases do Nordeste, para aumentar-lhes o valor e a cobiça pelos outros povos, porém não nos aliemos a nenhum partido. Fiquemos de mãos livres para, no mo-

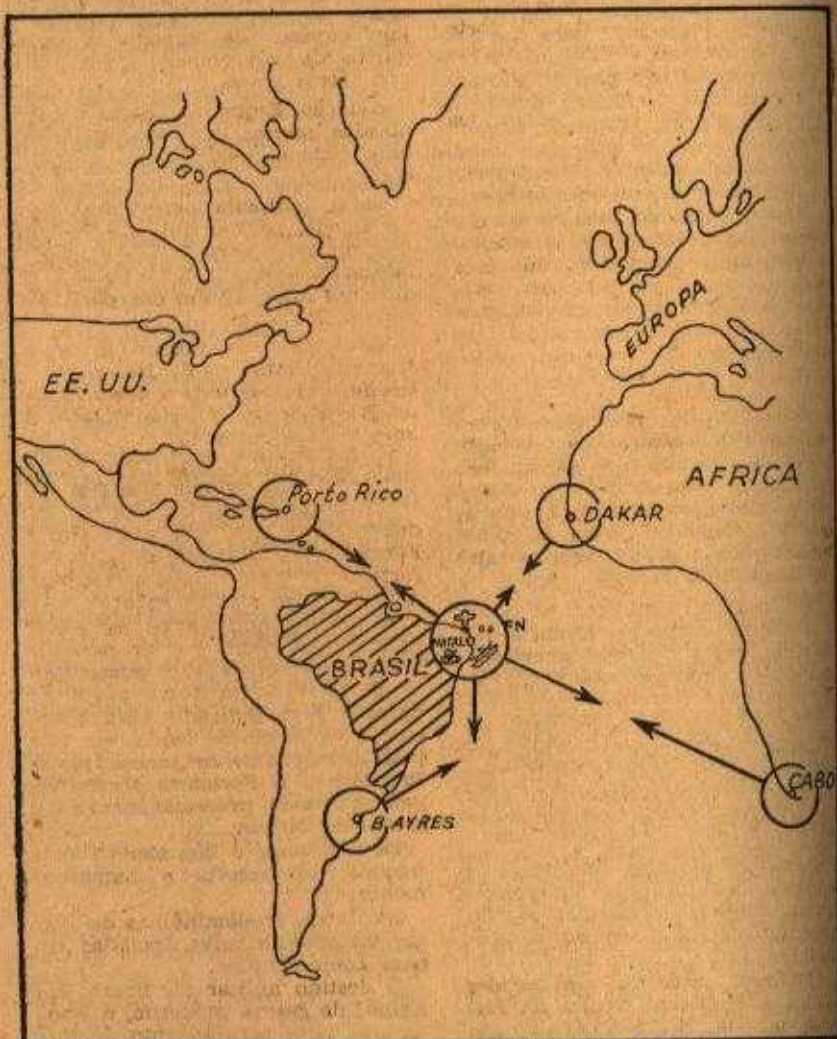


Fig. 3

mento oportuno, jogar com elas — trunfo inestimável — no tabuleiro da política internacional, de acordo com os nossos interesses.

Os supremos interesses do Brasil aconselham-nos a essa atitude de independência. Não podendo equilibrar o poder dos EE.UU., só ou coligado com as nações do A.B.C., as mais fortes da América do Sul, devemos, pelo menos, acenar-lhes com a possibilidade de aliar, a qualquer momento, as bases, fortemente armadas, à sorte de uma potência européia: Inversamente, acenemos a qualquer potência européia com a possibilidade de imaná-las à sorte dos EE.UU.

Tornemos as bases uma ameaça potencial para qualquer nação.

Nessa ordem de idéias, não devemos fazer concessões irrestritas a companhias de navegação aérea internacionais, porque isso seria fazer o jogo de um dos partidos. Seria amarrarmos-nos, cair dentro da órbita de influência de um dos partidos.

Se os EE.UU., por exemplo, precisassem lutar ao largo de Fernando de Noronha, a sua Aviação poderia ir, de salto em salto, sobre os campos comerciais concedidos, até a zona de operações, ao passo que a potência européia oponente teria de executar um grande salto de Dakar a Natal.

Facilitar, ao contrário, as bases, à potência européia, tornaria um suicídio, para a frota americana, qualquer operação ao largo de Fernando de Noronha.

O nosso interesse está, pois, em ficarmos equidistantes de todos os partidos. Sob o ponto de vista brasileiro, a defesa das bases do Nordeste é mais um problema de forças aéreas.

Para os partidos americano e europeu, a luta pela supremacia aérea, naquela estratégica região, precederá e não seguirá a ação naval.

Qualquer ação a empreender contra o Nordeste, venha da Europa ou da Norte-América, não virá em forma de uma anunciada e vagarosa força expedicionária,

partida de Brest ou de Norfolk, mas na de uma ligeira ação de surpresa, vinda de Dakar ou de Porto Rico.

Começará pelo desembarque de forças especializadas, destinadas a tomar os nossos aeródromos, a fim de possibilitar a citada supremacia aérea ou de forças de fuzileiros navais, embarcadas em navios rápidos.

Para nós, portanto, trata-se de armar as bases, de modo que sejam capazes de impedir a conquista da supremacia aérea, ali, por outros povos.

Aviação, Esquadra, forças mecanizadas ligeiras, em terra, apoiadas num sistema perfeito de comunicações.

Natal, particularmente, deve estar ligada, para o Sul, até Recife, pelo menos e para N.W. até Fortaleza, pontos, complementares e que, nas mãos de um dos partidos, isolaria Natal.

Mantendo em nossas mãos o triângulo Natal — F. Noronha — Recife, isolamos toda a costa Leste da América do Sul da influência americana e européia.

Indicar qual a repartição exata de forças para atingir esse fim seria avançar de mais. Porém deduz-se facilmente que, em Natal e Fernando de Noronha, deve haver forte proporção de caça e bombardeio de longo raio de ação.

A medida que vamos de Natal para Belém diminuem as necessidades de bombardeio e aumentam as de caça. Uma força naval de batalha está indicada para estacionar em torno de Natal, em que pese a deficiência de ancoradouros. Em Belém e Fortaleza forças ligeiras, com predominância de meios defensivos.

De Recife até o Rio, ainda forças ligeiras, de escolta e patrulhamento.

Em terra, predominância de forças motomecanizadas apoiadas em boas comunicações.

O destino militar do Brasil, em termos de guerra moderna, é manter um forte agrupamento de forças aero-terrestre-navais no Nordeste e outro no Sul do país. No

centro é fatal o aparecimento de um vácuo estratégico, a corrigir por um sistema completo de comunicações.

Com a repartição de forças acima ou com outra melhor, estaremos em condições de equilibrar as ameaças latentes continentais ou extracontinentais.

O fato é que estamos vendo, todos os dias, a sem-cerimônia com que as nações fortes tratam as fracas. Propõe-se a criação de novos países, à custa de parte ou de inteiros países. Uns consentem,

outros não, conforme os seus interesses.

Tudo é sacrificado ou apoiado em benefício do equilíbrio de poder de um reduzido número de grandes nações. Portanto, devemos conhecer os nossos problemas e o papel que nos cabe no concerto das Nações, estudar as consequências que as transformações mundiais nos trazem e principalmente saber o que queremos. É o que procuramos esboçar neste capítulo.

(Continua)

"Suponho ninguém jamais haver duvidado, ser o rústico camponês ignorante das volúpias da cidade, o melhor soldado. Mas o homem da cidade também deve ir à guerra, pelo que é necessário torná-lo capaz de efetuar os mesmos esforços que o do campo." — *Vegécio*.

LIVROS À VENDA:

	Cr\$
O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel J. B. Magalhães.....	30,00
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	12,00
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de Cultura Geral):	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Coronel J. B. Magalhães.....	20,00

Compreendendo :

Que se passará na Rússia atual ? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A propósito das atividades internacionais da Rússia — Retoques e complementos : O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz ? — O pacto do Atlântico.

A PÁTRIA E O OFICIAL

Ten.-Cel. ALUIZIO DE M. MENDES

III — NEGATIVISTAS

Os negativistas são os que odeiam a pátria o que, diga-se de início, caracteriza a máxima felonía contra o próprio homem, contra a família e contra a Deus. Em geral, são os pessimistas, que julgam a riqueza, a propriedade individual e as atividades econômicas atuais como fontes de corrupção. Por isso negam a necessidade do Estado e proclamam certo determinismo dos fatos sociais sob a forma do materialismo histórico, que é uma lei econômica tão paradoxalmente equivocada quanto a dos três estados, o famoso dogma da ciência positiva. Pela filosofia da história não se pode admitir que homens, educados no ambiente civilizado pelo Cristianismo, de súbito se pervertam em feras, saturados de ódio e de crueldade se atirem com selvageria inaudita contra os seus semelhantes, estracalhando, incendiando, contaminando o que há de mais sagrado e venerado pelas nobres tradições de vinte séculos. Por que então esta guerra renhida, odiosa, sacrílega contra a pátria? Por que então, esta trilogia satânica, abolição da propriedade, deturpação da família, negação de Deus, violando desta sorte os três direitos da natureza, abafando o clamor do coração? Por que então, para estabelecer uma nova forma de regime governamental, perpetrar os maiores crimes, tão repugnantes à dignidade humana?

Ora, se a razão humana não encontra causa adequada, para motivar tais horrendos delitos; necessário se faz descobrir fora das

serenas regiões do espiritualismo uma conjuração oculta, misteriosa, prepotente, que hoje em dia solapa os alicerces da sociedade moderna, assola de terror a ordem civil, e tumultuante convulsiona a paz dos governos e das famílias. E que desejam eles, os partidários da negação da pátria? — A volta ao período anterior ao pecado original! E para isto floreiam com clínica hipocrisia a serpente que envenena:

"Na Idade de Ouro, no estado de natureza — dizem eles — no período anterior ao pecado original, o mundo era regido pela lei natural divina, isto é, pelo direito da Razão. Os homens viviam sem Estado, sem nenhuma espécie de opressão, sem que os seus atos estivessem sujeitos a regras de qualquer espécie. Obedeciam aos mandamentos naturais do bem e da justiça. Mas, as gerações seguintes corromperam-se. Surgiu a cobiça, o descontentamento, as lutas interiores. Os homens então criaram um Estado, a propriedade privada e as diferentes leis sem, com isto, conseguirem a felicidade que desfrutavam anteriormente. A sociedade humana adoeceu. Só um remédio pode curá-la: a renúncia a todas as instituições artificiais, a volta às instituições naturais, o retorno à vida em harmonia com a natureza".

Excogita este trecho; ide ao imo dos pensamentos que ele encerra

e imaginai os homens vivendo sem Estado e sem que seus atos estejam sujeitos a regras de qualquer espécie; imaginai os homens, no mundo da televisão, do rádio, do avião, do raio X e dos arranha-céus e pensai neste mundo sem leis e sem autoridades!... Renunciai a tudo e voltai à fôlha da parreira!... Mas, isto é uma mistificação porque o que eles querem, é a vossa renúncia para vós escravizar e exercer sobre vossa consciência a mais dura das tiranias.

No intuito de demonstrar que os exércitos nacionais do tipo do nosso, são instituições artificiais, adotam os famigerados adeptos dessas nefandas teorias a mesma linguagem e então sentenciam dogmáticamente:

"O homem sente-se fraco. Como necessita de auxílio, junta-se a seu semelhante e funda um Estado. Os cidadãos dedicam-se às mais variadas atividades: uns são agricultores, outros artesãos, outros ainda permutam produtos. E assim nascem o comércio e o dinheiro. Mas, os homens logo depois, não mais se contentam com a satisfação das próprias necessidades materiais. Tomam-se de ambição e desejam viver luxuosamente. É então que surge a riqueza, a prodigalidade, engendrando a cobiça e as guerras de conquista. Tal situação explica o aparecimento de um exército permanente. O Estado se complica. O contraste entre a riqueza e a pobreza acentua-se, a paz interior aos poucos se extingue".

E é dêsse contraste que fazem surgir a luta de classe indispensável à revolução socialista. Daí extraírem, então, o princípio de que o Estado deve ser uma autoridade coercitiva, que trabalha em proveito exclusivo da classe dominante. Do momento em que a democracia constitucional é a forma sob a qual se apresenta a burguesia, para a destruir é necessário erigir a ditadura do proletariado,

dentro da qual a autoridade coercitiva do Estado será empregada para levar a efeito a socialização dos meios de produção. Mas, este período da ditadura do proletariado não será fiscalizada por toda a massa de proletários senão por uma "elite" de mui bem treinados revolucionários marxistas, que se conduzirá no exclusivo benefício dos interesses do proletariado e durando até que as relações criadas pelo antigo regime de propriedade tenha sido totalmente destruídas. De toda e qualquer maneira, dizem seus adeptos, tanto a ditadura do proletariado como a criação do Estado socialista são somente etapas para a realização duma sociedade marxista em que o Estado, a nação e a pátria desaparecerão totalmente, sociedade na qual somente vigorará o direito natural. Eis aí a grande quimera, a formidável utopia!

Mas, se as gerações seguintes corromperam-se nas eras primitivas; se surgiu a cobiça, o descontentamento e as lutas intestinas; se a sociedade humana adoeceu; se os homens se tornaram de ambição e desejaram viver luxuosamente, como tão bem dizem os preconizadores de tais teorias, porque não se corromperão de igual forma no famoso Estado socialista de transição? Quem garantirá semelhante pureza se os homens são, por toda parte, feitos da mesma matéria e de idéntica massa? Sim, há corrupção e muito vício nas sociedades modernas, mas, há também muita virtude e muita pureza.

No fundo, o que querem os adeptos de tão petulantes teorias, é abolir completamente a propriedade, o Estado, a religião e as liberdades essenciais do homem para, em seu lugar, implantarem o mais atroz regime de escravidão, e se aboletarem no poder para, em nome de uma minoria ousada e perversa, dirigirem a seu talante os destinos do mundo. E notai que esta minoria de patriófilos pertence à mesma grei e é originária da mesma terra dos tiranos que outrora, assolaram o mundo conhecido. A semelhança de Gengis Khan e de Atila, o agóite de Deus, assim

também novos bárbaros ameaçam a civilização humana, munidos de uma falsa lógica e dos mais tremendos engenhos de guerra.

Negam Deus, negam a pátria, negam a família e negam tudo; só não negam o direito natural de tirar o direito positivo dos outros e somente creem nas relações econômicas como base e fim de tudo neste mundo. Daí justificarem todos os meios para atingirem esta finalidade.

Entretanto, meus Senhores, os juristas romanos inventaram o direito e dividiram-no em três partes principais: o direito natural, o direito privado ou das pessoas e o direito civil. O primeiro é o conjunto de regras ou doutrinas baseadas no bom-senso e na equidade. Em geral são as formas de atividade fundadas no instinto como a união conjugal e a procriação; o reconhecimento de que todos os homens nascem livres e que, logicamente, a escravidão é contrária às leis naturais. Pelo segundo estabeleceram-se as regras, que fixavam as relações comerciais e políticas entre os povos. Finalmente, o terceiro abrangia a coleção de leis que regulavam os interesses respectivos dos particulares entre si, em tudo o que respeita aos negócios relativos às suas pessoas, aos seus bens e às suas convenções. Com o correr dos tempos surge, enfim, o direito positivo, isto é, o direito racional, código rigoroso e severo, criando o fundamento da propriedade privada, protetor dos frutos do trabalho contra o roubo e a mistificação. É um conjunto de princípios que devem regular as relações dos homens entre si, para manter o equilíbrio da sociedade e as penas aplicáveis contra a infração dessas regras. Se a Justiça for ímpolita e der a cada um o que é seu; se a Justiça exercer o seu mister com dignidade e honradez nunca haverá oprimidos nem opressores, nem ofendidos ou humilhados ao lado de ofensores arrogantes. Culpas a sociedade por causa de maus juizes, é um crime e uma injustiça. O que insta é punir impiedosamente os maus juizes na sua mais ampla aceção. Continuamente sereis chamados a

juizar e, por vêzes, sereis mesmos juizes de fato. Séde duros e insensíveis no distribuir a justiça com absoluta imparcialidade. Somente assim sereis a vossa Pátria com probidade e honradez dentro da concepção real-idealista que tendes dela.

Na rápida evolução do direito, que traçamos, fica evidenciada a alta importância das relações humanas para a estabilidade da paz e para a harmonia entre governados e governantes. Os agentes do poder público dispõem de poderes que estão estabelecidos em lei — que é a expressão positiva do direito — limitando as faculdades das autoridades ao indispensável à manutenção da ordem e à direção da máquina estatal para os objetivos a que deve atingir o próprio Estado. Além disso, se estes agentes dispõem de atribuições especiais para impor aos governados o respeito à lei, estão também, ineludivelmente, submetidos a idênticas obrigações, cuja inobservância ou falta os fazem passíveis das mesmas sanções, como se fôsssem meros cidadãos.

Dentro das pátrias modernas (e o Brasil se honra de ser uma delas) não há poderes arbitrários, qualquer que seja a doutrina em que se inspirem; nem tão pouco autoridades com faculdades de proceder de modo discricionário. Essas autoridades, por mais elevada que seja sua hierarquia política, estão sujeitas, em sua atuação — à Lei — a qual devem sua origem, seu poder e também o seu destino... Têm elas de fato — como disse Alvestegui — a faculdade indeclinável de exigir coercitivamente dos governados ou particulares o cumprimento integral da lei dentro da mais completa isonímia. E por isso têm simultaneamente a irrecusável obrigação de se não afastarem dos seus honrados mandatos, quer por negligência quer por abuso de poder. Em qualquer destes casos, se fôsssem elas as primeiras a menoscabarem as próprias leis, donde derivam, ficariam moralmente incapacitadas de exigirem o seu respeito aos demais associados. Respeitar e cumprir as leis é todo o grande fundamento da disciplina e

donde emana o princípio fundamental da Justiça que, no fundo, é somente :

"Le respect, spontanément éprouvé et réciproquement garanti, de la dignité humaine, en quelque personne et dans quelque circonstance qu'elle se trouve compromise et à laquelle risque que nous expose sa défense".

Nestas condições, a base da convivência dentro de uma sociedade organizada, sob qualquer princípio que se encare, concepcionistas ou negativistas, só pode ser a do acatamento da norma jurídica. Sem esta o regime social desaparece e a anarquia substitui a ordem por isso que, sendo a sociedade um agregado orgânico de seres humanos e todos, sem exceção, sujeito de direitos iguais, estariam eles sempre inclinados a exigir o reconhecimento desses direitos e a reclamar o seu completo respeito de modo unilateral, se preceitos legais não lhes impuser o cumprimento de obrigações correlativas. É o direito — e o direito positivo — que estabelece o correto equilíbrio entre as prerrogativas e os deveres, que reciprocamente têm os associados e é desse equilíbrio que nasce e se mantém, sem coerção e suavemente, a ordem geral. Como poderá haver ordem numa sociedade injusta ou onde não impera o Direito? Mas, os negativistas não o reconhecem nem querem respeitar a dignidade humana.

Isto basta. Não necessitamos dizer mais nada. Meditai apenas na conclusão deste modesto trabalho de compilação, onde poremos em foco o negrume de doutrina tão retrógrada.

IV — CONCLUSÃO

Como vimos, o mundo moderno está dividido em dois campos diametralmente opostos. De um lado, os patriotas e, do outro, os patrió-fobos. Os primeiros acreditam sinceramente que a pátria é, antes de tudo, uma verdadeira consciência coletiva e uma comunidade de sentimentos e de vontades.

Essas condições parecem necessárias e suficientes, porque pode acontecer até que a alma comum nacional preexistia à organização estatal ou sobreviva ao desmembramento do Estado, como aconteceu com a Polónia dos dois últimos séculos e a nação judia há cerca de vinte centúrias. E é neste sentido que a nacionalidade independe de uma nação organizada, muito embora tenda sempre por atingir esta alta e nobre finalidade. Os segundos negam tudo e negam por sistema, inclusive os próprios fatos, que a História consigna. Protestam que a pátria seja a família ampliada e uma harmonia instintiva de vontades, e que nada nesta vida pode ter por elementos orgânicos a honra, a disciplina, a fidelidade, a bem-querença e o sacrifício.

Nós, meus Senhores, acreditamos num mundo repleto de valores eternos, desde o próprio Homem até as nossas tradições e as nossas sacrossantas liberdades. A Pátria vive porque existe. *O magna vi veritatis!* Tu hás de vencer as inércias e hás de vencer os infâmia.

A palavra "pátria" vem do latim *patria* de *pater* — pai — e, por isso é que tanto nós como os espanhóis usamos para esse sentimento o mesmo vocábulo cujo conceito ora definimos. Os franceses também o denominam de "*patrie*", etimologia sugestiva por significar a terra dos nossos pais, dos nossos antepassados, nossa própria terra, com o conjunto das coisas materiais e imateriais, passadas, presentes e futuras, que cativam a adesão amorosa dos patriotas. Já o inglês ou o norte-americano diz indistintamente "*fatherland*" ou "*motherland*" como, igualmente, os alemães "*vaterland*" ou "*mutterland*" (literalmente terra do pai ou terra da mãe). Na verdade, a terra dos nossos pais é a nossa *cola* suprema.

Por isso poder-se-ia perfeitamente dizer que a Pátria não é senão a ampliação e a estilização de nossa própria mãe. "As duas nos liga tudo o que nos é mais íntimo e mais sublime e por ela duas todos os nossos sacrifícios são exigüos e todas as imolações a-

gradas. A Pátria é a nossa mãe gigante e eterna. A Mãe-Pátria, um fragmento ou recanto da Mãe-Terra, ocupa no cofre de nossos afetos lugar bendito e de predileção. Por muito que um pan-universalismo induza a nos sentir em qualquer país como se estivéssemos na pátria de todos — ubi bene, ibi patria — ao amparo do calor da Mãe-Pátria haverá sempre em nossos corações algo de espiritual e de instintivo, algo de divino e de humano que nos acerca, que nos inclina, que nos une ao lugar onde nascemos, como nos sentimos unidos, inclinados e reverentes ao ser, delicado e frágil, que nos levou nas entranhas e nos deu vida”.

Amai com orgulho a terra onde nascestes porque ela é digna e merecedora deste amor. Para a Pátria ambicionamos tudo o que há de nobre, de bom e de grande. Não é amor pátrio o que procura para o solo em que nascemos desolação e angústia, miséria e sangue. O amor pátrio é algo muito mais íntimo e muito mais preclaro. É desejo de sumo bem, ambição de ordem eterna; é coesão de todos e de tudo o que existe dentro do solo nacional: é solidariedade e cooperação. Não é atividade destruidora nem espírito de rapina. É anelo de grandeza pelo esforço, energia e valor próprios. Amor pátrio é alguma coisa que se sublima e se santifica na retidão dos propósitos, nas constantes participações das coisas públicas, nas realizações dos ideais comuns, excluindo e repudiando toda crueldade, toda injustiça, toda depredação do bem público e de todas as falsidades. Ainda hoje repercute por todos os rincões do Brasil o “ai que morro...” do glorioso Tenente de Dourados e a orgulhosa afirmação do imortal cacique, respondendo, como o seu êmulo mato-grossense, aos invasores do solo da Pátria: “Esta terra tem dono”.

As glórias nacionais têm um denominador comum: o amor da

Pátria e a atividade honesta e eficiente. Eis por que os nossos imortais camaradas que se imolaram nas guerras passadas e os que atravessaram os mares no último conflito mundial merecem o nosso respeito e a nossa veneração; eles como nós trabalhamos todos com honradez e honestidade pela grandeza do Brasil.

Mas, ouvi-se: O Oficial amante de sua Pátria deve ser um verdadeiro chefe e o chefe é o que põe ordem em tudo e tudo organiza e melhora. O Oficial rotineiro, indiferente à grandeza do Brasil, que não possui emoção dinâmica de perspectiva de bons resultados, desejo de vencer e robusto senso de alegria no trabalho não é um Senhor nem um Chefe, isto é, um condutor de homens. O Oficial é acima de tudo um instrutor e um educador; sua função primordial é comandar. Se obedeceres sempre às ordens e cumprirdes rigorosamente as leis e os regulamentos; se atuardes sempre de acordo com as intenções dos Chefes superiores, que devem ser acatados com toda a veneração; se estiverdes sempre ao corrente do modo de pensar de vossos subordinados, que devem ser estimados e recompensados com equanimidade; se procederes sempre dentro dos justos limites de vossa autoridade, mantendo elevado o moral da tropa, no combate e fora dele; se conservardes em qualquer emergência, o entusiasmo, a vivacidade de espírito, as decisões frias e refletidas; se determinardes sempre em vosso próprio espírito o que desejais fazer antes de empreender o que quer que seja, sereis verdadeiramente Homem, digno desta Pátria gloriosa e honrada.

Sim! Porque ela é nossa Mãe gigante e eterna e por ela somos todos irmãos. Amai a Pátria acima de tudo e não vos esqueçais de que vossa família é composta dos quarenta e seis milhões de brasileiros, solidários no mesmo dever, associados no mesmo destino e consócios do seu berço comum.

"Cheio de flores, frutas, gemas, graça infinda,
Sou o Brasil imenso, airoso e hospitaleiro;
De par em par, tenho a alma aberta, sempre, à vinda
De qualquer raça, qualquer crença de estrangeiro.

Terra de Santa Cruz! Na caravela linda,
A cruz; a cruz no cipó-cruz alviçareiro;
Braços em cruz, Jesus no Corcovado ainda,
E, a sorrir, lá no céu, palpitante, o Cruzeiro.

Não farei guerra de conquista bruta, altiva!
Mas, ofendida a dignidade, sou bravura,
Sou jaguar com coração de patativa.

Como Gusmão, Dumont, num vôo racial,
Hei de sempre subir, intrépido, à procura
Da Verdade, do Bem, do Belo, do Ideal".

(Marques da Cruz)

Eis o Brasil, a Pátria querida,

* *

Bibliografia

Este trabalho foi feito a título de instrução. Para não torná-lo monótono com reiteradas citações, resolvemos somente citar em casos mui especiais e declarar que as idéias e conceitos nele expendidos pertencem quase que por inteiro a pensadores, sábios e escritores. Eis abaixo a lista dos autores mais consultados:

Cuvillier — "Manuel de Philosophie", tomo II; Araujo Castro —

"Manual Cívico"; Coelho Neto — "Breviário Cívico"; José M. Natuzzi — "O Amor da Pátria"; Montesquieu — "Considerations sur les causes de la Grandeur des Romains et de leur Décadence"; Pero Vaz de Caminha — "Carta a el-rei D. Manoel"; Eduardo Salazar — "Violencia, Agression y Guerra"; Max Beer — "História do Socialismo"; Breuil — "Les origines humaines et l'évolution de l'intelligence"; Rui Barbosa — "Elogios e Orações"; Renan — "Conferência".

Pedidos de Livros

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro das livrarias desta Capital

PAZ OU GUERRA ?

Cap. TACITO TRÓFILO

Mal terminara o conflito mundial, em 1945, com o esmagamento da Alemanha e a rendição japonesa, e já, na "esquina do mundo" berlinense, começava a "guerra fria" entre as próprias Potências vencedoras. Até quando durará e se, afinal, será seguida de paz ou de nova conflagração parece que o saberemos nos próximos dois anos. Passado este período crítico, de 45 a 52, talvez sintam os inimigos potenciais a inutilidade dos seus esforços, em superar um ao outro na louca corrida armamentista, ou se capacitem de que somente lhes sorrirá uma vitória de Pyrrho.

O que nos ensina a Geopolítica

Deve-se a Mackinder o fundamento da teoria de que na luta entre o Poder terrestre e o Poder marítimo o "coração da terra" desempenharia papel decisivo:

quem dominar a Europa oriental dominará o "coração da terra";
quem dominar o "coração da terra" dominará a "ilha mundial";
quem dominar a "ilha mundial" dominará o mundo.

Onde estaria localizada essa região privilegiada cuja posse seria disputada a todo custo por qualquer nação que almejasse o domínio mundial? Não é o nosso globo composto de 9/12 de águas e 3/12 de terras? Da parte sólida a Europa, a Ásia e a África não correspondem a 2/3? Então, essa massa continental, que abriga mais de 14/16 da população mundial, constitui uma verdadeira "ilha". É no centro dessa ilha, na vasta área que se estende da bacia do Volga à Sibéria oriental, que Mac-

kinder localiza o "coração da terra".

Essa tese, aparentemente simples, deu lugar a muitas controvérsias e despertou o interesse imediato dos estudiosos. A obra que a condensou "Ideal democrático e Realidade", publicada em 1918, teve por objetivo alertar os vencedores sobre a excepcional posição Geo-política da Alemanha; mas surtiu efeito contrário. O advento do nacional socialismo encontrou, na pessoa de Haushofer, o grande orientador da moderna escola alemã de Geo-política. O desenvolvimento que deu aos seus estudos fez com que estes ultrapassassem as fronteiras do Reich e se espalhassem pelo mundo; os resultados obtidos, e cedo comprovados, foram merecendo crédito dos mais pessimistas a ponto de chegar a Geo-política a ser considerada uma ciência nazista, ao serviço de idéias expansionistas e imperialistas. Realmente, Haushofer, escudando-se no que dizia Ratzel — o Estado é um organismo vivo que cresce, desenvolve-se (às custas dos mais fracos) e morre — defendia a tese: "Espaço é poder".

Passada, porém, essa fase de confusão dos espíritos, e tendo surgido com todo o seu valor o Poder aéreo, outros cientistas, de outras nacionalidades, lançaram-se aceleradamente ao estudo da Geo-política. Muito do que Mackinder e Haushofer haviam previsto se realizara. No entretanto, se um novo Poder intervinha, algumas modificações devia sofrer a teoria de que a posse do "coração da terra" conduziria ao domínio do próprio mundo; não era possível, com a nova arma, atingir esse "coração"

embora sem dêle ser senhor? Foi assim que muitos dos iniciados da nova ciência alvitram que à semelhança do Poder terrestre, o Poder aéreo necessita de uma base segura dispondo de matérias primas, indústria, população e espaço; mais ainda, que não pode prescindir dos outros dois Poderes. Nestas condições está o Hemisfério ocidental que, através o Polo Norte, liga-se à "ilha mundial".

Assim adaptada, a teoria de Mackinder, continua de pé, evidenciando, nos dias que correm, que a posse do "coração da terra", por uma única Potência, constitui séria ameaça à paz.

O caminho do Polo Norte

Falamos que o Polo Norte, ou, melhor diríamos, os mares e terras geladas que se inscrevem no círculo ártico constituem a ligação natural da América do Norte e Canadá com a Eurásia.

Durante séculos o homem evitou esse caminho e apenas expedições isoladas o procuraram; foi com o desenvolvimento da aviação que se tornou possível sua exploração.

Repentinamente o Ártico passou a ter uma importância extraordinária; e porque? Já vimos que é ele o traço de união entre as duas massas continentais; sabemos que nas suas imediações estão localizadas grandes áreas industrializadas e que, através dele, encontrarão os inimigos potenciais o caminho mais curto para se degladiarem.

Do lado americano, a grande concentração industrial no recanto NE do país, parece desvantajosa, quando comparada com a dispersão obtida pelos russos; além do mais levam os vermelhos uma vantagem extraordinária, no que diz respeito ao conhecimento da região, não só porque a fatia polar que lhes toca se estende de Murmansk ao estreito de Bering mas, também, pela experiência adquirida em muitos anos de exploração e estudo.

Quanto maior for o raio de ação dos bombardeios e dos projéteis dirigidos, maior será a importância que adquirirá o Ártico.

Assim situado o problema vamos chegar à conclusão que o Canadá passou a ser uma nova Bélgica; sim, porque na guerra polar, quer se trate de atacar ou defender, não poderão os contedores abrir mão, impunemente, de tão valioso território.

O panorama atual

A "guerra fria" tem-se caracterizado por uma atitude mais ou menos firme dos Estados Unidos em impedir a expansão comunista; assim age a democracia americana por se haverem compenetrado seus dirigentes de que, só se mostrando dispostos a enfrentar os riscos de uma nova conflagração mundial, poderão evitá-la.

Não obstante, a Rússia já ocupa virtualmente a Europa ocidental desde Stetin a Trieste e, para o levante, vai, paulatinamente, comunizando a China. Não tendo desmobilizado suas forças no apogeu da guerra e mantendo sua produção bélica no mais alto grau poderiam os soviéticos ocupar rapidamente a Europa e cortar os oleodutos do Oriente Médio; privariam, assim, os Aliados, de seguras bases no continente e ganhariam um tempo precioso para a doutrinação dos povos subjugados.

A bomba atômica

Constantemente estão os militares americanos alertando seu concidadãos sobre a impossibilidade de uma guerra de "apertar botões" na qual os projéteis dirigidos se encarregariam da destruição das forças adversas. Da mesma forma vai o mundo se convencendo de que unicamente a posse da bomba atômica não decidirá "a priori" o resultado da contenda; dizem com muita razão os Chefes americanos que algo mais que essa "geringonça" é necessário para vencer uma guerra.

Realmente, supondo a deflagração do conflito, de surpresa, poderíamos admitir a ocupação russa da Europa, o bombardeio dos centros industriais americanos e o isolamento do Oriente Médio. A reação seria imediata; mas não

atomizando Moscou ou Leningrado. O emprêgo da bomba só seria feito quando se tornasse possível atingir com centenas delas, e se possível instantaneamente, todos os centros de potência russos. Curvada sob o peso desse bombardeio, de joelhos em terra, industrialmente debilitada, impossibilitada de prosseguir na luta mesmo que seu potencial humano estivesse intacto, a Rússia se renderia incontinenti.

Conclusões

1) A Rússia, pelas condições excepcionais que atravessa e por sua ótima situação Geo-política está em condições de fazer a guerra. Dispondo ou não da bomba atômica poderá rapidamente assenhorear-se da Europa ocidental, do Oriente Médio e, mesmo, levar seus ataques aéreos e submarinos ao território americano. Conseguida sua expansão territorial, passará à doutrinação dos povos subjugados

a fim de subverter a ordem social reinante.

2) Para opor-se aos desejos russos contam os Estados Unidos com seus aliados europeus e com seu poderio potencial. Passado o momento de surpresa poderão os americanos passar à contra ofensiva e, de bases obtidas no Continente ou suas proximidades, atingir, por meio de ataques convergentes da sua Força Aérea, e atomizar os centros de potência russos.

3) Nenhum dos adversários desconhece os riscos de uma III Guerra Mundial mas os Estados Unidos, e seus aliados, como medida de sobrevivência, estão dispostos a corrê-los.

4) A despeito de todas as vantagens atuais do potencial bélico russo os Estados Unidos poderão ultrapassá-lo dentro de dois anos; e é este o argumento mais forte a favor da paz ou, em última instância, da vitória americana.

ARTIGOS PARA VIAGENS



Malas — Bolsas

e pastas

escolares

M. MONTEIRO SILVA

RUA DA CONSTITUIÇÃO, 10 — RIO — Fone: 42-9118

PENSAMENTOS DE UM ECONOMISTA

Cel. J. B. MAGALHÃES

Há cem anos passados, em 29 de julho de 1850, falecia no Rio de Janeiro, aos 73 anos de idade, José Antônio Lisboa, cujos serviços ao Brasil, foram consideráveis, cujos títulos nobiliárquicos foram modestos e que não fez nenhuma carreira política.

Era apenas Conselheiro, mas, embora de quando em vez o Estado o consultasse, não ingressou no Conselho de Estado do Império.

Homem de sólida e desenvolvida cultura, que o habilitava a ser dos amigos de José Bonifácio e Silvestre Pinheiro, distinguiu-se por sua modéstia, probidade e excepcional firmeza de caráter. Era um homem *vero*. Foi um dos nossos mais distinguidos economistas, cujos conhecimentos muito valeram ao Brasil, na época do processo da Independência, da instalação e da organização do Império.

Entre os trabalhos que elaborou e publicou, "As reflexões sobre o Banco do Brasil", em 1821, e os "Apontamentos sobre o melhoramento do meio circulante", em 1835, bem mostram o valor e a natureza de sua cultivada inteligência.

Dêles extraímos o seguinte :

1) "Permitam os céus que se acabem os mistérios e que a verdade, reverberando gloriosa, encaminhe aos seus deveres os que devem promover a felicidade do povo".

2) "Fiquel, porém, tranqüilo, apenas conheci a sua (do Banco do Brasil) verdadeira situação, e que todos os erros e prevaricações cometidas, até 23 de março (1821) o tinham sim dilacerado mas não arruinado inteiramente e que uma Adminis-

tração, que tivesse por base a honra, a prudência, o zelo e a firmeza de caráter, não só era capaz de o salvar do naufrágio porém ainda o poderia elevar a um eminente grau de prosperidade".

3) "Entendo que o primeiro passo para moralizar os homens é fazer-lhes conhecer a verdade, e que não só é culpado aquele que faz mal, porém também o que deixa de fazer o bem, que pode".

4) A desgraça do Banco do Brasil foi que além das condições gerais do país, que lhe criavam dificuldades, diz Lisboa: "A Administração que o antigo Ministério (o de Dom João VI) aí conservava, tinha licença para dispor dos seus fundos a belprazer e para cometer quantas prevaricações quisesse, contanto que fôsse franca, e nenhuma dúvida pusesse às requisições do mesmo Ministério, ou insinuações verbais".

5) "Se as questões relativas ao comércio, fôsssem propostas ao mais rude aldeão, em frase acomodada à sua inteligência, as respostas que ele daria seriam indubitavelmente conformes aos princípios, que há um século os mais hábeis escritores têm forcejado por estabelecer e persuadir às classes distintas da sociedade. Tanto é certo que mais verdades obscurece o falso saber, do que a ignorância encobre". (O grifo é nosso).

6) Como vê a inflação? Diz Lisboa, citando J. B. Say que a desvalorização artificial da

moeda e a emissão de papel moeda excessiva "têm a habilidade de causar uma alteração geral nos preços de todos os gêneros, de desarranjar as especulações mais bem combinadas, de destruir a confiança recíproca nos contratos feitos a crédito, de fazer com que os capitais não achem emprego com segurança, e portanto promovem usura e dão lugar a prêmios exorbitantes, calculados não só sobre o uso do dinheiro, mas principalmente sobre o risco do empréstimo e o valor do retorno. O *marimum*, e a taxa dos gêneros

que ordinariamente marcham a par da degradação das moedas, dão um golpe funesto à produção, e a moral pública sofre mais ou menos com as suas variações. Estas confundem por algum tempo as idéias relativas aos valores, e em todos os mercados dão vantagens ao velhaco esperto sobre o homem honrado e simples. Enfim, autorizam, pelo exemplo do fato, o roubo e a espoliação". (Os grifos são nossos).

7) É crime nacional "o vil egoísmo, e a ocultação dos pensamentos úteis e profícuos à causa pública".

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

"A DEFESA NACIONAL" agradece as seguintes publicações recebidas, durante o mês de julho do corrente ano:

A) *Do exterior:*

- 1 — Peru — Revista de la Escuela Militar de Chorrillos — Ns. de março e abril.
- 2 — Uruguai — Boletín Histórico — N. de fev., março e abril.
- 3 — México — Revista Erial — Ns. 23 e 24 e Revista Patria — N. de maio.
- 4 — França — Revue Militaire d'Information.
- 5 — Itália — Revista Militare — Ns. de abril e maio.
- 6 — Portugal — Revista Militar — N. de maio.

B) *Nacionais:*

- 1 — Resenha Econômica do Banco do Brasil — N. de maio.
- 2 — Revista Libertas — N. de junho.
- 3 — Brasil Açucareiro — N. de abril.

A ECONOMIA SUL-AMERICANA ATRAVÉS DO TEMPO

MAJ. JOÃO BAPTISTA PREIXOTO

I

Ninguém desconhece que a economia é a base da prosperidade e que a riqueza de um país é função de três importantes fatores: os recursos naturais, o trabalho e o capital, em virtude da grande influência destes fatores sobre a produção e a circulação.

Sabemos também que Deus fez do trabalho um dever necessário à vida e ao progresso material e espiritual da humanidade — "Tira da terra o teu alimento com o suor do teu rosto", tendo recomendado ainda que a fraternidade seria o caminho da felicidade — "Amai-vos uns aos outros".

Como o Criador distribuiu os recursos naturais desigualmente pela terra, certos povos têm encontrado mais facilidade para viver e prosperar do que outros.

Por essa razão as nações mais ricas e poderosas são as mais privilegiadas pela natureza, isto é são aquelas que têm possibilidades superiores às suas necessidades, assim como as nações mais pobres e mais fracas são aquelas que não dispõem de recursos naturais, correspondentes às suas necessidades, e por isso são chamadas países de economia fraca.

Como as necessidades vitais aumentam à medida que o tempo avança, porque o número de habitantes cresce continuamente em quase todas as regiões do mundo, os problemas sociais tornam-se complexos e as dificuldades dos países que têm possibilidades limitadas são cada vez maiores.

A consequência deste desequilíbrio de recursos tem sido o expansionismo gerador dos grandes conflitos da história.

Destas considerações se conclui que a economia política, ciência social da riqueza, está intimamente ligada à geografia, à história e a etnografia.

Por estas razões, para se ter uma impressão a respeito da economia Sul-Americana através do tempo é indispensável se fazer preliminarmente uma apreciação geral da fisiografia continental assim como um retrospecto dos acontecimentos históricos que tiveram grande influência sobre o destino dos povos sul-americanos.

II

O continente Sul-Americano é u'a massa terrestre de conformação física terciária que tem uma parte situada na zona tropical e outra na zona temperada do sul.

Como consequência natural de sua formação, existem certos contrastes entre seus acidentes geográficos.

No sentido longitudinal, contrastam-se a costa do Oceano Atlântico e a costa do Pacífico; o Planalto Brasileiro e a Cordilheira dos Andes.

No sentido transversal, contrastam-se a Bacia do Prata e a Bacia Amazônica; o clima temperado da região meridional e o clima tropical da região septentrional.

Destes contrastes físicos resultaram acentuados contrastes econômicos entre os países do Atlântico e os países do Pacífico e entre o Norte e o Sul do Continente.

A Bacia do Prata, na qual as condições fisiográficas (natureza do solo, relevo, hidrografia e clima) são inteiramente favoráveis à produção e à circulação, foi a

região mais privilegiada pela natureza, na América do Sul.

Como sabemos, esta importante bacia hidrográfica ocupa uma grande área do Continente, a qual está repartida entre cinco países: a Argentina, o Brasil, o Uruguai, o Paraguai e a Bolívia, sendo que os dois últimos são os menos favorecidos porque são mediterrâneos.

As fazendas de plantação e criação constituem a base da riqueza da Bacia. Os recursos minerais, são limitados, mas o seu potencial hidroelétrico é extraordinário. A prata que lhe deu o nome foi a que os espanhóis descobriram no Potosí.

A Bacia do Prata possui o melhor e o mais completo sistema de comunicações do continente, mas a sua densidade demográfica é relativamente pequena, exceto na Província de Buenos Aires, na qual está o estuário e no Estado de S. Paulo, onde estão as principais nascentes. Buenos Aires, na planície e S. Paulo, no planalto, foram uns dos primeiros centros de povoamento da bacia e presentemente são os maiores centros sociais e econômicos da América Latina.

A Bacia Amazônica, é um imenso reservatório de riquezas que o homem ainda não conseguiu explorar por causa das dificuldades fisiográficas. Esta grande bacia hidrográfica, da qual fazem parte o rio Amazonas e seus afluentes é a maior planície sedimentar do mundo e acha-se coberta da mais densa e pujante formação florestal da terra — a Hiléia.

Os rios são as únicas vias de comunicações de superfície existentes nesta imensa área hidrográfica.

Em virtude da proximidade em que a mesma se acha da Europa e da América do Norte, certamente ela terá um grande futuro.

Os obstáculos impostos pelas fatalidades geográficas (posição, extensão, relevo do solo e hidrografia) tem dificultado grandemente a evolução das comunicações terrestres tanto no sentido longitudinal como no sentido transversal, quer na vertente do

Atlântico, quer na vertente do Pacífico. Por isso o oceano foi e ainda é a principal via de comunicações da totalidade dos países sul-americanos.

O resultado foi a fundação de portos marítimos ao longo da costa e consequentemente o povoamento do litoral.

Em virtude das dificuldades de articulação da terra com o mar, o interior ficou semi-abandonado.

Não possuindo bacias carboníferas para lhes fornecer a hulha na era da máquina a vapor os países sul-americanos pouco prosperaram depois que se tornaram independentes.

Tendo que importar locomotivas, vagões, trilhos, navios, máquinas e carvão, ficaram praticamente na dependência econômica de outros.

Prevalecendo-se destas circunstâncias o capital estrangeiro apresentou-se para explorar as minas do escudo cristalino brasileiro e da cordilheira Andina, aumentando assim as dificuldades da emancipação econômica. O petróleo descoberto na Pensilvânia em 1859, aliado à eletricidade, tornou os EE.UU. a mais rica e poderosa nação do mundo no século XX, deslocando assim o centro de atração da economia Sul-Americana da Europa para a América do Norte.

Sendo uma substância mineral de origem orgânica encontrada em estado líquido nas sinclinais das cadeias de montanhas emergidas na era terciária, várias jazidas de ouro negro foram localizadas ao longo dos Andes na faixa orogênica que corresponde à geosinclinal da Cordilheira: — Bacia do Lago Maracaibo — Vale do rio Magdalena — Piura — Cordilheira Montana — região sub-Andina da Bolívia do Lago Titicaca até a fronteira com a Argentina — Icauliba, Salta, S. Rafael, Nequén e Comodoro Rivadavia.

Apesar disto, quase todos os países Sul-Americanos continuam importando combustíveis derivados do petróleo.

A transição do ciclo agrícola para o ciclo industrial só acentuou-se depois de 1939, por imperativos da 2ª Grande Guerra. Até então, a

totalidade dos produtos manufaturados eram importados.

Paradoxalmente este surto industrial trouxe prejuízos em vez de benefícios porque provocou o abandono das fazendas de plantação e criação em vista das vantagens oferecidas pelas indústrias manufatureiras instaladas nas cidades litorâneas.

O desequilíbrio demográfico entre o litoral e o interior, o desequilíbrio econômico entre a produção e o consumo, e o desequilíbrio financeiro (inflação) foram as conseqüências em quase todos os países.

Apesar disto tem havido algum progresso em certas cidades litorâneas, progresso este mais acentuado na orla do oceano Atlântico por influência de ordem geográfica, econômica e política.

Ao longo desta costa surgiram os maiores centros sociais e econômicos da América do Sul cujas ligações se estenderam tanto na direção da Europa como na direção da América do Norte.

Vivendo atrás dos Andes, praticamente isolados dos outros, os países do Pacífico têm encontrado maiores dificuldades à sua expansão econômica.

A conclusão desta análise sobre a fisiografia Continental é que, embora possuindo recursos naturais relativamente favoráveis à produção (agrícola, animal, mineral e industrial) a América do Sul é constituída de países de economia fraca e subdesenvolvidas devido principalmente às dificuldades impostas pelas fatalidades geográficas à circulação interna.

A República Argentina é o país sul-americano que desfruta melhores condições econômicas devido justamente às facilidades oferecidas pela fisiografia, não só à produção como também à circulação, apesar de não possuir jazidas de ferro e carvão e de não dispor de fontes de energia elétrica nas proximidades dos grandes centros consumidores.

Visto a influência da geografia sobre a economia sul-americana, vamos fazer agora uma síntese dos acontecimentos históricos que tiveram grande repercussão sobre a

evolução econômica e social do continente.

Como sabemos, depois da descoberta de Colombo o mundo foi dividido entre Portugal e Espanha pelo Tratado de Tordesilhas.

O ouro e a conquista de novas terras fascinaram os descobridores. Depois das conquistas houve conflitos entre lusitanos e castelhanos por causa de extensão de domínio.

O monopólio do comércio que as metrópoles mantinham com as colônias provocou invasões estrangeiras no litoral.

A libertação das colônias inglesas (1776-1781) seguiu-se a emancipação das colônias espanholas (1810 a 1825) e por fim a independência do Brasil (1822). Os descendentes dos ingleses foram mais felizes porque conseguiram fundar uma grande nação com as 13 colônias que constituíram os primeiros Estados Unidos. O imenso corpo colonial espanhol multipartiu-se transformando-se em várias repúblicas que tiveram a tirania em lugar de liberdade. A independência do Brasil foi um ato político da corte para defender a coroa e o reino.

A verdadeira independência deste país teria sido feita em 1789 se os inconformes não fossem condenados pelo "crime que cometeram".

Depois das independências, lutas civis e guerras externas prejudicaram a fraternidade continental e retardaram a evolução de todos os países sul-americanos, até o fim do século XIX.

No começo do século atual, todos sofreram as conseqüências da 1ª Guerra Mundial (1914-1919).

Vinte anos depois, (1939) teve início a 2ª Grande Guerra, que a Itália, a Alemanha, o Japão e outras nações empreenderam para submeter o mundo à uma nova ordem.

Depois de seis anos de guerra as Nações Unidas alcançaram a vitória militar, (objeto material da guerra) mas não conseguiram estabelecer a paz universal (vitória espiritual) por causa das divergências surgidas entre os dois grandes grupos vencedores.

Com as possibilidades de conciliação entre estes dois grupos são

cada vez mais reduzidas, parece que o recurso da força será fatal e assim outra catástrofe de gigantescas proporções poderá atirar o mundo em profundo abismo.

As dificuldades decorrentes da geografia e da história tem pois retardado muito o desenvolvimento econômico e produzido graves efeitos na estrutura social do continente sul-americano. Entre estes graves efeitos estão os seguintes:

- isolamento dos povos e consequentemente fraco intercâmbio continental;

- empobrecimento, consequente de sucessivos empréstimos e do crescente valor da importação;

- sub-nutrição por carência de recursos suficientes para a alimentação racional e consequentemente debilidade física;

- deficiência de instrução em quase todos os ciclos da formação intelectual, sobretudo no ciclo básico;

- fraco rendimento de trabalho per-cápita;

- distribuição irregular da população isto é desequilíbrio demográfico entre o litoral e interior;

- desproporção entre o crescimento demográfico quantitativo e qualitativo e entre a população ativa e a inativa;

- dificuldades à administração, crises freqüentes próprias do baixo nível de vida e recursos à força para manter a ordem;

- enfim, condições sociais inteiramente desfavoráveis ao progresso material e espiritual.

A Argentina e o Uruguai são as únicas nações que não estão nesta situação social angustiosa, graças às equilibradas condições econômicas de ambas.

III

Os países sul-americanos sempre estiveram sob dependência econômica. Primeiro, ficaram três séculos sob domínio das metrópoles ibéricas. Depois da emancipação

política, como não possuíssem indústria siderúrgica, passaram a viver dos favores da Inglaterra. Finalmente o petróleo e a eletricidade deslocaram o centro de atração da economia continental para os Estados Unidos.

Ninguém pode negar os benefícios que esta grande nação tem proporcionado à humanidade, mas o fato é que os países sul-americanos continuam empobrecidos e atrasados, parecendo assim que à árvore frondosa da política de boa vizinhança não tem produzido os frutos que se esperava.

Possuindo grande área própria para produção agro-pecuária, na bacia do Prata, ricas jazidas minerais no escudo cristalino brasileiro e na Cordilheira dos Andes, grande quantidade de petróleo na sinclinal Andina e extraordinário potencial hidroelétrico em todas as regiões geo-econômicas, o continente Sul-Americano tem em seu solo imensa riqueza, nas mãos de povos pobres e indefesos.

Esta situação tão própria para disseminação é extremamente grave porque predispõe os países para depressão e completa dominação.

O futuro dos países sul-americanos é pois muito sombrio porque a capacidade produtiva dos seus habitantes é muito reduzida.

Como as necessidades aumentam à medida que o tempo avança e as possibilidades são muito limitadas, as dificuldades serão cada vez maiores. De fato existem muitos recursos naturais no nosso continente, mas como os povos sul-americanos foram fracionados, isolados e debilitados pelos acontecimentos históricos, a evolução tem sido lenta e difícil.

A linha de ação mais indicada para recuperarem o atraso econômico e social em que ficaram consiste na convergência de esforços.

Somente através de uma perfeita cooperação econômica os povos sul-americanos poderão acompanhar o progresso e assegurar um futuro feliz às gerações vindouras.

Centenário da Morte de um Herói Sul-Americano

(General José Francisco de San Martín)



SAN MARTIN

As três horas da tarde do dia 17 de agosto de 1850 faleceu em Boulogne — Sur-mer (França) o General argentino José Francisco de San Martín, cuja biografia é a própria história da América na primeira metade do século XIX.

Extinguiu-se então a vida de um homem cujas virtudes e cujos feitos o imortalizaram como um dos maiores vultos da América e uma das maiores glórias de uma grande nação.

A atuação de San Martín na vida da República Argentina teve destaque a partir de 1812, quando ele chegou a Buenos Aires, procedente de Espanha para participar do movimento pela consolidação da independência de sua pátria já então emancipada do governo metro-

politano desde a vitória da revolução nacionalista de 25 de maio de 1810.

No ano de 1816, depois da Declaração da Independência feita em Tucumán a 9 de julho, San Martín empreendeu a memorável Campanha dos Andes, não só para assegurar a emancipação política de sua pátria como também para auxiliar a libertação das províncias vizinhas.

Em 1817, venceu com O'Higgins a batalha de Chacabuco cujo desfecho foi decisivo tanto para a libertação das Províncias do Prata como para a emancipação do Chile.

No ano seguinte derrotou nos campos de Maipô, a última resistência dos realistas na região meridional da América do Sul, assegurando desse modo a libertação do Chile e a posse de bases para a expedição ao Peru.

Dois anos depois (1820) desembarcou com as forças expedicionárias nas praias de Pisco e no ano seguinte ocupou Lima, sendo aclamado "Pro-

tetor do Peru", sob cujo manto se colocou também o Equador (ex-reino de Quito).

No ano de 1822, San Martin realizou em Guayaquil a famosa conferência com Bolivar, sobre a continuação da guerra da Independência da América latina, depois da qual regressou a Lima e renunciou expontaneamente aos seus honrosos títulos e imenso poder, para não prejudicar a causa da libertação continental.

No mesmo ano regressou à sua Pátria, deixando a Bolivar o encargo de concluir a Campanha da Libertação, na América do Sul, o que San Martin realizou em 1824, vencendo os espanhóis na batalha das Nações de Ayacucho.

Uma vez encerrada a grande cruzada emancipadora dos povos do novo mundo, San Martin retirou-se completamente da vida pública, vindo na França os últimos anos de sua nobre existência.

Pelas suas virtudes e pelos seus gloriosos feitos o nome de San Martin ocupa um lugar de destaque na história da América.

Eis aí as razões do júbilo com que toda a nação Argentina comemora no corrente ano o 1º Centenário da morte do grande herói que hoje o patrono do Exército argentino e um autêntico símbolo nacional.

LIVROS À VENDA

O FENÔMENO MILITAR RUSSO — Coronel	
J.B. Magalhães.....	30,0
ALGUMAS COUSAS DA RÚSSIA — Coronel	
J.B. Magalhães.....	12,0
QUESTÕES CONTEMPORÂNEAS (Assuntos de	
Cultura Geral) :	
Vol. I — ESTUDOS SOBRE A RÚSSIA — Co-	
ronel J.B. Magalhães.....	20,0
Compreendendo :	

Que se passará na Rússia atual? — Sobre a política exterior da Rússia — A guerra e a Rússia — A posição das atividades internacionais da Rússia — Retosques e complementos : O eterno imperialismo russo — O patriotismo americano e a guerra — A guerra, a América e o Brasil — A guerra dos mundos e o Brasil — Guerra ou Paz? — O pacto do Atlântico.

SAN MARTIN — O HOMEM QUE RENUNCIOU

MAJ. GERARDO L. AMARAL

A 17 de agosto do corrente ano comemora-se o centenário da morte de D. José de San Martín, herói continental, fundador de três pátrias, o predestinado da América e, sobretudo, o campeão da renúncia.

Não sei que comemorações marcaram o centenário do nascimento desse indiosinho da costa do Uruguai — que por certo foram grandiosas — mas acredito que nenhuma será mais cara ao ilustre anidado que essas que se preparam agora. Lá nos páramos ignotos onde se encontrar há de ele aceitar-las como um prêmio, — que em vida sempre recusou, — à sua existência de lutas, de desprendimentos, de sacrifícios e de renúncias. San Martín nunca deu valor à vida, jamais se apegou aos bens terrenos; prezou sempre, isto, sim, a morte que esperou tranqüilo de corpo e de alma, encarando-a como um benefício, como a oportunidade feliz de legar à sua prole, tão cedo extinta, as lições de uma vida límpida, inteiriça, esplêndida pela sua nobreza.

Foi um santo e foi um bravo: cruzado nas liberdades humanas, fundou três pátrias e praticou com o fervor de um iluminado todas as virtudes políticas.

Quando triunfou e poderia se tornar senhor de meio continente — renunciou...

ricano à obra de dois varões ilustres. E, ainda mais, — em honra deles e dos que pelejaram pela Liberdade neste Continente, — sejam o símbolo da amizade mútua, sincera e franca, que deve unir dois povos, amalgamar os sentimentos de duas nações que têm destinos paralelos.

O menino nascido no Ya peyú, mísero povoado da costa do Uruguai, de pais espanhóis, é um predestinado. Aos sete anos atravessa o Atlântico rumo à Espanha. Vai cumprir o seu destino: — ser grande e poderoso, herói e idealista; triunfar e abdicar dos bens que a vitória concede; não ser nada quando podia ser tudo. Podendo ser rei, será perseguido pela polícia... Mas o homem não se vergará. Poderá ser quebrado. *Frangor non flector*. Ele tinha uma diretriz política: — seguiu-a.

Aos onze anos verifica praça como cadete no Regimento de Múrcias. Aos treze já luta em Oran. Logo depois enfrenta os franceses na Guerra de Roussillon, onde prova o trazo amargo da derrota. Mesmo assim é promovido a tenente pelo seu valor em ação. Combate, em seguida, no mar, contra a esquadra inglesa. Em terras de Portugal conhece a luta incruenta que se encerra com a paz de Amiens.

O curso eufórico pela sucessão de suas vitórias invade a Espanha. Submete-a. É a época das Juntas, da reação popular contra o invasor. San Martín fica ao lado do povo de sua terra adotiva. É promovido a ajudante do Regimento de Voluntários de Campo Mayor. Por uma brava ação em pleno campo de batalha é nomeado capitão da ca-

Entre as comemorações programadas para o dia 17 de agosto realça o lançamento da pedra fundamental de um monumento a San Martín, no Rio, e de um outro a Castas, em Buenos Aires.

Dois heróis continentais que ocuparam sucessivamente as atenções da América, vão encontrar-se unidos ao reconhecimento ame-

valaria de Bourbon. Depois vem Bailen, onde Napoleão é derrotado. O reverso será em Tudella, mas a compensação virá com Albuerca e, finalmente, em Madrid libertada.

Nessa sucessão de revezes e triunfos o nosso jovem herói, em junho de 1811, atinge o Comando do Regimento de Dragões de Sanguento. Coronel aos 33 anos.

A Espanha usufruiu de sua mocidade. Sua pátria, a Argentina, disporá de sua maturidade.

• • •

Desde os fins de 1810 San Martín começa a preocupar-se com o que ocorre na América. Sabe da Junta Popular organizada em Buenos Aires para governar em nome de Fernando VIII. Acompanha os acontecimentos políticos que abrem a luta pela emancipação da América. A força telúrica age no seu espírito e ele se lembra de que tem uma pátria verdadeira. Terá ele o direito de continuar lutando pela Nação que domina sua própria pátria? Não chegará o dia em que deva empregar suas armas em favor da Espanha contra a Argentina? Sua luta íntima deve ser tremenda.

Mas...

As sementes revolucionárias levadas à Europa por Francisco Miranda, o precursor da independência americana, deixavam raízes profundas. A Loja de Londres, formada por venezuelanos, tem um símile na de Cádiz objetivando esta a emancipação do Rio da Prata.

San Martín ingressa na loja gaditana. Dá um passo decisivo para sua vida. Está no alto da montanha — é um herói de sua pátria adotiva, um jovem coronel de 33 anos — descortina do altiplano um horizonte iluminado e promissor. Olha para baixo. No vale corre um caudaloso rio, de águas escuras, de curso incerto. É a sua jovem pátria buscando melhores dias, reivindicando seus direitos de ser, também, uma nação.

Trava-se no íntimo do soldado uma luta tremenda, um choque de sentimentos. A honra militar diz-lhe que fique, que prossiga na senda

gloriosa aberta a golpes de sabre pelo seu destemor e que lhe oferece um radioso amanhã; algo de indefinível — a força telúrica — o atrai para montanha abaixo, para aquele curso d'água revoltas e escuras, de destino problemático. E ele segue a aventura. Vence a força da terra quase virgem que o reclama. E ele olha para tudo que conquistara e a tudo renuncia.

Desce a montanha e acompanha o curso do rio. Acompanha, não, dirige-o.

A chegada de San Martín e seus poucos companheiros de aventuras a Buenos Aires provocou um misto de curiosidade e suspeição. D. Carlos de Alvear, aparentado com revolucionários de influência, tornou-se um fiador natural dos companheiros. Mas, era pouco. San Martín vinha de ser um chefe espanhol de primeira grandeza, conceituado por sua bravura indômita, que combatiera pela Espanha desde a meninice. Houve muita desconfiança sobre suas boas intenções patrióticas. Começa ele a desfilar as contas de seu rosário de sofrimentos. Era o primeiro "passo" para seu Calvário, que ele encontraria em Guayaquil.

San Martín advoga, e ganha, que sua primeira tropa seja formada de índios como ele. Sua qualidade indígena vai valer-lhe mais tarde, no decurso de sua campanha libertadora. Com seus índios conquistou a vitória de San Lorenzo, importante para a revolução e para ele que, assim, começa a ganhar a confiança de seus patrícios.

Seu cérebro trabalha intensamente. Planeja. O homem é um visionário da Liberdade. Tem um objetivo e há de alcançá-lo. Argentina, Chile e Peru emancipados serão o fruto de sua decisão. Planeja, governa e comanda. Organiza, fiscaliza e executa. Sua atividade é onímoda. Mas o que empolga é vê-lo atravessar os Andes de maca. Um homem fisicamente inválido, vence primeiro o próprio corpo, e o vence diariamente, para poder lutar contra o "gôdo".

Governador de Cuyo, herói de Chacabuco, de Cancha Rayada (citemos o revés que acrisola os for-

tes), de Maipu, de Lima — uma bela vitória psicológica, — Protetor do Peru, são marcos indestrutíveis, não só da vida do homem mas das nações que ele fundou.

A vida gloriosa de San Martin na América é assaz conhecida. É desnecessário repeti-la. É ela um dos maiores livros da história do Novo Continente, que o próprio General recorda às vésperas de sua morte, na Europa, anotando os marcos principais de sua estrada vitoriosa. Interprete-se a desordem cronológica das citações:

"Saída de Lima, 20 de setembro de 1822;

San Lorenzo, 3 de fevereiro de 1813;

Chacabuco, 12 de fevereiro de 1817;

Maipú, de 5 de abril de 1818;

Saída de Mendoza, 20 de novembro de 1823;

Saída de Buenos Aires, 10 de fevereiro de 1824;

Ao Havre, 23 de abril de 1824;

A Inglaterra, 1 de maio de 1824;

Casamento, 12 de setembro de 1812;

Morte de Remédios, 12 de agosto de 1823;

Saída de Cádiz, 14 de setembro de 1811;

Cancha Rayada, 19 de março de 1818".

Seria apenas a falta de memória? Seria essa a importância que ele dava aos fatos de sua vida? Ou tudo lhe seria igualmente importante já no fim de uma existência de renúncias e de sofrimentos? O seu sacrifício máximo — o de Guyaquil — aí não está anotado. Por que? Ao fim de tudo só lhe restava o ânimo forte do idealista, do visionário, Fortuna? — Uma arca com o Estandarte de Pizarro...

Um dia voltou à pátria, para servi-la de novo. Nem desembarcou. Têmiam ao homem que desejava a Liberdade de todos...

* *

San Martin foi o campeão da renúncia. Em cada passagem de sua atribulada existência se encontra um gesto de desprendimento. Abre mão de tudo. Do que lhe pertence, do que têm direito de receber, do que lhe querem dar. Dá o pouco que possui, mesmo quando está em sérias dificuldades dispensa soldo, prêmios e honrarias. Podia ter sido rei, mas preferiu ser um expatriado. Em pleno vigor espiritual, pois que o corpo foi-lhe sempre um entrave físico, dedicou-se à educação de sua filha única, já orfã de mãe. Reservou-lhe o destino uma grande dor — não teve filho varão. Sua descendência extinguiu-se com as duas netas, uma falecida solteira e a outra sem descendentes. Não teria sido isto um prêmio? A nenhum homem foi dado dizer-se descendente de D. José de San Martin...

* *

Nesta hora perturbada pela angústia das incompreensões humanas a palavra de San Martin deve ser meditada:

"O tempo da força e da opressão já passou: eu venho pôr termo a essa época de humilhação".

Faça a América seu exame de consciência. Liberte-se da humilhação que lhe queiram impor e, unida em torno do ideal de sua emancipação econômica e política, dê ao mundo inquieto um exemplo de vigorosa serenidade. Pague assim sua dívida a San Martin.

MUTATIS-MUTANDIS

"Certamente, os lacedemônios, os atenienses, e outros gregos têm escrito sobre tática, mas nós devemos pesquisar a arte e a disciplina dos romanos." — *Vegécio*.

O CARVÃO NACIONAL E O SEU FUTURO

Ten.-Cel. IRAPUAN XAVIER LEAL

O Carvão nacional atravessa no momento um período de grave crise. Após 1948, atingido o período áureo para as Empresas de mineração com o aumento de consumo nos centros industriais do país e pela diminuição da concorrência estrangeira em função da guerra, a situação do carvão nacional vem atravessando uma fase desfavorável, que tende a durar, muito embora as mesas redondas ultimamente realizadas com a participação de representantes do Governo (Cla. Siderúrgica Nacional) e das Empresas interessadas. As mesas redondas, conquanto tenham estabelecido medidas tendentes do maior consumo e emprego do carvão brasileiro, até agora nada de prático resolveram, por dois motivos principais:

1º O Carvão nacional é inferior em qualidade e mais caro em preço que o carvão estrangeiro;

2º O Carvão estrangeiro, além de superior, goza de isenções aduaneiras, que lhe permitem competir ainda mais vantajosamente com o Carvão nacional.

Assim, não será nas mesas redondas que se resolverá o problema do Carvão nacional. Nessas mesas, apenas se tem procurado, de um lado, atender ao interesse das Empresas, obrigando o Governo a determinar maior consumo de carvão brasileiro e a conceder maiores preços ao carvão adquirido pela Cla. Siderúrgica e, de outro lado, atender ao interesse imediato do Governo, não concedendo maiores vantagens às Empresas.

O problema é muito mais complexo e exige para a sua solução, providências de conjunto — Governo Federal, representado pelo

Ministério da Agricultura (Departamento de Produção Mineral), Cla. Siderúrgica e representantes dos consumidores (Estradas de Ferro, Clas. de Navegação, Light), Governo dos Estados produtores, Empresas e Prefeitos das regiões interessadas.

É necessário convir que o futuro do carvão está ligado, entre outros, a três fatores importantes:

- eletricidade;
- petróleo;
- energia atômica.

Que adianta, por exemplo, determinar maior consumo de carvão nacional, se, mesmo sem levarmos em conta a concorrência estrangeira, com preços e qualidades melhores, as estradas de ferro estão evoluindo para a eletrificação e substituindo as locomotivas a carvão por locomotivas a óleo Diesel, o mesmo acontecendo com os navios que, modernamente, são movidos a óleo? E não estamos caminhando para o aproveitamento da energia atômica nos meios de transporte?

É preciso considerar que se o Brasil ainda está na era do carvão, portanto atrasado em relação a outros países, terá, forçosamente de evoluir, pelo menos, para a era do petróleo.

A Siderurgia, também, do mesmo modo que utiliza fornos de redução à base de coque, utiliza fornos elétricos.

Por isso, num estudo de aproveitamento do carvão o que implica em processos e ritmo de produção durante períodos de tempo, é preciso levar em conta os fatores prováveis ou mesmo certos que influirão no problema. De nada adiantará conseguir soluções passageiras, que,

se encontradas, agradarão naturalmente as partes interessadas, mas demonstrarão, em pouco tempo, que foram soluções ilusórias diante da realidade.

Temos que encarar o problema objetivamente, sem acodamento e sem subterfúgios, levando em conta não só o interesse imediato das Empresas e do Governo, mas os interesses nacionais, que englobam, no seu todo, interesses dessas duas partes e mais os das populações que vivem, em Sta. Catarina e Rio Grande do Sul — os dois principais Estados produtores quase que exclusivamente da indústria de mineração. As populações de várias cidades dos Municípios do Sul de Sta. Catarina, de Imbituba a Aranguá, se a indústria extrativa do carvão, por insuficiente amparo e previsão por parte dos responsáveis — Governo e Empresas —, paralisar bruscamente passarão por uma crise tal, por uma situação de tal gravidade, que, no mínimo, se criará no Brasil, uma situação de desemprego e fome de milhares de indivíduos, semelhante ao que se passa nos Estados Unidos e na Inglaterra, acarretando para o Estado a obrigação de alimentá-los e encaminhá-los para outras atividades. As regiões de produção carbonífera permanecerão por muito tempo como regiões improdutivas, onerando os orçamentos estaduais e acarretando sérias preocupações administrativas. O mesmo acontecerá nas regiões carboníferas do Rio Grande do Sul. E isto pelo fato de que, nessas regiões, não se cogita de, paralelamente à extração do carvão, fomentar-se a agricultura, a pecuária e novas indústrias, o que é perfeitamente viável. Os planos sobre aproveitamento do carvão nacional, até hoje, não objetivaram, realisticamente, o que deveriam objetivar, isto é, colocação a preços acessíveis da super-produção ora existente em mercados internos e externos, nível de produção e preços num período de X anos, redução progressiva do número de empresas na previsão de que as estradas de ferro, Companhias de navegação e Siderurgia aumentarão o consumo de óleo

combustível e da eletricidade, fomento de outras indústrias na região etc.

Pelo que observamos "de visu", na zona carbonífera de Sta. Catarina, à exceção de um ou dois Municípios, vive-se só para o carvão e do carvão; o carvão representa o presente e o futuro daquela gente.

Os Congressos sobre carvão procuram, principalmente a obtenção de mais lucros para maiores investimentos de capital. Apesar da situação difícil do carvão nacional, as Empresas se criam e se desdobram, o que parece representar um perigo.

Vejamos, em resumo, a situação atual das regiões carboníferas do Sul do Brasil.

Nos quatro Estados produtores, Sta. Catarina, Rio G. do Sul, Paraná e S. Paulo a produção aumentou acentuadamente, no período 1943-1948 atingindo o total redondo anual de 2.100.000 toneladas assim distribuídas:

Sta. Catarina.....	1.100.000
R. G. do Sul.....	900.000
Paraná.....	90.000
S. Paulo.....	10.000

Quase que em seguida ao aumento considerável da produção, a exportação para os outros Estados diminuiu, tendo para isso influído o término da guerra na Europa, permitindo a entrada novamente nos centros consumidores, em maior escala, do carvão estrangeiro. A situação econômica do carvão nacional tornou-se precária. A exportação das minas rio-grandenses, por exemplo, desceu para 1.300 toneladas anuais, o que não representa nem a produção diária das principais minas, conforme depoimento de representantes das Empresas. O mesmo ocorre em Sta. Catarina. Os dois maiores Estados produtores, cuja economia, em boa porcentagem, está amparada na indústria carbonífera, sentem, profundamente, os reflexos dessa situação difícil. E que dizer da massa de trabalhadores e suas famílias, pois até as mulheres e filhos dos mineiros trabalham no Carvão (lavagem e escolha)?

Quem viaja atualmente de Imbituba a Crescuma e nas regiões de Butiá — Arroio dos Ratos — S. Jerônimo, poderá ver milhares e milhares de toneladas de carvão estocadas ao longo das estradas e das minas à espera de mercados para colocação. Mas a solução não foi ainda encontrada, nem estudada convenientemente.

A situação futura, a nosso ver pior que a presente, mais ameaçadora, ainda não foi motivo de preocupações sérias como merece.

A Cia. Siderúrgica Nacional, em Sta. Catarina, adquire às Empresas mineradoras uma cota fixa estabelecida pelo Governo, mas as Empresas, por seu turno, se empenham em produzir mais, em adquirir melhores preços da Siderúrgica e em estabelecer comércio livre. Mas como e onde colocar esse carvão em face do reduzido consumo e da competição estrangeira? Determinar, oficialmente, maior consumo de carvão nacional não basta. É necessário, urgente mesmo, encontrar uma solução para o presente e para o futuro, seja dificultando a entrada do carvão estrangeiro, para proporcionar a saída

dos estoques nacionais acumulados, seja estabelecendo níveis de redução progressivas na produção e preços, com melhores processos de escolha e beneficiamento, além de medidas complementares com relação à vida das populações mineiras e atividades das regiões.

Não desejamos e devemos evitar a todo o custo que a indústria do carvão nacional sofra o destino da indústria da borracha; é melhor avançar cautelosamente do que por saltos. Preparemos as medidas de defesa e estabilidade da indústria carbonífera nacional, de molde a que ela percorra o rumo que, naturalmente, deve percorrer, em presença das contingências e fatores reais influentes.

Se não houver plano de conjunto, se não forem tomadas medidas racionais equilibradas em relação à produção e consumo, importação e exportação, vamos assistir, dentro de pouco tempo, ao colapso da indústria extrativa do carvão nacional, consequência lógica da falta de entendimento entre Diretores de Empresas e autoridades responsáveis, com grave reflexo para a economia Nacional.

INSTRUÇÃO DE MORTEIROS

(Mrt. 60 mm — M2 e Mrt. 81 mm — M1)

Major Euro Lobo Martins

AVISO

Apareceu, finalmente, a edição por cooperação da Separata do artigo "INSTRUÇÃO DE MORTEIROS" de autoria do Major EURO LOBO MARTINS.

Os Camaradas, residentes nesta Capital, e que se inscreveram para a respectiva aquisição, são convidados a comparecerem na nossa Redação a fim de receberem o exemplar que lhes foi reservado.

APONTAMENTOS PARA A HISTÓRIA DA 3ª REGIÃO MILITAR

Ten.-Cel. RIOGRANDINO DA COSTA E SILVA

COMANDANTES DA 3ª REGIÃO QUE EXERCERAM O CARGO DE MINISTRO DA GUERRA DO BRASIL

Com o objetivo de completar, tanto quanto possível, estes nossos "Apontamentos" pareceu-nos que seria de grande interesse destacarmos os nomes dos Comandantes da 3ª Região Militar que exerceram o cargo de Ministro da Guerra do Brasil, tanto durante o Império como os governos republicanos. São ao todo em número de quinze os Brigadeiros, Marechais ou Generais que, antes ou depois de terem sido comandantes da atual 3ª Região, chegaram ao elevado cargo de Ministro de Estado dos Negócios da Guerra, exercendo-o nas seguintes épocas:

Brigadeiro João Paulo dos Santos Barreto: — no quarto e último Gabinete da Regência Trina, de 16 de janeiro a 15 de março de 1835, quando foi substituído, interinamente, por Joaquim Vieira da Silva e Souza; sua substituição, efetivamente, ocorreu em 16 do mesmo mês de março de 1835, pelo General José Felix Pereira Pinto Burgos, Barão de Itapicuru-Mirim.

O Brigadeiro Santos Barreto foi também Ministro da Guerra durante o reinado de D. Pedro II, no sexto Gabinete, de 2 de maio de 1846 a 22 de maio de 1847, e no 9º Gabinete, de 31 de maio de 1848 a 29 de setembro de 1848, Gabinete esse que foi o último da situação

liberal inaugurado em 2 de fevereiro de 1844.

Brigadeiro Jerônimo Francisco Coelho: — foi Ministro da Guerra no quarto Gabinete, de 2 de fevereiro de 1844 a 26 de maio de 1845, participando, assim, do primeiro gabinete da situação liberal no reinado de D. Pedro II. Como Ministro da Guerra desse Gabinete, foi o Brigadeiro Jerônimo Coelho quem traçou a política ministerial, em sessão da Câmara dos Deputados, a 17 de maio de 1844. O Brigadeiro Jerônimo Coelho fez parte, igualmente, do 13º Gabinete, presidido por Pedro de Araújo Lima, Marquês de Olinda, sendo Ministro da Guerra, desde 4 de maio de 1857 a 11 de junho de 1858, quando foi substituído, interinamente, por José Antônio Saraiva.

Marechal de Campo Luiz Alves de Lima: — no 12º Gabinete, sendo presidente do Conselho o Marquês do Paraná, Honório Hermeto Carneiro Leão, o então Marquês de Caxias substituiu ao General Pedro de Alcântara Bellegarde como Ministro da Guerra, em 14 de junho de 1853; e assumiu a Presidência do Conselho em virtude da morte do Marquês de Paraná, ocorrido em 3 de setembro de 1858.

Caxias fez parte, também, do 16º Gabinete, de 2 de março de 1861 a 24 de maio de 1862, e do 26º, de 25 de junho de 1875 a 5 de janeiro de 1878, nos quais desempenhou, ao mesmo tempo, as funções de Ministro da Guerra e de Presidente do Conselho.

Marechal de Campo Manuel Marques de Souza, Visconde de Porto Alegre: — no 17º Gabinete, de 24 a 30 de maio de 1862, sob a Presidência do Conselheiro Zacharias de Góis e Vasconcelos.

Marechal de Campo João Frederico Caldwell: — foi Ministro da Guerra no 24º Gabinete, presidido pelo Visconde de São Vicente, José Antônio Pimenta Bueno. O Marechal Caldwell serviu interinamente como Ministro desde o início do Governo de Pimenta Bueno, em 29 de setembro de 1870, por não ter o General José Antônio Correia da Câmara aceitado o cargo, até que Raymundo Ferreira de Araujo Lima foi nomeado Ministro efetivo, em 9 de novembro do mesmo ano.

Marechal de Campo Manuel Luiz Osório, Marquês de Herval: — foi Ministro da Guerra no 27º Gabinete, sob a presidência de João Luiz Vieira de Cansanção Sinimbú, de 5 de janeiro de 1872 até 6 de outubro de 1879, quando, por seu falecimento, foi substituído pelo próprio Sinimbú, até 19 do mesmo mês e ano, data em que João Lustosa da Cunha Paranaguá foi nomeado Ministro efetivo.

Marechal José Antônio Correia da Câmara, Visconde de Pelotas: — ocupou a Pasta da Guerra no 28º Gabinete, presidido por José Antônio Saraiva, desde 28 de março de 1880 a 15 de maio de 1881, quando foi substituído por Franklin Américo de Menezes Dória.

General de Divisão Antonio Enéas Gustavo Galvão, Barão do Rio Apa: — foi Ministro de Estado dos Negócios da Guerra já na República, durante o Governo do Marechal Floriano Peixoto, de 12 de abril de 1893 até 31 de janeiro de 1894, substituído por Bibiano Sérgio da Fontoura Costalhat.

General de Divisão Bernardo Vasques: — no Governo da Presidente de Moraes, de 15 de novembro de 1894 a 4 de janeiro de 1897.

Marechal Carlos Machado Bittencourt: — foi também Ministro no Governo de Prudente de Moraes, de 17 de maio a 5 de novembro de 1897; interinamente, foi substituído pelo General de Divisão João Thomaz da Cantuária no período de 2 a 26 de outubro de 1897.

General de Divisão João Thomaz da Cantuária: — interinamente, de 2 a 26 de outubro de 1897; efetivamente, de 5 de novembro de 1897 a 15 de novembro de 1898, quando terminou o período presidencial do Governo Prudente de Moraes.

No Governo de Campos Salles, o General Cantuária substituiu o General de Divisão João Nepomuceno de Medeiros Mallet como Ministro da Guerra, desde 30 de abril a 24 de maio de 1900.

General de Divisão Carlos Eugênio de Andrada Guimarães: — no Governo de Nilo Peçanha, de 14 de junho a 16 de outubro de 1909.

General de Divisão José Bernardino Bormann: — também no Governo de Nilo Peçanha, substituiu o General Carlos Eugênio, sendo Ministro da Guerra desde 16 de outubro de 1909 até 15 de novembro de 1910.

General de Divisão Vespasiano Gonçalves de Albuquerque e Silva: — no Governo do Marechal Hermes Rodrigues da Fonseca, foi Ministro da Guerra no período de 29 de março de 1912 a 15 de novembro de 1914.

General de Divisão João Gomes Ribeiro Filho: — no Governo Getúlio Vargas, deixou o Comando da 3ª Região por ter sido designado para o Comando da 1ª Região Militar; nomeado Ministro da Guerra pouco tempo depois, assumiu as funções desse cargo em 10 de maio de 1935, sendo substituído, em 9 de dezembro de 1936, pelo General de Divisão Eurico Gaspar Dutra, atual Presidente da República.

XIII

ORDEM DO DIA N. 43

GERAIS QUE FALLECERAM NO
COMANDO DA 3ª REGIÃO MILITAR

Não são muitos os Officiais Generais que, sendo Comandantes das Armas da Província do Rio Grande do Sul ou, mais tarde, do 8º Distrito Militar, ou da 3ª Região Militar, vieram a falecer no exercício efetivo dessa elevada função.

Percorrendo a relação completa desses Comandantes, de acôrdo com os elementos que conseguimos colligir, verifica-se que apenas seis Generais foram colhidos pela morte no desempenho do Comando da que hoje é a 3ª Região: — O Marechal de Campo José Luiz Mena Barreto, em 10 de outubro de 1879; o Brigadeiro João Antônio de Oliveira Valporto, em 5 de fevereiro de 1887; o General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, em 30 de março de 1917; o General de Divisão Tito Pedro de Zecobar, em 12 de fevereiro de 1919; o General de Divisão Manuel de Carqueira Dalro Filho, em 19 de janeiro de 1938, quando exercia, também, o cargo de Interventor Federal no Estado; e o General de Divisão Gustavo Cordeiro de Farias, em 12 de abril de 1948.

Como mais uma homenagem de respeito e veneração a esses illustres Chefes Militares, que tantos e tão assinalados serviços prestaram ao Exército e ao País, reproduzimos a seguir o registo feito em Ordens do Dia ou nos Boletins da Região, a propósito do falecimento de cada um.

Marechal de Campo José Luiz
Mena Barreto

Assumindo o Comando das Armas, por haver falecido o Marechal de Campo José Luiz Mena Barreto, o Marechal de Campo Salustiano Jerônimo dos Reis, Barão de Camaquã, publicou a seguinte Ordem do Dia:

"Commando das Armas da Província de S. Pedro do Sul. Quartel General em Porto Alegre, 10 de Outubro de 1879.

Para conhecimento dos Corpos do Exército em serviço nesta Província, faço público que, tendo sido nesta data nomeado pelo Exm. Sr. Presidente da Província para provisoriamente exercer o lugar de Commandante das Armas, por haver fallecido o Exm. Sr. Marechal de Campo José Luiz Mena Barreto, que servia o dito cargo: assumi nesta mesma data o respectivo exercício.

A perda do distinto General a quem substituo, estou certo que será por todo o Exército sentida com o mesmo pezar que me acompanha, ao dar della conhecimento aos Corpos em serviço nesta Província.

Salustiano Jerônimo dos Reis,
Marechal de Campo."

Brigadeiro João Antônio Valporto

Ocorrido no dia 5 de fevereiro de 1887, o falecimento do Brigadeiro João Antônio de Oliveira Valporto foi comunicado às forças em guarnição na Província de S. Pedro do Sul pelo Marechal de Campo Augusto Cezar da Silva, na seguinte Ordem do Dia:

"Commando das Armas da Província de São Pedro do Sul.

Quartel General em Porto Alegre, 5 de Fevereiro de 1887.

ORDEM DO DIA N. 597

Dói-me profundamente commoicar às forças em guarnição n'esta Província que d'entre os vivos desapareceu, a 1 hora da madrugada de hoje, o conspícuo cidadão e benemérito guerreiro, o illustre Brigadeiro João Antônio de Oliveira Valporto.

Esse herói, a quem os perigos pareciam excital-o para affrontal-os e que desafiou a morte em tantas batalhas, submergiu-se no occaso da vida para surgir como uma nebulosa resplendente de luz no panteon funerário de sua pátria agra-decida, ao qual a morte acaba de entregal-o. Tudo legou-nos. Pátria, disciplina e dever eram os seus braços. Os sinais distintivos

de seu mérito jamais se apagarão do reconhecimento nacional.

Assumindo interinamente o cargo de Commandante das Armas, por ordem da Presidência da Província d'esta data, e como interprete fiel do profundo sentimento da força aqui em guarnição, por tão prematura perda, a convindo para tomar luto por 3 dias e deponho sobre o caixão mortuario que encerra os restos do inclyto varão e cabo de guerra uma corôa de saudades e perpetuas, já que perpetuas saudades nos deixou o illustre morto.

Augusto Cezar da Silva, Marechal de Campo."

General Pedro Bittencourt

Quando no Comando da 7ª Região Militar faleceu em Pôrto Alegre, no dia 30 de março de 1917, o General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt. Em boletins datados de 1 de abril, o Coronel José Marques Guimarães, Chefe do Estado-Maior Regional, publicou o doloroso acontecimento, consignando o seguinte, no de n. 77:

"General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt.

Si é difficil reunirmos nos estreitos limites de um Boletim os serviços e as qualidades todas que destacavam o grande brasileiro que foi o Excelentissimo Sr. General de Divisão Pedro Augusto Pinheiro Bittencourt, impossivel se nos afigura descrever a mágoa profunda que nos abala ante a perda desse Chefe illustre. E, si algum conforto podemos transmitir aos nossos camaradas, esse será, sem dúvida, a certeza de que Sua Ex. deixou discipulos e continuadores dos seus atos e virtudes e que as homenagens inconfundiveis com que os Governos da Republica e do Rio Grande do Sul manifestaram o seu luto, provam exuberantemente que a Pátria justa sempre reconhece os reais serviços dos seus diletos filhos.

Depois de 48 anos de serviços, com uma preferência bem acentuada pelos labores da tropa, sempre na estacada, respeitando religiosamente a Lei, amando fervorosamente ao Exército com um

amor que se traduzia em todos os instantes e em todos os atos, tomou esse militar illustre lamentando "Não ouvir os clarins do seu Regimento", aconselhando aos seus subordinados "que se unissem e trabalhassem pela Defesa Nacional" e dizendo que levava o consolo de "deixar filhos e amigos servindo a Pátria."!

Nestas palavras firmes como as suas habituais vozes de comando, nos seus habitos modestos e despreocupados, nos seus atos de justiça e de amor aos regulamentos militares, no seu respeito as autoridades constituídas, no seu afastamento completo das lutas politicas-partidarias, na sua linha austera de chefe de familia amantissimo e na sua inexcedivel honestidade, lega o grande morto aos seus subordinados os melhores e mais dignos exemplos.

Como ultima homenagem a quem tanto amou e serviu sua Pátria, convindo todas as forças desta Região a tomar luto por 8 dias."

Com o falecimento do General Pedro Bittencourt, assumiu, interinamente, o Comando da 7ª Região Militar o General Belo Augusto Brandão, Comandante da 5ª Brigada de Infantaria, substituído, também interinamente, em 9 de abril, pelo General Carlos Frederico de Mesquita, nomeado Comandante da 9ª Brigada de Infantaria.

General Tito Escobar

Faleceu o General de Divisão Tito Pedro de Escobar quando comandava a então 7ª Região Militar, tendo o seu substituto interino, General de Brigada Ildelfonso Pires de Moraes Castro, publicado, a respeito, o seguinte boletim:

"7ª Região Militar — Quartel General em Pôrto Alegre, 12 de fevereiro de 1919.

Boletim n. 36

Cabe-me o doloroso dever de dar conhecimento às forças desta Região, da morte do seu Comandante, Sr. General de Divisão Tito Pedro de Escobar.

em todos os
atos, tomam-
lamente
ns do seu
do aos seus
unisssem e
essa Nacio-
ava o con-
e amigos

es como as
e comando,
stos e des-
tos de jus-
gamentos
to as auto-
seu afasta-
as políticas,
nha austeru
antissimo e
honestidade,
os seus su-
res e mais

agem a quem
sua Pátria,
as desta Re-
8 dias."

do General
umiu, interi-
da 7ª Região
elo Augusto
da 5ª Bri-
substituído,
e, em 9 de
Carlos Frede-
omeado Co-
ada de Infan-

Escobar

l de Divisão
ar quando co-
região Militar,
interino, Ge-
defonso Pires
blicado, a rea-
tim:

r — Quartel
Alegre, 12 de

36

oso dever de
as forças desta
o seu Coman-
de Divisão Tito

Caráter íntegro, de uma retidão e energia, que todos reconheciam como os principais traços de sua envergadura de soldado, deixa ele uma fé de ofício brilhante, cheia de serviços prestados ao seu país, na paz e na guerra.

Militar por convicção, alma eleita à feição dos antigos varões romanos, o nosso extinto chefe mantinha pelo Exército, que eficientemente serviu, verdadeiro culto.

Nas várias importantes comissões que o Governo com justiça confiou-lhe, a alta penetração dos seus deveres imprimiu um cunho distinto de honradez e competência profissional.

Seus subordinados, sob a confiança que inspiram os chefes da estatura moral do extinto, cumpriam com íntima satisfação e severo rigor as ponderadas determinações que o seu espírito previdente e justo lhes ditava.

Praça de 24 de dezembro de 1872, foi a 25 de maio de 1878 promovido a Alferes, tendo daí por diante conquistado os postos, um por estudo, o de Tenente, e os demais por merecimento.

Além de outros serviços prestados, tomou parte, no posto de Capitão, em 1893, na revolução deste Estado, ao lado das forças republicanas e foi o organizador do 3º Batalhão de Infantaria da Brigada Militar, de que foi o primeiro Comandante.

Fiz parte de uma das expedições, mandada contra os fanáticos de Antônio Conselheiro, em Cuiabá, tendo então sido promovido a Major.

General de Divisão em 12 de janeiro do ano findo, foi nomeado pelo Governo para exercer o alto cargo de Comandante desta Região Militar, aonde veio a morte arrebatá-lo do convívio dos companheiros e do cumprimento do seu dever.

Em consequência do falecimento do General Tito Escobar, o General Ildefonso Pires de Moraes Castro assumiu, na mesma data de 12 de fevereiro de 1919, o Comando interino da 7ª Região Militar e da 5ª Divisão, sediadas em Porto Alegre, deixando-o em 25

de agosto seguinte, quando tomou posse o General de Divisão Antônio Ilha Moreira.

General Daltro Filho

Achando-se, simultaneamente, no exercício do cargo de Comandante da 3ª Região Militar e nas funções de Interventor Federal no Estado do Rio Grande do Sul, o General de Divisão Manuel de Cerqueira Daltro Filho veio a falecer em 19 de janeiro de 1938.

Em virtude de seu falecimento, assumiu, interinamente, o Comando da Região o General de Brigada Boanerges Lopes de Souza, Comandante da 6ª Brigada de Infantaria. Publicou, então, o General Boanerges o seguinte boletim, a respeito do lutuoso acontecimento:

"3ª Região Militar — Q.G. em Porto Alegre, 20 de janeiro de 1938. Quinta-feira.

Boletim Diário n. 16

Falecimento do Exmo. Sr. Gen. de Divisão Manoel de Cerqueira Daltro Filho.

Oficiais, graduados e praças da 3ª Região Militar — dignos comandados meus:

É morto nosso grande e valeroso chefe:

O luto nos ensombra os corações de soldados, fazendo que o animo de almas afeitas pelo ofício das armas a encarar o perigo e vencer o sofrimento, se abata e vergue ao golpe irremediável, de tão crúas realidades! Soldados! temos o pudor das lamentações, e a dor, por profunda seja, procuramo-la sofrer silenciosamente, sem que transpire sequer nas contrações da face, o reflexo de magoa das dilacerações que nos traga, costumados que somos a temperar o aço de nossos caracteres no fogo purificador das amarguras.

Dores, todavia, existem, para as quaes não basta a ânfora do peito por pequena, carecendo ecoar longe e tão amplamente, que só os lindos da Pátria, na sua imensa grandeza, lhe compoñham a taça para contê-la toda!

A morte do Exmo. Sr. General Daltro Filho, tem para nós a significação destas dores sem limites, tão profunda e vivamente nos atinge, a nós que lhe ouvimos os últimos comandos, ao Exército que lhe guarda com honra a memória dos feitos e à Pátria a quem serviu cavalheresca e virtuosamente!

Sua vida, soube vivê-la inteira, totalmente, como soldado, único ideal que lhe doirou os sonhos de moço, única realidade que lhe vivificou, pelos tempos em fora, onde quer o arrastassem as qualidades de seu caráter, a existência de puritano das armas única para suas cans gloriosas: ser soldado, unicamente soldado, sempre e orgulhosamente soldado!

Nasceu na Bahia em 2 de novembro de 1882, filho de simples fazendeiro do interior do Estado. Com as dificuldades naturais da modesta e honrada origem incetou a conquista de sua personalidade, apenas armado das qualidades que lhe ornamentam a individualidade: vontade máscula, inteligência brilhante e honestidade à prova. E venceu.

Assentou praça a 12 de fevereiro de 1898, com dezesseis anos de idade, identificando-se ainda tão jovem — com a farda do Exército, único orgulho e vaidade de sua alma de guerreiro. Declarado Alferes Aluno em 3 de março de 1904, ei-lo Oficial de Infantaria, arma a quem deu tudo e a própria vida não regateou jamais, onde quer o perigo surgisse e a honra militar fosse afrontada.

Os postos da carreira sempre os vingou por estudos e merecimento, atingindo em 22 de setembro de 1932 o generalato, após uma brilhante vida de infante quer como instrutor e administrador na paz, quer como condutor varonil de homens nas campanhas que fez e que impulsionava para a vitória com sua vontade ferrea e heróica combatedora.

Aprimorou sua cultura em vários cursos, diplomando-se no Curso de Estado Maior e Engenharia (Regulamento 1898), aperfeiçoamento em especialidade de Infan-

taria pela "École de Sabres d'Orléans" em França, de aperfeiçoamento em 1929, bacharel em matemática e ciências físicas.

Inda moço, cheio de amor pela mocidade de sua Pátria, deu tudo de seu entusiasmo, cultura e trabalho para, sem prejuízo de suas tarefas militares, idear e fundar com que sacrifícios, o grande monumento de cultura que é hoje a Universidade do Paraná, que lhe deve os fundamentos e as mais belas lições de matemática pura.

Não contente de abrir clareiras de cultura para seus patricios engajou-se com entusiasmo na fundação da Liga de Defesa Nacional, objetivando atrair a simpatia pública para o Exército e o oxigenar de patriotismo a atmosfera social de nossa gente.

Exerceu comissões de alto relevo no Exército, nas quais sua personalidade marcante riscou traços de um brilhantismo invulgar: fez parte da casa militar do Presidente Bernardes, foi adido militar brasileiro junto a Bélgica e à França, presidiu a comissão de fiscalização administrativa do Exército.

Como elemento destacado do Estado Maior do Marechal Setembrino, fez a campanha do Contestado. Coronel, comandou em 1930 o Destacamento que operou no Estado do Rio. Em 1932, ante a eclosão do movimento revolucionário de São Paulo, assumiu o comando do Destacamento DALTRO FILHO, na frente Leste, impulsionado com rara energia e bravura a ação de sua renomada tropa, que de vitória em vitória vanguardou sempre na conquista do território rebelado, só descansando a espada quando sentiu reimplantada a soberania federal naquele Estado e restabelecida a ordem em toda a República. Se nas campanhas anteriores obtivera as credenciais de bravura, nesta última adquiriu por direito de conquista foros de grande chefe militar, emulo republicano dos velhos guerreiros da tradição do Império.

Foi Comandante da 8ª R. M., onde tomou atitudes de tal vulto que o fizeram credor da gratidão de todo um povo que tanto valera

e defendera, merecendo as honras de um monumento em praça pública na capital do Estado do Pará. Ainda naquela comissão, teve ocasião de agir em prol da ordem e tranquilidade pública do Estado do Maranhão, conseguindo com o encanto de sua varonilidade militar, adentrando-se sozinho por um quartel rebelado — reimplantar pé a disciplina e a ordem.

Comandante da 2ª R.M., logo após a vitória de 1932, elevou nas praças paulistas a honorabilidade da força federal e fez estimado o Exército. Aí, alçado às funções de Interventor, pela direita e honestidade com o que se houve, assumiu autoridade invulgar naquele meio administrativo difícil e complexo como nenhum mais no país.

Em maio de 1937, promovido a General de Divisão, deixa as funções de Chefe da Diretoria de Engenharia e logo assume o comando do agrupamento Daltro no sul do Estado de Santa Catarina, donde, em pouco passou ao comando da 5ª R.M., empenhado de corpo e alma na articulação de todas as forças para a reação à rebeldia que ensonbrava de tempestuosas nuvens os horizontes do meio dia brasileiro.

Ao cabo, em agosto de 1937 houve por bem o governo da República investi-lo no comando da 1ª R.M., num momento gravíssimo de agitações políticas, que tudo pareciam absorver, inclusive o Exército, ameaçando dos mais negros futuros a estabilidade do poder público e a segurança nacional.

El-lo enfim, engajado na missão mais alta e difícil de toda a sua carreira, acima de qualquer política, fora de toda complacência com o espírito de desordem, leal e franco, cheio de energia que o dever impõe e pleno da generosidade que a desambigação inspira, obtendo reunir num só bloco de disciplina, de trabalho e coesão, a massa como que enfraquecida pelas discordâncias de ideias e desentendimentos de rumos que encontrara.

Os fatos posteriores são de ordem; não há mister rememorá-los

para quem neles foi parte. A história, mais tarde, resfriadas as paixões ambientes, revelará em todo o esplendor aos posteriores a grandeza de ação do chefe que hoje perdemos, na sua ação de Comando na 3ª R.M., e na sua atuação imparcial, honesta e patriótica de interventor no Estado do Rio Grande do Sul.

Aí está, em largos traços, o resumo de tão bela vida de soldado, do querido chefe que hoje perdemos.

Morto, perdure sempre redivivo na memória dos que tivemos a honra de ser seus comandados e, pelos tempos em fora, viva eternamente e como exemplo de soldado, quem só viveu soldado e para seus soldados!

(a) Boanerges Lopes de Souza, General de Brigada Cmt. Int. — Confere: Oswaldo Cordeiro de Farias, Cel. Chefe Int. do E.M.R."

GENERAL GUSTAVO CARDEIRO DE FARIAS

Faleceu o General de Divisão Gustavo Cordeiro de Farias em 12 de abril de 1948, quando se encontrava no Rio de Janeiro, onde chegara poucos dias antes, já gravemente enfermo e precisamente em busca de melhora a seu estado de saúde.

Achava-se o General Gustavo no exercício do comando da 3ª Região Militar desde 13 de julho de 1946, mas, como seu falecimento ocorreu na Capital da República, foi doloroso e sentido acontecimento comunicado ao Exército pelo próprio Ministro da Guerra, General de Divisão Canrobert Pereira da Costa, na seguinte Ordem do Dia:

"É com o maior pesar que comunico ao Exército o falecimento hoje, 12 de abril de 1948, do general de divisão Gustavo Cordeiro de Farias, que exercia o comando da Terceira Região Militar, sediada no Rio Grande do Sul.

Rouba-nos o destino um profissional dos mais capazes e eficientes, que viu ceifada sua vida, preciosa à sua Pátria, à sua classe e à sua Família, no exercício de elevadas funções de comando, a que emprestava todo o brilho de sua in-

teligência, toda a dedicação de seu espírito militar exaltado e todo o esforço que sua capacidade física permitia.

Companheiros e subordinados que tiveram a ventura de privar com o general Gustavo vêm desaparecer um amigo devotado e um chefe que comandava sua tropa com uma feição toda especial, à custa do que dela obtinha um rendimento invulgar, misto de eficácia e devotamento, conjugado de obediência consciente e amizade respeitosa, como ainda recentemente ficou comprovado por ocasião dos últimos exercícios que fez realizar como coroamento do ano de instrução.

O Exército perde um chefe que, há quase 40 anos, dedicou-se integralmente à sua eficiência através de todos os graus da hierarquia e nas variadas funções que desempenhou sempre com brilhantismo.

Resta-nos o conforto de termos acompanhado uma vida que, por muito tempo, servirá de exemplo aos que, como ele, fazem dela um verdadeiro sacerdócio.

Em 3 de fevereiro de 1947, quando apenas há seis meses vinha exercendo o comando da 3ª Região Militar, recebeu o General Gustavo Cordeiro de Farias uma consagrada manifestação de apreço e respeitosa admiração dos oficiais de toda a guarnição federal do Estado do Rio Grande do Sul. Foi uma demonstração expressiva e de merecida exaltação às invulgares qualidades do Chefe ilustre e acatado, que se impusera desde logo à consideração e à mais sincera estima de todos os seus comandados.

Tendo-nos sido proporcionada, naquela oportunidade, a honrosa distinção de fazer o oferecimento da homenagem, por delegação unânime dos manifestantes, e querendo tributar mais um preito de veneração à memória do saudoso Chefe militar, incluímos nestes "Apostamentos para a História da 3ª Região Militar" a significativa reportagem que o "Diário de Notícias", de Porto Alegre, publicou no dia seguinte, 4 de fevereiro, e em cujo texto foram reproduzidas as palavras que então proferimos, em

saudação ao pranteado General Cordeiro de Farias. Sob o título de "Expressivas homenagens recebeu ontem o General Gustavo Cordeiro de Farias", eis o que publicou aquele prestigioso órgão da imprensa gaúcha:

"Decorreram brilhantes as homenagens prestadas pela 3ª Região, ontem, ao general Gustavo Cordeiro de Farias, por motivo do transcurso de seu aniversário natalício. Essas homenagens tiveram um magnífico desenrolar, tendo sido extensivas à sua esposa, d. Nômia Brasil Cordeiro de Farias.

Pela manhã, a sua chegada ao Quartel-General Regional, o comandante da Região recebeu os cumprimentos dos oficiais do seu Estado-Maior, chefes de Serviços e de Repartições Militares e dos comandantes de unidades desta guarnição e das guarnições vizinhas.

O CHURRASCO

As 12,30 horas, na sede do Pôrto Alegre Country Club, foi servido o churrasco. A esta festa inteiramente despida do cunho protocolar, estiveram presentes os sr. Cyllon Rosa, interventor federal, acompanhado de sua esposa, d. Anita Rosa, os secretários de Estado, o coronel Justino Marques de Oliveira, comandante geral da Brigada Militar, o major-brigadeiro Fernando Vitor do Amaral Savaget, comandante da 5ª Zona Aérea, dr. Nelson Martins, chefe de Polícia do Estado, dr. Conrado Ferrari, prefeito municipal, oficiais do Estado-Maior Regional, chefes de Serviços e de Repartições Militares, comandantes de Corpos e de Unidades representativas militares e numerosos convidados.

O DISCURSO DE SAUDAÇÃO

Pronunciando expressiva oração, falou o major Riograndino da Costa e Silva, do Estado-Maior da 3ª Região Militar, saudando o homenageado:

"Ao ensejo feliz da data que assinala a passagem de mais um aniversário natalício de V. Ex., reun-

se neste local a oficialidade da 3ª Região Militar, a fim de lhe tributar as homenagens sinceras de seu mais profundo respeito e de sua maior admiração.

Com a honrosa presença dos mais destacados elementos da administração civil do Estado, a cuja frente se encontra a figura ilustre e cavaleiresca do Exmo. Sr. Interventor, Dr. Cylon Rosa, aqui se acham congregados — meu General — os oficiais das guarnições de Porto Alegre e localidades vizinhas, em representação autorizada e espontânea de todas as guarnições federais do Rio Grande do Sul, numa unanimidade consagradora e magnífica, que diz melhor e mais expressivamente do que quaisquer palavras, do elevado apreço e da muita consideração que todos os seus comandados, indistintamente, consagram e dedicam à personalidade de V. Excia. E nada mais seria preciso acrescentar agora ao que já dissemos, para expressar as razões de nossa manifestação, não fosse a vontade perfeitamente compreensível de testemunharmos a V. Excia., de público e para ciência do público em geral, os nobres e altos sentimentos inspiradores de nossa atitude, nesta tão grata oportunidade.

Cêrca de um ano passado, quando chegava à 3ª Região a auspiciosa notícia de que V. Excia. fora designado Comandante deste importante setor da divisão militar territorial do país, numa certeza indiscutível se firmou, de imediato, em toda a tropa de guarnição neste Estado, bem como — podemos afirmar sem receio de incorrer em erro — em todo o Exército: — a de que esta Região ia ter a dirigir-lhe os destinos, a orientá-la segura e corretamente na senda do cumprimento do dever — senda sempre árdua e, por vezes, difícil até ao sacrifício — uma das mais brilhantes expressões do Quadro de Oficiais Generais do Exército Brasileiro, um dos vultos exponenciais desta moderna e já numerosa pleiade de Chefes militares exímios; nos quais se conjugam e se entrelaçam admiravelmente, numa sintonização perfeita e harmoniosa, as quali-

dades excepcionais do profissional inteiramente dedicado à nobre carreira e as mais puras virtudes do cidadão integralmente devotado ao serviço da Pátria.

O comando exercido por V. Ex., à testa da 3ª Região Militar, tem confirmado, de maneira completa, a expectativa e a convicção formadas em torno da designação de V. Ex. para a comissão de tanta responsabilidade. E não é só: vem servindo para evidenciar, sem margem a contestações, que a Região das mais gloriosas tradições em nossa História Militar encontrou em V. Ex. um Chefe absolutamente digno de se altear, sem favor e sem lisonja, ao elevado nível em que se encontram os vultos notáveis do Brigadeiro D. Diogo, de Barbacena, Lecór, os Mena Barreto, os Marques de Souza, Caxias, Osório, Mallet, Deodoro, Câmara e tantos e tantos outros ilustres predecessores de V. Ex. como comandantes da 3ª Região Militar. É que trazia V. Excia., para o desempenho da difícil e trabalhosa comissão com que o distinguira o Governo da República não apenas o precioso contingente de uma cultura profissional e generalizada de sólida estruturação e larga amplitude, se não, também, o inestimável cabedal de suas experiências e observações de caráter pessoal, colhidas através de uma existência de profícuo labor e de intensa luta em prol do crescente aperfeiçoamento do Exército, do maior engrandecimento do Brasil e do aprimoramento de todas as suas instituições. De tal forma, não foi difícil a V. Ex. exercer o comando do modo por que o tem exercido, sem a menor interrupção até hoje: — altamente eficaz e inteligente, aliado sempre a energia com a serenidade, a rigorosa exigência no cumprimento dos deveres com a outorga indispensável dos direitos correspondentes e a assistência desvelada a todos os subordinados; humanizando a função a desempenhar pelo trato afável e, mesmo até, carinhoso e paternal dispensado a seus comandados; e, principalmente, dando a todos os que se acham sob suas ordens,

desde os de mais altos postos aos de menor graduação na escala da hierarquia, em tudo, por tudo e para tudo, a lição admirável que constitui sempre, sob qualquer aspecto, o exemplo edificante, que é a vida de V. Excia.

Quis, entretanto, o destino — meu general — que viesse V. Ex. comandar a 3ª Região Militar em um período que, apreciado à luz dos acontecimentos nele verificados, pode ser considerado dos mais críticos e atribulados da existência da nacionalidade brasileira. As irreprimíveis tendências democráticas de nosso povo orientavam-se, patrioticamente, no sentido de reconduzir o País às formas tradicionais de nosso sistema constitucional de governo. Sem se deixar envolver ou perturbar no torvelinho das competições então em jogo, mas auscultando e sentindo as mais fundas palpitações e os mais legítimos anseios da alma popular, trouxe também V. Ex. para o comando da Região, ao lado de sua extraordinária capacidade de Chefe militar, a ampla visão do homem público interessado pelo bem-estar da coletividade civil, do cidadão estudioso e conhecedor dos mais palpitantes problemas do momento. Foi isso, sem dúvida, que ficou sobejamente evidenciado pela análise criteriosa e acertada que nos apresentou V. Ex. em seu discurso de posse no espinhoso cargo, que tanto tem sido honrado com a atuação de V. Ex. Alguns dos conceitos emitidos então por V. Ex. representam mesmo, para nós, militares, especialmente, ensinamentos tão preciosos que me não posso furtar ao prazer de reproduzi-los nesta altura, para melhor acentuar este sugestivo traço da personalidade de V. Ex. Referindo-se à necessidade premente da restauração de nossas debilitadas forças econômicas e financeiras, cujos reflexos sobre a crise social se agravaram perigosamente, afirmou V. Ex.:

"Só assim poderá o Governo, com a colaboração decidida e sincera de todos os setores de ativi-

dade pública, encarar de frente os graves problemas que nos assoberbam, melhorando as condições de vida do nosso povo, isto é, realizando a verdadeira assistência social. Só desta forma poderá ser melhorado o nosso potencial humano, fator preeminente na integração nacional, tratando da saúde do povo, proporcionando-lhe uma moradia digna da espécie humana e facilitando-lhe uma alimentação suficiente e adequada. E, assim, num ambiente de congracamento e boa vontade, poderá o Governo, cujos propósitos sabemos serem sinceros, levar avante a realização do bem-estar nacional, sem necessidade de importar e aplicar uma terapêutica aconselhada por elementos insinceros, que não querem levar em consideração as características essenciais de nosso meio. A solução dos nossos problemas sociais será encontrada por nós mesmos, sem necessidade do auxílio de métodos estrangeiros".

Como essas palavras que recordamos agora, toda a oração proferida por ocasião da posse no comando que V. Ex. muito acertadamente classificou de "complexo e difícil, laborioso e ingrato", reflete, simultaneamente, o pensamento de um grande Chefe militar e de um sincero e ardoroso patriota, caracterizando e definindo, em nítidos contornos, a inconfundível personalidade de V. Excia., ao mesmo tempo que traça aos subordinados um roteiro a seguir sem desvios ou vacilações, porque indica a orientação certa e segura de todo militar na época atual, perfeitamente consciente da alta finalidade e da missão dignificadora das Forças Armadas, nos países de mais adiantada Civilização.

Excmo. Sr. General Cordeiro de Farias.

A manifestação que ora lhe tribuamos, plenamente justificada por si mesma, em face dos reconhecidos méritos de V. Ex., não estaria completa e até apresentaria uma falha imperdoável e injusta se limitássemos as expansões de nosso apreço

e o testemunho de nossa admiração apenas à pessoa de nosso estimado Chefe, sem estendê-la à dama distinta e fidalga, que é a digníssima Espôsa de V. Ex. Permita por isso, então, meu General que procuremos tornar menos imperfeita a homenagem que lhe prestamos de coração aberto, neste dia tão jubiloso. E que nossas famílias, também aqui presentes, se solidarizem conosco no preito que rendemos a V. Ex., permitindo-nos envolver, como agora o fazemos com sua licença, nas mesmas efusivas demonstrações de nosso respeitoso tributo a companheira dedicada e inseparável de todos os momentos de sua vida, a essa verdadeira "Mulher forte" de que nos falam os textos bíblicos, pois que tem sido sempre modelar escriptorio nas mais excelsas virtudes femininas; corajosa, lutadora e paciente, nas instantes de apreensões e incertezas; jovial, expansiva e animadora nas horas de alegrias e de triunfos, compartilhando invariavelmente da boa e da má fortuna do esposo e dos filhos, que lhe merecem todos os afetos e carinhos de seu coração de esposa amorosa e de mãe estremecida.

Exmo. Sr. General Cordeiro de Farias.

Em nome de toda a oficialidade da 3ª Região Militar, tenho a honra insigne de oferecer a V. Ex. e sua Exma. Esposa esta lembrança pela passagem de seu dia natalício, na qual se concretizam e sintetizam os mais ardentes e sinceros votos que todos os comandados de V. Ex. e suas Famílias fazem a Deus pela felicidade pessoal de V. Ex., sempre ao lado de sua dileta e distinta Família, pela continuação e completo êxito de seu Comando na 3ª Região Militar, assim como pela preservação, por muitos anos ainda, da vida de V. Ex., tão preciosa e tão cara ao Exército e ao Brasil".

Muitas palmas cobriram as últimas palavras do orador que, após, entregou ao general Gustavo Cordeiro de Farias uma fina lembrança, constituída de um estôjo para chinarrão e a d. Noemia Brasil Cor-

deiro de Farias um finíssimo objeto de prata.

AGRADECE O GENERAL

Visivelmente comovido, o comandante da Região agradeceu a homenagem que recebia, dizendo do esforço a que era obrigado para dominar sua emoção, pela honra de que estava sendo alvo por parte de seus camaradas do Exército. Referiu-se ao significado daquela festa e dos motivos de orgulho que possuía em comandar a 3ª Região Militar, a qual, constituída de uma tropa de elite, tinha sabido corresponder a sua expectativa de chefe e de amigo.

Aludiu depois o general Cordeiro de Farias ao ambiente de disciplina consciente e de trabalho que se verifica no território da sua Região e das responsabilidades que bem havia pesado para bem comandá-la, ao receber o convite para vir assumir o seu comando. Fez referências ao ambiente de verdadeira confraternização reinante no Rio Grande do Sul, onde civis e militares colaboram em igualdade de condições para o maior progresso da nossa pátria. Refere-se o comandante da Região à presença do interventor federal e demais autoridades federais e estaduais ali presentes, salientando a cooperação leal e sincera que vinha recebendo em todas as ocasiões da Brigada Militar do Estado. Naquela ocasião representada pelo seu comandante, coronel Justino Marques de Oliveira. Concluiu o comandante da Região agradecendo, em seu nome e em nome de sua exma. esposa, as homenagens que vinham de receber e na certeza que tinham de que todos, irmanados dentro de um mesmo pensamento, continuariam a trabalhar para maior honra e glória do Brasil.

Calorosas palmas cobriram as últimas palavras do comandante da Região, após o que foi servido aos presentes o farto churrasco, regado a vinhos, no decorrer do qual foram trocados outros brindes de cordialidade e confraternização".

(Continua)

O ESTUDO DA HISTÓRIA MILITAR

Ten. JOSÉ MURILO BEUREM RAMALHO

Já disse alguém, e muito bem, que a História nada mais é do que uma sucessão de fatos sucedidos sucessivamente. Com efeito, todo aquele que esteve em contacto com a mestra da vida, como a denominou Cícero, notará que os dramas se desenrolam através de ciclos, ciclos esses que mostram ser semelhantes quando postos num quadro único.

A importância do estudo de um ramo da História, isto é, a História Militar, não tem sido equilibrada até agora, ao máximo, em nosso país. Para que saber História Militar se ela interessará somente aos militares, dirão os líderes e pensadores civis? Puro engano daqueles que pensam dessa maneira concorrendo para que venham a usufruir falsas noções da atitude dos homens e da evolução das nações.

Quanto ao seu imprescindível conhecimento pelos militares, sem dúvida de que esses terão que estudar a fundo não somente a vida como também o mecanismo das batalhas e as campanhas dos grandes capitães. Os maiores comandantes que a história registra ou eram professores muito competentes ou conhecedores profundos de História Militar (1).

O estudo da História Militar tem sido menosprezado pelos nossos homens públicos, pelas nossas escolas superiores, relegado, enfim, a um plano muito baixo do que realmente deveria estar. E, no entanto, é forçosa sua entrada nas atividades intelectuais dos homens. Conhecendo os fatos passados com nitidez teremos oportunidades de sentir como poderão se desenrolar os acontecimentos e avaliaremos futuramente as possibilidades dos indivíduos, dos governantes e dos Estados. Não há dúvida de que a

reação à aprendizagem destes estudos tem sido enorme, pois a noção de Guerra, sempre há a tendência a menosprezá-la ou ignorá-la. Porém, a melhor maneira de compreendermos a situação da guerra, seu estado real, não é somente senti-la e, sim, determinar e analisar a fonte de sua irrupção, suas causas, para procurar então pesar nossas responsabilidades com maior energia e concorrendo ainda na elaboração de um organismo, que venha a manter o objetivo prático de neutralizar os acontecimentos provocantes da guerra. Eis o fundamento principal da História Militar.

É notada na América do Norte atualmente uma grande tendência ao ensino dessa disciplina. Sendo o norte-americano essencialmente objetivo observou ele que nem somente o militar deve estar a par deste conhecimento. Simplesmente, porque lidando os líderes civis, normalmente, com a gerência de órgãos diretores da nação, mais de perto, sem dúvida de que eles desempenham papéis relevantes no país e, em consequência, capazes de sentir o evolucionismo governamental. Então, terão eles que estar, de posse de elementos com os quais possam contar para que precisem e examinem a situação não só de seu povo como também desquacionar as questões que digam respeito as relações de um com os demais países e vice-versa ou isoladamente um com o outro. Isso será capital pois o estudioso estará mais apto a ser senhor da situação e posteriormente poderá fazer sentir seus conhecimentos nos cálculos dos acontecimentos do presente e do futuro.

Evidentemente ao erudito civil não lhe passaria pela cabeça a lembrança de estudar a engrenagem

(1) Antbal, Frederico II, Napoleão, Foch, Eisenhower, Von Romel, etc. etc.

das batalhas e os dispositivos táticos ou estratégicos.

É assunto que escapará a sua alçada sendo objeto apenas do militar, que é o profissional mais indicado. É a teoria da guerra, enfim, que iria interessar-lhe, mostrando seus motivos e suas consequências.

Na América do Norte, em 1943, foi publicado pela Universidade de Princeton um livro intitulado, "Os criadores de Estratégia Moderna" que retrata o pensamento militar desde Maquiavel até os nossos dias. O Major Napoleão Nobre, do Exército Brasileiro, acertadamente escreveu: "O estudo da evolução do pensamento militar é um dos mais seguros para a aquisição de um critério de julgamento com que podemos enfrentar os fatos e as opiniões que se agitam". O livro em questão é, pois, uma verdadeira obra, que, vindo preencher as lacunas dos estudiosos civis, mostra ser vital no conhecimento de todos. A guerra, e sua aprendizagem, não atende os interesses únicos dos militares.

O Coronel Renato B. Nunes, do nosso Exército, afirma que o estudo da guerra não é privativo da casta militar; é dever de todo o homem culto. O conhecimento da arte da guerra pelos eruditos civis não implicará em ajuda à provocação ou alimentação da Guerra. Conhecendo-a saberemos melhor como analisá-la para que seus resultados sejam diminutos. Não a estudaremos com o intuito de fazer com que a guerra seja deflagrada mas, sim, com a finalidade de nos preparar para preveni-la, para nos defender quando ela vier e nos ajudando a fazer com que nada seja improvisado nas tarefas de reconstrução após o fim da luta.

Temos que estudá-la estrategicamente, conhecendo em essência tudo que diga respeito à sua teoria.

A guerra, que, no dizer de Frederico II, é uma ciência para os homens superiores, é um mal provinda de um ato político, é um corolário da política.

Clasewitz, um grande pensador Militar Prussiano escreveu: "A

guerra é a continuação pelas armas da política do tempo de paz". Ora, analisando a situação política, procurando corrigir seus pontos vulneráveis, estabelecendo sua relação com as demais atividades do Estado, procurando situá-la numa missão, altamente essencial e construtiva, estaremos concorrendo senão para evitar a guerra da face da terra, mas, pelo menos, torná-la de vasta em reduzidas proporções. A melhor maneira dos governos civis acharem o remédio para os males guerreiros, para prevê-los, reduzi-los a pequenas extensões, é buscar saber a origem dos mesmos, suas causas, seus processos de crescimento, seus sintomas de enfraquecimento.

A teoria de que a guerra pode ser evitada mediante a concentração do poder mundial num único Estado, uma única autoridade com efetiva força para fazer cumprir uma lei mundial, sem dúvida que estaria fadada ao fracasso caso fôsse posta em vigor.

Buscamos sempre fugir à implantação da guerra e no entanto ela sempre teve sua aparição. Nicolau Maquiavel, que não foi Militar, escreveu que a guerra é uma tarefa, não de particulares e, sim, do Estado e que este, se fôr bem planejado, deve "impor aos cidadãos a arte da guerra como um exercício, um objeto de estudo do tempo de paz, e, durante a guerra, como necessidade imperiosa e oportunidade de obter a glória".

Atualmente na Escola Militar de Resende os cadetes aprendem a campanha da F.F.B., conforme recente programa traçado. Por bem, esta parte da História Militar poderia estar na ordem dos acontecimentos dos estudiosos civis e nos programas de ensino de nossas universidades. Muito lucrariamos se tivérmos dispostos a beber ensinamentos sobre a nossa efetiva participação na Itália. Ela nos traria profundas meditações ao mesmo tempo que aprenderíamos, mais ainda, a respeitar aqueles que lutaram, recolhendo para nós mesmo, as lições de bravura dos homens e dos chefes que os comandaram.

A APARENTE FORTALEZA MOSCOVITA

Gen. FELICIO LIMA

Merece aplausos dos brasileiros patriotas a significativa decisão do Dr. Raul Fernandes, Ministro do Exterior, de não pretender reconhecer o governo comunista chinês, dado o modo pelo qual foi implantado: contra a verdadeira e sã vontade da opinião pública daquela grande parte asiática e através do auxílio hostil da Rússia imperialista.

Não poderia ser outra a atitude do Brasil. Não nos devemos iludir. Os bolchevistas apenas contam com rasgos de audácia para intimidar o mundo, espalhando no seio dos povos as quintas colunas, embainhando-nos com fantasias de um regime que vive na mais absoluta tirania.

Precisamos enfrentar com firmeza a onda bolchevista. Embora aparente ela uma fortaleza inexpugnável, contudo não passa de flagrante fraqueza.

Com efeito, se analisarmos as guerras passadas, chegamos à conclusão de que a Rússia com seus exércitos de propaganda sempre se revelou impotente ao enfrentar as grandes nações. Donde o ridículo de viver o mundo receoso de seu poder militar!

Não negamos haver obtido a Rússia certas vitórias, mas nunca sem o auxílio dos eficientes exércitos de outros países. Foi bem sucedida nas campanhas que colimaram no desmembramento da Polônia, mas devido à Prússia e à Áustria, cujos exércitos de Frederico II e de Maria Teresa concorreram na partilha daquela infeliz nação cristã. Fora disso, quando lutou isolada foi derrotada. Citemos, por exemplo, a guerra da Criméia, a russo-japonesa, etc.

Ainda nos lembramos de que antes de 1914 a França, aliada à In-

glaterra e à Rússia, via nesta — na hipótese de explodir a guerra européia — o tão falado rôlo compressor. Mas, em lugar dêsse rôlo comprimir, foi facilmente esmagado, caindo aos pedaços aos pés dos exércitos de Lundendorf na Prússia Oriental! E a França não foi também esmagada graças à intervenção dos Estados Unidos, cujos exércitos chegaram a tempo de salvá-la e de proporcionar a vitória das nações da "Entente".

E tal fraqueza se repetiu vinte e cinco anos depois, quando da segunda guerra mundial. A Rússia sempre almejou dominar os pequenos povos que se estendem do Mar Báltico aos Balcãs, para o que não se cansava de exaltar o seu poderio militar. Mas, quando os alemães lançaram a segunda tentativa de dominar o mundo, onde encontraram facilidade de penetração foi precisamente naquele setor cobijado pela Rússia que, incapaz de uma reação, pôs de lado a sua secular aspiração, aliou-se à Alemanha e canalizou todas as matérias primas que se comprometera a entregar-lhe em face de tratados firmados entre ambas as partes.

Pretendendo uma compensação, atirou-se contra a pequena Finlândia. Ali, demonstrou a sua debilidade inicial, sendo derrotada pelos exércitos do famoso Marechal Mannerheim, o que constituiu uma epopéia para os finlandeses vitoriosos e não repercutiu com o esplendor merecido à vista da situação de angústia mundial do momento.

Após a traição de Moscou, se Hitler não esmagou o bolchevismo, que hoje nos atormenta, foi devido ao apóio que Stalin recebeu dos Estados Unidos, numa aliança mal-

fadada cujas conseqüências está sofrendo o mundo democrático.

Realmente, houve o milagre industrial norte-americano, apoiado pelo Brasil e demais nações sul-americanas; houve o transporte de considerável cópia de material estratégico através dos gelos do Mar Ártico e dos pântanos do Golfo Pérsico rumo ao rio Volga. Foi, assim, salva a Rússia que estava sucumbindo em Stalingrado, e criada mais uma frente de batalha que resultou na derrota do nazi-fascismo.

Entretanto, em lugar de manifestações de gratidão, o que vemos é os representantes da U.R.S.S. na O.N.U. atacarem os Estados Unidos, mediante uma política internacional de mentiras, de traição e de perfídia. Olvidam-se da situação aflitiva da Rússia, quando as tropas de Hitler inundaram o seu vasto território, não resistindo à pressão da máquina de guerra germânica?!

Em verdade, naquele momento de indecisão não havia esperança de salvação do império bolchevista, a menos que se fizesse sentir imediatamente a valiosa ajuda anglo-americana.

Agora vemos o governo comunista, insensível aos mais simples sentimentos de nobreza, ingrato e petulante, morder a mão protetora que o salvou da maior calamidade que registraria a História Universal!

Mas o idealismo de Roosevelt foi em vão.

E esse idealismo, que chegou às raízes da ingenuidade, levou aquele estadista a pensar que o maior dos males era o hitlerismo, quando fascismo, nazismo e comunismo constituem, no fundo, uma só doutrina, com os mesmos métodos de escravização dos povos, intervindo indubitavelmente na vida das nações com os efeitos de conquista.

Donde a necessidade imperiosa de ser também esmagado o comunismo.

E, em face de tão lamentável indulgência o heroísmo guerreiro foi substituído por criminosa espezteira. É que a Rússia não combate, não perde homens, não gasta

material bélico; mas espalha a intriga, implanta entre os maus cidadãos a traição às suas próprias pátrias. Dêsse modo, se as democracias permanecerem de braços cruzados, serão tragadas pela audácia comunista...

Como prova de tão odioso êxito, aí está o desfêcho da recente campanha da China, cujos dramáticos apelos de Chiang Kai Shek não foram levados em consideração pela América do Norte.

Unidos, os povos enfrentarão as manguações de Stalin, como está fazendo o grande patriota Marechal Tito. Porque Stalin — que concorreu para dominar a China; que mata na Hungria; que faz sofrer na Bulgária e na Polónia; que assassina onde encontra, pela falta de patriotismo, a coparticipação de filhos espúrios — intimida-se da Iugoslávia, daquela gloriosa porção de território de rebelião cívica cercada de satélites do *Cominform*!

No caso da Iugoslávia, Stalin fracassou. Tendo excomungado o partido de Tito, inflamou toda a nação, fazendo de uma querela interpartidária um conflito internacional. E o desafio do famoso Marechal foi golpe sério, não só ao governo soviético, mas principalmente no *Cominform*. Por isso a insistência de Tito em governar a Iugoslávia com orientação nacionalista vai encontrando adeptos entre os países satélites da Rússia imperialista.

Destarte, manifesta a sua fragilidade e visando mascarar-la aos olhos dos povos, procura a Rússia o veneno da conjura, evitando combater aquela nação balcânica, pois perderia a partida se tentasse uma guerra de conquista.

A história das guerras além do Atlântico nos revela que a Rússia, embora derrotada, nunca foi prejudicada.

Na campanha napoleônica, o "General Inverno" salvou-a, impedindo que os exércitos do notável côco ocupassem Moscou. Porque o grande cabo de guerra, ao invadi-la, encontrou diante de si apenas a solidão das estepes nevadas com

que combater, por assim dizer, uma nação que fugia diante dêle! Com o Japão, perdeu nos campos de Batalha, mas recuperou em face dos tratados. Na primeira guerra mundial, permaneceu no mesmo lugar e o tal rôto compressor, que se jactava de possuir, foi uma verdadeira burla. Na segunda guerra mundial, salvaram-na os Estados Unidos, procurando evitar a destruição das democracias...

Presentemente, com a guerra fria que traz a inquietação mundial, embora sem material bélico capaz de enfrentar os norte-americanos, espalha a intriga entre os fracos, buscando intimidar os fortes. E enquanto os estadistas discutem, deixando de lado as razões dos cabos de guerra, o governo bolchevista entra em ação com a finalidade de dominar o mundo à custa das quintas colunas.

Em resumo, é apenas audácia do Cominform, tentando incutir nos seus adeptos distribuídos pelo mundo uma fortaleza que não possui. Impressionando-os com falsas idéias, procura Stalin aproveitar-se dos seus confrades internacionais para conquistar o universo sem fazer força. Age ao contrário de Hitler.

Eis porque consideramos ridículo o receio ao militarismo russo. Onde está a força que ostenta? Se ela realmente existisse, a Iugoslávia já não teria sucumbido?...

O que se torna necessário para acabar com esse pseudo poderio é uma reação em regra, coragem para destruir as quintas colunas comu-

nistas derramadas sobre as nações democráticas e trabalhando em benefício do mais nefasto ditador que já existiu sobre a face da terra!

Constatamos que a missão das tais "Internacionais" consistia em destruir a noção de pátria. O patriotismo, para os comunistas, é apenas uma manifestação burguesa. Mas, para levar os russos a combater os alemães, Stalin se viu obrigado a apelar para o mesmo patriotismo que sempre condenou...

Daí o paradoxo de ser hoje a Rússia a mais nacionalista de todas as nações, ao mesmo tempo que procura, com as quintas colunas, destruir os princípios burgueses, eliminando as instituições capitalistas e conservando, todavia, em seu governo o regime que condena nos outros povos!

Não basta as democracias ocidentais terem barrado o imperialismo stalinista às margens do Elba e nas fronteiras da Grécia e Iugoslávia; é preciso repeli-lo até os limites geográficos da Rússia.

Além disso, impõe-se que se tenha presente que o stalinismo está muito longe do próprio marxismo e mesmo do socialismo avançado; ele é apenas uma demonstração do imperialismo soviético. Constitui, em síntese, um pequeno grupo de pessoas que se arroga o direito de falar em nome da coletividade que, esmagada pela força bruta, nunca é consultada. Assim sendo, está fora de qualquer preceito constitucional e, portanto, da legitimidade democrática...

"É crime nacional não só o vil egoísmo, mas também ocultar os pensamentos úteis e profícuos à causa pública." — José Antônio Lisboa — Fevereiro de 1822. Carta ao Revertero Constitucional Fluminense.

* * *

"Se devemos pôr em ação todas as nossas baterias intelectuais, devemos simultaneamente ser guiados por nosso coração." — William Vogt — Road to Survival.

* * *

"Os exercícios da paz devem ser feitos de modo que os trabalhos da guerra pareçam leves." — Vergílio.

AS PORTAS DO NOSSO CLUBE

Ten.-Col. J. H. GARCIA

O Clube Militar deve ser um local reservado aos oficiais associados.

Ele possui responsabilidades que, até que se prove ao contrário, empenham a classe.

Assim tem sido por muito tempo e assim deverá continuar a ser...

Quando se diz que algo se registrou nos Salões do Clube Militar, este fato, particularmente para os civis e para os militares em geral que estejam fora da Capital, vale por um ato de classe.

O Clube tem tomado atitudes em determinadas épocas; em seu recinto têm sido debatidas questões que interessam não só às Forças Armadas como ao País.

O Clube é uma associação séria, respeitada e independente.

Nêle não se faz política; questões de partido lá não são discutidas.

Continuemos a manter o Clube acima de interesses de Grupos.

Respeitemos o Clube para poder fazê-lo respeitado...

Modifique-se o regulamento, altere-se o que houver, mas nos firmemos na idéia de que deve haver seleção para os que são convidados a comparecer aos nossos salões; nunca suas portas devem ser abertas àqueles que levam com eles a intenção de nos colocar e particularmente ao Exército, em má situação perante a Nação.

VERDADES ETERNAS...

"São mais louváveis os chefes que sabem evitar as rebeliões, dando uma vida de trabalho a seu exército, que os que obtêm a disciplina pelo constrangimento e o temor dos castigos." — *Vegécio*.

* * *

"Não há nação, por menor que seja, que possa ser súbitamente destruída pelo adversário, se não se destrói a si mesma, por suas próprias discórdias." — *Vegécio*.

* * *

"A paz faz esquecer as necessidades da guerra." — *Vegécio*.

* * *

"O trabalho dá saúde ao exército e assegura-lhe a vitória." — *Vegécio*.

* * *

"Poucos homens nasceram bravos, a maioria se fez à força de disciplina." — *Vegécio*.

OS PROBLEMAS DO SERVIÇO DE SAÚDE

As suas reservas

Ten.-Cel. Dr. A. SETTE RAMALHO

A situação atual do Serviço Militar Obrigatório, no que concerne aos elementos de Saúde, é a mais estranha possível: — O estudante dos cursos médicos ou para-médicos fica, ao atingir a idade própria, em um dilema: — ou vai para a caserna, como simples soldado de fileira, com os conseqüentes e incalculáveis prejuízos para o desenvolvimento normal de seus estudos, ou se matricula em um C.P.O.R., tornando-se um oficial combatente, de infantaria ou de cavalaria!

Enquanto que os estudantes dos cursos comerciais ou de engenharia podem optar pelo estudo de Intendência de Guerra ou Engenharia Militar, mais compatível com a sua futura profissão, aos futuros médicos, dentistas, farmacêuticos, veterinários ou enfermeiros só resta o recurso de se tornarem oficiais da reserva das... Armas.

E foi por isto que, na mobilização para a F.E.B., eles foram vistos, em número relativamente grande, lutando, com imenso passo de seus irmãos de armas americanos, nas trincheiras... como Tenentes de Infantaria!

Enquanto que o autor destas linhas enfrentava as maiores dificuldades para poder, inicialmente com apenas quatro auxiliares médicos, atender a doentes e feridos em milhares que se espalhavam em CINCO hospitais norte-americanos, alguns bem distantes do ponto de acantonamento, via passar esca-

lões de combatentes em cujas fileiras se encontravam vários médicos; enquanto a nossa penúria nestes elementos ocasionava incidentes desagradáveis, originando queixas que ainda hoje perduram, por serem ignoradas as nossas dificuldades, lá se iam para linha de frente, comandar pelotões e companhias de infantaria, colegas que poderiam estar conosco ali, trazendo conforto e apoio profissional a tantos doentes e feridos que deles tanto necessitavam.

E passavam dentistas também, quando entre nosso encassíssimo pessoal não havia um único destes profissionais! O caso seguinte ilustra bem a situação a que fomos levados por este motivo:

O diretor de um dos hospitais norte-americanos a que auxiliávamos, na medida de nossas reduzidas possibilidades, insistia, quase diariamente, na necessidade de termos, ao menos um dentista, para atender aos nossos homens, vindos do Brasil em precaríssimas condições dentárias, sendo atendidos ali por profissionais americanos que lutavam com sérios embaraços, resultantes da diferença de língua. E eles se queixavam, e com toda razão, da situação em que trabalhavam, sem compreender as queixas de seus clientes e sem serem por eles compreendidos, ficando até na impossibilidade de explicá-lhes certas particularidades do tratamento, inclusive os dias e horas em que deveriam voltar à consulta. Os médicos, em número que

mal daria para constituir uma boa equipe para uma enfermaria, tendo que se desdobrarem para visitar nossos homens espalhados em tantos hospitais (e que mudavam de enfermarias do dia para a noite, sem aviso prévio), não poderiam ficar nos gabinetes dentários para servir de intérpretes...

Eis senão quando chega do Brasil um novo escalão da FEB, vindo a nós, apresentado por pessoa de nossa comum amizade no Rio, um Tenente de Infantaria, dentista, falando corretamente o inglês, mas que fora convocado como... combatente. Iniciaram-se demarches junto ao Alto Comando e, somente depois de muita insistência e entendimentos do nosso Chefe do S.S. da F.E.B., que vivia assoberbado com tais problemas, é que conseguimos, afinal, que o homem nos fosse emprestado, em caráter provisório, até que pudesse ser substituído por um dentista do quadro, pois ele era oficial de Infantaria e como tal tinha ido para a guerra. Passamos, então, a viver preocupados com a perda possível deste elemento que, além de dentista exímio, tinha a incalculável vantagem de falar, como dissemos, fluentemente o inglês.

O espanto de seus colegas norte-americanos foi intraduzível quando vieram a saber, das condições do nosso Tenente; e, eles mesmos, já habituados e muito satisfeitos com o auxiliar que lhes caíra do céu por descuido, viviam a solicitar-nos providências para que ele não fosse afastado de suas funções.

Mas acabamos ficando sem ele! Felizmente, logo depois, foi substituído por outro, o qual, embora não falasse inglês, era bom profissional também.

Este exemplo é suficiente para mostrar a necessidade urgente de ser adotado um novo critério para os futuros profissionais de Saúde, em relação ao Serviço Militar: a necessidade absoluta de serem aproveitados como técnicos.

A solução não é muito fácil por causa do desencontro entre a idade do serviço militar e a do início de tais cursos. Geralmente o estudante, quando atinge a época da incorporação ainda é um ginásial ou, quando muito, está nos estudos chamados "científicos", isto é, preparatórios aos Cursos Superiores.

Mas esta dificuldade poderia ser contornada: — os que se destinassem aos cursos médicos ou para-médicos (Medicina, Farmácia, Odontologia, Veterinária ou Enfermagem), ao completarem a idade do Serviço Militar, seriam incorporados a um C.P.O.R. ou unidade-escola, recebendo apenas a instrução básica, durante três meses (os meses das férias, o que não perturbaria seus estudos), finda a qual seriam desincorporados, já como soldados da reserva (enfermeiros), aguardando matrícula em uma daquelas Escolas. Terminados seus estudos ou no decorrer dos mesmos, quando atingissem sua metade, seriam novamente convocados para o Curso de Aplicação de Saúde do Exército, quer na própria Escola de Saúde, quer nos Hospitais Regionais, sob a orientação dos Chefes dos Serviços de Saúde.

E os atuais profissionais, ainda na reserva de combatentes, seriam automaticamente transferidos para a de Saúde.

ATENÇÃO

Avisamos aos nossos amigos, representantes, assinantes e colaboradores, que nossa sede foi mudada para o 3º andar da Ala Visconde da Gávea, do Edifício do Ministério da Guerra, continuando a ser o seguinte o endereço postal de "A Defesa Nacional":

Caixa Postal 17, da Agência do Ministério da Guerra — Rio.

A CRIAÇÃO DO CAVALO MILITAR

(Recria de potros)

Ten.-Cel. HERMENEGILDO DE OLIVEIRA
CARNEIRO

III

O Cavalo, ontem como ainda hoje, interessa à Defesa Nacional e a nossa atividade agro-pecuária.

A verdade dói como o cautério na ferida. É triste confessar a dura realidade: 50% dos cavalos das Sociedades Hípicas e Curso Especial de Equitação são constituídos de animais Argentinos e Uruguaios.

Nas constantes inspeções realizadas, quando nas funções de Diretor de Coudelarias, observamos nos campos de criação, erros de orientação no emprego dos reprodutores PSI, para obtenção de mestiços.

É fato incontestável e verificado todo o ano pelas comissões de compras de animais, o grande número de animais recusados por não satisfazerem às condições para o cavalo de tropa.

Procurando conhecer as causas determinantes do fracasso na equicultura, chegamos a determinar as principais, que são as seguintes:

A) Má escolha do reprodutor, não basta para a criação de bons mestiços que o reprodutor seja puro sangue Inglês e tenha obtido brilhantes "performances" nos prados de corrida, é necessário e indispensável que o tipo escolhido satisfaça às condições ideais de um cavalo de sela:

Andaduras amplas e macias, equilíbrio horizontal, dorso curto,

garupa forte, bons aprumos, articulações fortes e baixas e boa índole.

B) O baixo índice de fecundidade dos reprodutores, adquirido aos oito anos depois de intensa campanha nas pistas, orientada as mais das vezes apenas pelo interesse financeiro. Os animais assim comprados vão para as Coudelarias, onde exigem no mínimo um ano para adaptação e aprendizagem nas suas novas funções de pastor, iniciando as suas funções aos nove, para terminar aos quinze, quando não se inutilizam antes pela gravação das taras adquiridas com a idade.

Para resolvermos com acerto o problema, precisa, quanto antes, a D.R.V. estabelecer condições mínimas que deve satisfazer o futuro pastor para ser adquirido:

- a) Idade: cinco anos;
- b) Equilíbrio horizontal (tipo Flyer);
- c) Boa índole;
- d) Isento de taras congênicas ou adquiridas;
- e) Exame de fecundidade e potência;
- f) Bom perímetro torácico, dorso curto, articulações fortes e baixas, garupa reforçada, bons aprumos e andaduras amplas e macias.

C) A falta da observação das regras de zootecnia. Evitar sempre

os cruzamentos antagônicos, isto é, nunca empregar reprodutores de tipo brevilineo com longilineo e também, quando há grande diferença de peso.

D) A falta de seleção dos ventres, isto é, das futuras éguas mães: Elas devem ser escolhidas com acerto, afastando-se as que apresentarem defeitos de aprumos, lombo muito comprido, garupa caída e principalmente cruzes exageradamente altas.

E) A falta de alimentação equilibrada e de cuidados com os potrilhos. A éles será reservado o melhor campo, isto é, aquele possuidor de boas aguadas e abundância de leguminosas e gramíneas, principal fonte de riquezas em sais minerais que têm importância vital para o desenvolvimento de potrilhos, não esquecendo também a previsão de bons fenos ou ração suplementar para época invernososa ou de carência de pastos.

"Cumpre não esquecer que metade da raça entra pela boca".

Entre todas as causas acima referidas é de maior importância a falta de alimentação equilibrada na criação dos potros. A partir de um ano a carência alimentar se faz sentir todos os anos, entravando o desenvolvimento e crescimento e não permitindo a exteriorização nos potros das qualidades somáticas de seus genitores.

Para sanar esse grande inconveniente que tão cedo não permitirá o aparecimento de mestiços de alto valor equestre e evidenciar o acér-

to da orientação da Diretoria de Remonta e Veterinária no emprego do puro sangue Inglês, como regenerador do rebanho equino nacional, é mister organizar-se o primeiro "CAMPO DE RECRIA".

A recria de potros é uma solução racional altamente empregada em outros países e que entre nós já tem a sanção da experiência, que é a recria do mular que alcançou êxito extraordinário pelo discortineo e objetividade do criador mineiro.

A organização do primeiro campo de recria pela D.R.V. ou pela Confederação de Hipismo, cuja vida está dependendo do patriotismo e bom senso da Diretoria do JOQUEI CLUBE BRASILEIRO e demais sociedades turfistas, marcará uma época na equinocultura nacional e estamos certos que a partir de 5 (cinco) anos de sua existência real, vamos ver realizado o grande sonho de todos os "homens de cavalo": animais nacionais de bom porte e corrente sangue, concorrendo com êxito e superioridade com os animais importados e enchendo como relincho alegre os boxes de nossas sociedades hípias, o Curso Especial de Equitação e os nossos Regimentos de Cavalaria.

Precisamos deixar de importar cavalos, como fazemos atualmente, dando um triste exemplo de nossa incapacidade em resolver um problema de economia horizontal: temos em mão todos os elementos para equacioná-lo e resolvê-lo com acerto e rapidez.

PEDIDOS DE LIVROS

Escreva o título da obra e o nome de seu autor — Quantos volumes deseja e o seu nome e endereço — Os pedidos via rádio devem ser feitos pelos companheiros que servirem em guarnições longínquas — "A Defesa Nacional" adquire e remete pelo sistema reembolsável qualquer livro — das livrarias desta capital —

O ANTE-PROJETO DE LEI DE PROMOÇÕES

Cap. CARLOS COARY DE IRACEMA GOMES

Realizamos palestra no Regimento Tiradentes sobre o Anteprojeto de Lei de Promoções para os Oficiais do Exército da Ativa. O êxito obtido em nossa análise crítica, animou-nos a escrever sobre algumas das muitas observações que fizemos. Assim procuramos defender nosso ponto de vista. Repousa o Anteprojeto em princípios e idéias já há muito ventiladas e de modo geral por todos muito bem aceitas. São os seguintes:

Proporcionalidades entre os postos nas armas e serviços. Equilíbrio de acesso das diversas turmas do mesmo ano. Número de vagas obrigatório, abertas anualmente, permitindo acesso regular. Situação semelhante na hierarquia militar dos oficiais de todas as armas egressos no mesmo ano, para corrigir o atual desequilíbrio. Contagem de pontos para promoção por merecimento, segundo critério estabelecido em lei. Processo de eleição entre os pares, para coroneis poderem ser propostos para promoção ao generalato. Finalmente, criação do quadro único dos oficiais das armas, para os aspirantes de todas as armas oriundas da Escola Militar.

Com os princípios e idéias que presidiram à elaboração do Anteprojeto, concordamos plenamente. Entretanto, nem sempre foram bem aproveitados estes elementos básicos. Senão, vejamos:

A promoção por merecimento que, de arbitrária, veio a tornar-se, em alguns casos, motivo de descontentamento geral, passa no precário Anteprojeto a ser efetuada mediante contagem de pontos. Sem grande passo para evitar in-

justiças. Certamente teve o elaborador muita dificuldade ao transformar valores individuais em expressões aritméticas. E o fazendo, não foi bem feliz. Procurou a simplicidade numérica. Teria raciocinado que três mais meio, mais cinco, mais um, é igual a bom capitão ou excelente major. Mas, se subtrairmos cinquenta, nada mais valerá como oficial. Deve encerrar a carreira militar.

Nem Pythagoras compreenderia tal aritmética!... Trata-se de processo de seleção que não é empírico, porque não vem guiado por experiências anteriores. Não é científico, pois carece de fundamento psicológico, como por exemplo, o processo de seleção do exército norte-americano, baseado em estudos aprofundados de psicólogos especializados. Não é razoável, porque, a expressão aritmética, cujo resultado dará a classificação do oficial para promoção por merecimento, é constituída de parcelas inexpressivas ou de valores considerados muito apagados. Vejamos algumas:

Só é bom marujo quem sabe como ao vento enfunam as velas, como as ondas se avolumam e se sucedem, como aderna e sossobra a embarcação na hora da tormenta. E para sabê-lo é preciso viver no barco a vida inteira, fitando o mar, sentindo o vento, manejando o timão para ser bom timoneiro. Compreendendo as ondas para bem singrar. O barco é alguma coisa da alma do navegante. Assim se forma o marinheiro na dura lida.

O soldado, esse faz-se na tropa. Na velha oficina, onde se trabalha o homem para adquirir a tempera necessária. Onde se organizam as

companhias e os batalhões. Na frente, o guia, o chefe, o oficial, como velho marujo enrigesse a fibra militar. A companhia, o batalhão... é alguma coisa também de sua alma. Contemplai um oficial de tropa e vede: Tem o rosto crestado pelo frio das manhãs e pelo sol de longas jornadas. É, em alguma coisa diferente dos outros militares...

O Anteprojeto não julgou assim. Desprezou este valor. O tempo arregimentado em corpo de tropa vale, apenas, um ponto por ano e é contado até o máximo de dois anos. Um oficial de dez anos de tropa, no posto, vale tanto quanto outro com dois anos apenas de arregimentação.

Outra parte digna de crítica é o artigo que confere um ponto, por publicação de livros sobre assuntos militares, científicos ou de cultura geral, julgados de interesse militar. Nivelando todas as obras a um grau comum, nada vale em matéria de seleção intelectual. O autor de um grande livro, mesmo genial, terá desvantagem em relação a outro que tivesse produzido obra mais ou menos medíocres, porém em maior número. A lei será aqui quantitativa e não qualitativa. Faz valer mais o autor de livros banais, "O Guia do Volteador" e o "Manual do Reservista", do que aquele que escrevesse "somente" a história da última guerra, com todas as causas e consequências futuras e perfeita análise de operações estratégicas com ensinamentos militares decorrentes. Nada exprime, por conseguinte, em matéria de seleção intelectual.

Outra parte, com a qual não se pode concordar, é quanto ao juízo do comandante, chefe ou diretor, com as graduações — "muito bom", "bom" e "regular", valendo respectivamente dois pontos, um ponto e menos um ponto. É um julgamento sem base e arbitrário. Pode ser consequência de falsas impressões, de antipatias pessoais ou calado em casos isolados de pequenos fracassos do oficial na conduta diária, aumentados pela imaginação do chefe que poderia ter deixado de observar outros subordinados que procederam muito pior, porém,

discretamente. É parcela variável com o temperamento, com a mentalidade, com o espírito de observação, com o rigor e até com certas manias do chefe. Dá lugar à bajulação, ao trabalho com alarde para aparecer, à vaidade e até à hipocrisia. As cigarras poderão ser premiadas. As abelhas esquecidas.

Não queremos citar aqui as medalhas, nem cursos em país estrangeiro, que são no Anteprojeto elementos valiosos na contagem de pontos para promoção. Que dirão os oficiais que, no interior e nas fronteiras deste imenso país, passam tantos anos sem ao menos conseguirem transferências para cidade melhor, onde possam educar filhos e viver em mais elevado e culto ambiente social? Para quem, que não são poucos, o estrangeiro é sem dúvida o Rio de Janeiro... O tirar curso fora do país, não depende do oficial. Cumprir missão no estrangeiro? A quem se pede isso?... Desconhecemos qualquer critério estabelecido em lei ou regulamento para tais fins.

São por conseguinte, outras parcelas injustas na apuração do merecimento, porque não estão ao alcance de todos os oficiais capazes.

A lei transferirá para a reserva o que for sucessivamente mais idoso entre os oficiais do posto, quando relacionados para promoção por antiguidade, bem como o que for sucessivamente mais idoso em sua arma ou serviço, entre os oficiais compreendidos nos limites por ela estipulados. Não achamos razoável, porque o mais idoso poderá ainda ter idade compatível. Poderá até ser mais moço do que outro oficial de outra arma e da mesmo posto que é na mesma data promovido, enquanto o primeiro é transferido para a reserva. Não por ter idade avançada, imprópria para o desempenho das funções do posto superior, mas, simplesmente pela posição relativa dentro da arma. Assim, a Engenharia e a Artilharia terão oficiais relativamente mais transferidos para a reserva. Não por serem velhos, mas por serem menos moços. Permanecerá o oficial ativo e capaz sob constante ameaça de ser transferido para a

inatividade, aumentando a reserva remunerada.

É maneira pouco feliz de abrir vagas.

Voltemos ao caso do oficial de tropa:

O Anteprojeto abre as portas da promoção por merecimento, com cinco pontos, aos oficiais portadores do curso de Estado-Maior ou Escola Técnica. Não negamos que se lhes deva dar o lugar de destaque merecido pela cultura profissional ou especializada que atingiram, desde que o acesso dos mesmos não prejudique a carreira normal dos

oficiais de tropa até ao posto de coronel. Porque, não sendo assim, teremos um exército de dirigentes moços e executantes velhos. E como poderão oficiais velhos à testa dos elementos que comandam, nos corpos de tropa, compreender moços que subiram tanto? Haverá choque moral e psicológico, irremediavelmente.

Para terminarmos, reafirmamos: o oficial de tropa é valor indiscutível. Tem o rosto crestado pelo frio das manhãs e pelo sol das longas jornadas. É em alguma coisa diferente dos outros militares...

Apresentamos...



Modelo 105
5. baterias
ONDAS CURTAS E LONGAS

O PRIMEIRO RÁDIO
DE APÓS GUERRA



Radiola

UM PRODUTO DA RADIO
CORPORATION OF AMERICA

BREVEMENTE
Apresentaremos a
série completa dos
aparelhos de rádio
RCA Radiola

ACEITAMOS
REVENDEDORES
NO INTERIOR

Um rádio de formato reduzido,
em caixa de madeira de linhas
elegantes, com as aperfeiço-
mentos da técnica moderna.

TONALIDADE PERFEITA
SELETIVIDADE ACRESCEIDA
ACABAMENTO ESMERADO

Distribuidores exclusivos

MESBLA

DEPARTAMENTO DE RADIOS
Rua V. Rio Branco, 521

RIO DE JANEIRO

PORTUGUÊS SEM MESTRE

(ANÁLISE)

Uma colaboração para a Campanha de Educação de Adultos, pelo 2º Sgt. GERALDINO MARONÊS

NOTA DO AUTOR

Escrito apressadamente nas horas em que Deus envia seu sopro Divino sobre a terra, para o descanso do homem. Escolhi o título "Português Sem Mestre" porque foi o mais adequado que julguei. Não serve para professores, nem para os que têm conhecimento da difícil língua Portuguesa. O meu intuito é levar àqueles que, esquecidos dormem o sono da incerteza, nos recantos mais distantes de nossa estremecida Pátria. Sem recursos e sem guia, vegetam pelo Brasil em fora. Urge que cada brasileiro procure auxiliar na nobre campanha de Educação de Adultos.

A Pátria clama com ansiedade pelo desenvolvimento da instrução de seus filhos. E, à proporção que formos subindo os degraus da clarividência, temos de olhar para a retaguarda e estender os braços aos que seguem o mesmo caminho.

Todas as divisões e subdivisões fiz utilizando o processo "chave", o qual, a meu ver, oferece vantagem cem por cento. São muitos os exemplos de análise léxica que expus, mas é preciso, porque tenho observado casos interessantes a respeito da análise em aprêço.

Alguns professores que não querem ser minuciosos, explicam, por exemplo, que o substantivo João é: próprio, masculino, singular, grau normal. Depois a gente ouve as discussões nos trens, bondes, ônibus, etc. Alguns estudantes concordam com a opinião de ser o substantivo João: próprio, concreto, primitivo, simples, masculino, singular, grau normal; dissílabo, oxitona. Outros protestam dizendo que seus professores não ensinaram assim, e daí dilata-se a incerteza. Quem será o culpado da maior parte dos enganos e dúvidas? Unicamente o professor.

Devemos ter paciência, ser minuciosos praticamente e saber ganhar as mensalidades pagas pelos alunos.

Resta-me esperar que as autoridades apoiem meu humilde trabalho.

N.B. — Como homenagem aos nossos numerosos leitores e assinantes Sargentos, resolvemos dar início à publicação deste interessante e bem organizado trabalho que, embora fugindo um pouco ao molde dos assuntos habitualmente tratados em "A Defesa Nacional", representa esforço útil de um modesto samaritano que bem merece ser incentivado.

GRAMÁTICA

1ª Parte — Lexeologia (estudo das palavras isoladas).

2ª Parte — Sintaxe (estudo das palavras combinadas).

Lexeologia	{	Fonologia (estudo dos sons articulados). Morfologia (estudo das palavras em seus elementos significativos).
Fonologia	{	Fonética (estudo dos sons elementares). Prosódia (estuda a boa pronúncia). Ortografia (trata da escrituração correta).
Morfologia	{	Taxeonomia (estuda as categorias gramaticais). Etimologia (estuda a origem das palavras).

Sintaxe (estudo das palavras combinadas).

Para analisarmos gramaticalmente, temos que trabalhar dentro da 1ª parte, isto é, classificando as palavras.

Alguém classificou as palavras de nossa língua em nove classes, mas os mais abalizados mestres classificam em oito; por isso segui-los-emos.

Palavra	{	Substantivo. Adjetivo. Pronome. Verbo. Advérbio. Preposição. Conjunção. Interjeição.
---------------	---	---

Vamos dividi-las, para melhor compreensão, em dois grupos.

Flexivas (porque variam em suas terminações).	{	Substantivo. Adjetivo. Pronome. Verbo.
---	---	---

Flexivas ou variáveis — se a terminação variar, para indicar o gênero, o número, o grau, o tempo, a pessoa, o modo.

Inflexivas (porque suas terminações não variam).	{	Advérbio. Preposição. Conjunção. Interjeição.
--	---	--

Iniciaremos obedecendo a ordem.

SUBSTANTIVOS

Substantivo (nome de pessoas, cousas e animais).	{	Próprio. Comum ou apelativo. Abstrato. Concreto. Primitivo. Derivado. Simplex. Composto. Comum-de-dois. Epiceno ou promíscuo. Coletivo.
--	---	---

a) Próprio — é com que designamos um ou vários seres de uma mesma classe. Ex.: Maria, João;

b) Comum ou apelativo — quando designamos todos os seres da mesma classe. Ex.: Cão, gato, homem;

- c) Abstrato — um sêr que só subsiste nas pessoas ou coisas. Ex. : Amor, saudade, atenção ;
- d) Concreto — um sêr que subsiste por si só. Ex. : Amazonas, caderno, Antônio ;
- e) Primitivo. Ex. : Pedra ;
- f) Derivado. Ex. : Pedreiro (vem de pedraeiro) ;
- g) Simples. Ex. : Escola (composta de uma só palavra) ;
- h) Composto. — Formado de duas ou mais palavras. Ex. : Escola-modelo ;
- i) Comum-de-dois — é o que tem a mesma forma para o masculino e feminino ; o artigo muda. Ex. : O pianista, a pianista ;
- j) Epiceno ou promiscuo — é o que tem a mesma forma para o masculino e feminino ; o artigo não muda. Ex. : A cobra, o lagarto, a onça ;

Para designar o sexo, diremos : a cobra macho, a cobra fêmea ; o lagarto macho, o lagarto fêmea ; a onça macho, a onça fêmea ;

l) Coletivo — é o que está no singular, mas dá a idéia de plural. Pode ser :

Coletivo.....	{	Geral — Exército.
		Partitivo — Regimento (parte do Exército).
		Determinado — Dezena (número exato).
		Indeterminado — Multidão (não se sabe quantas pessoas são).

O substantivo sendo uma palavra variável ou flexiva precisa ter grau.

GRAUS DOS SUBSTANTIVOS

São as propriedades que os substantivos têm de indicar as dimensões dos seres, por meio de terminações ou flexões especiais.

São três os graus dos substantivos :

Graus.....	{	Positivo ou normal.
		Aumentativo.
		Diminutivo.

O normal designa em sua dimensão normal ; o diminutivo, em dimensão diminuída ; o aumentativo, em dimensão aumentada.

Ex. : Grau.....	{	Normal — Rapaz.
		Aumentativo — Rapagão.
		Diminutivo — Rapazito.

GÊNEROS DOS SUBSTANTIVOS

Dois são os gêneros gramaticais dos substantivos :

Gênero.....	{	Masculino — é a propriedade que tem o substantivo de indicar, pela sua terminação, o sexo masculino.
		Feminino — é a propriedade que tem o substantivo de indicar, pela sua terminação, o sexo feminino.

NÚMEROS

Dois são os números gramaticais dos substantivos :

Número.....	{	Singular — Indica um só objeto.
		Plural — Indica mais do que um objeto.

As palavras quanto ao número de sílaba.	{	Monossílabo — Mão, pai, etc.
		Dissílabo — Livro, mesa, etc.
		Trissílabo — Beleza, saudade, etc.
		Políssílabo — Amazonas, substantivo, etc.

As palavras quanto à acentuação. { Oxítona — Português, café, Brasil.
Paroxítona — Saudade, permuta, justiça.
Proparoxítona — Prótese, sílaba, prosódia.

ADJETIVOS

São palavras que qualificam ou determinam os substantivos.

Qualificativos. { Explicativos — Que indicam uma qualidade especial. Ex.: carvão preto.
Restritivos — Quando explicam uma qualidade accidental. Ex.: vestido verde (podia ser branco, azul, amarelo, etc.).

Determinativos. { Articular (ou artigo).
Demonstrativos.
Conjuntivos ou relativos.
Interrogativos.
Possessivos.
Numerais.
Indefinidos.

Adjetivo determinativo articular ou artigo. { O, a, os, as — definidos.
Um, uma, uns, umas — Indefinidos.

Adjetivo determinativo demonstrativo (indica a posição ou identidade). { Este, esta, estes, estas.
Esse, essa, esses, essas.
Aquele, aquela, aqueles, aquelas.
Mesmo, mesma, mesmos, mesmas.
Próprio, própria, próprios, próprias.
Estoutro, essoutro, aqueloutro.

Adjetivo determinativo demonstrativo ou relativo (determina um substantivo conseqüente, relacionando-o com um antecedente). { O qual, os quais.
A qual, as quais.
Cujo.
Cujas.

Ex.: A minha mãe, cujas ordens eu obedeco.

Adjetivo determinativo interrogativo (serve para interrogar). { Que, qual.
Quais, quanto.

Ex.: Que carro é esse? Qual segurança? Quanto tempo?

Adjetivo determinativo possessivo (dão idéia de posse). { Meu, minha, meus, minhas.
Teu, tua, teus, tuas.
Seu, sua, seus, suas.
Nosso, nossa, nossos, nossas.
Vosso, vossa, vossos, vossas.

Adjetivo determinativo numeral (indicam a quantidade ou a ordem numérica). { Cardinais — são os ns. 1, 2, 5, 8 e 10.
Ordinais — que indicam a ordem. Primeiro, segundo, terceiro, quarto, quinto, etc.
Multiplicativos — dão a idéia de multiplicação.
Duplo, triplo, quádruplo, etc.

Adjetivo determinativo indefinido (determina de um modo vago). { Algum, alguma, alguns, algumas.
Nenhum, nenhuma.
Certo, certa, certos, certas.
Pouco, pouca, poucos, poucas.
Todo, toda, todos, todas.

Gênero e Número dos Adjetivos é a propriedade de se acomodar o adjetivo, na sua terminação ao gênero e número do substantivo.

Graus dos adjetivos.

Graus dos adjetivos qualificativos. { Positivo ou normal.
Comparativo.
Superlativo.

Grau positivo ou normal dos adjetivos qualificativos.	{ Ex.: Maria é linda. O vestido de Rosa é lindo. Livro bom.
Grau comparativo dos adjetivos qualificativos (pode ser).	{ De igualdade. De inferioridade. De superioridade.
Comparativo de igualdade.	{ Forma-se com a anteposição do advérbio "tão". Ex.: A rosa é tão linda como o cravo.
Comparativo de inferioridade.	{ Forma-se com a anteposição do advérbio "menos". Ex.: O cravo é menos lindo do que a rosa.
Comparativo de superioridade.	{ Forma-se com a anteposição do advérbio "mais". Ex.: A rosa é mais linda do que o cravo.
O superlativo (pode ser)...	{ Absoluto. Relativo.
O superlativo absoluto (pode ser).	{ Sintético. Analítico.
Superlativo absoluto sintético.	{ Forma-se com as terminações íssimo, ímo, ou rímo. Ex.: O adjetivo lindo dá lindíssimo, fácil, facilímo e salubre, saluberrímo.
Superlativo absoluto analítico.	{ Forma-se com a anteposição do advérbio "muito". Quando há uma análise, a mesma ideia em duas palavras. Ex.: A rosa é muito linda.
O superlativo relativo (pode ser).	{ De superioridade. De inferioridade. Ex.: O Brasil é o mais belo país da América do Sul (em relação aos demais países da América do Sul). Ex.: O Paraguai é o menos belo país da América do Sul (comparando com os outros países da A.S.).

Pronomes

Pronomes são palavras que evitam o nome, indicando a pessoa gramatical correspondente.

Os pronomes dividem-se em duas classes.	{ Pessoal ou substantivo (porque substituem o nome). Adjetivo.
Os pronomes pessoais ou substantivos têm formas especiais tanto no singular como no plural, e casos chamados retos e oblíquos.	{ Caso reto — Eu (1ª pessoa do singular). Tu (2ª pessoa do singular). Ele ou ela (3ª pessoa do singular). Nós (1ª pessoa do plural). Vós (2ª pessoa do plural). Eles ou elas (3ª pessoa do plural). Caso oblíquo — Me, a mim, comigo. Te, a ti, contigo. Se, a si, consigo. Lhe, o, a, nos, anós, conosco. Vós, a vós, convosco.
Os pronomes adjetivos são formas pronominais dos adjetivos e classificam-se em:	{ Demonstrativos. Conjuntivos ou relativos. Interrogativos. Indefinidos.
Pronomes adjetivos demonstrativos.	{ Isto, isso, aquilo. Esta, essa, aquela. Aquele, este, êsse.
Pronomes adjetivos conjuntivos ou relativos.	{ Que, quem. De que, de quem.
Pronomes adjetivos interrogativos.	{ Que? O que? Quem?
Pronomes adjetivos indefinidos.	{ Alguém, algo, ninguém, nada, outrem, tudo, todo, nenhum, certo, pouco, algum.

Verbo

Verbo — é a palavra que indica a ação ou o estado atribuídos ao sujeito, e o tempo em que se faz a ação.

Quanto à conjugação, o verbo pode ser :	{	Regular — que segue o modelo.
		Irregular — que não segue o modelo.
		Auxiliar — que auxilia a conjugação dos outros verbos.
		Defectivo — verbo, a que faltam tempo, pessoa, etc.
Quanto ao sujeito o verbo pode ser :	{	Ativo — exprimem uma ação praticada pelo sujeito.
		Passivo — exprimem uma ação recebida pelo sujeito.
		Reflexivo — exprimem uma ação praticada e recebida pelo sujeito.
		Neutro — é o verbo que não é ativo nem passivo.

Os reflexivos chamam-se pronominais por virem sempre acompanhados de um pronome oblíquo da mesma pessoa que o sujeito.

Dividem-se em :	{	Essenciais — quando aparece o pronome pessoal, caso oblíquo. Ex. : Zangar-se, queixar-se, dignar-se, etc.
		Acidentais — quando pode ou não aparecer o pronome. Ex. : Lavar-se, etc.
Quanto ao complemento...	{	Transitivo — de predicação incompleta.
		Intransitivo — de predicação completa.
		Relativo — que exige um termo de relação.
		Transitivo-relativo — que pede complemento direto e indireto ao mesmo tempo.
		Neutro ou de ligação — são os que indicam uma qualidade ou estado do sujeito.

Verbo regular — é aquele cujo tema é invariável em toda a conjugação, variando só a terminação. Ex. : Verbo Vender — vend-o, vend-a, vend-ra, vend-rei.

Verbo irregular — é aquele que o tema varia. Ex. : Verbo Dar — dou, dei, dera, darei, etc.

Verbos auxiliares — são os verbos ter, haver, ser e estar, que servem para formar os tempos compostos de outros verbos.

Verbos defectivos — são os que têm alguns tempos e às vezes as pessoas.

Verbo ativo — é o que exprime uma ação praticada pelo sujeito, que se diz agente da ação verbal. Ex. : Eu quebrei o prato.

Verbo passivo — é o que exprime uma ação recebida pelo sujeito, que se diz paciente da ação verbal. Ex. : João foi ferido por ele.

Verbo reflexivo — é o verbo que exprime uma ação praticada e recebida pelo sujeito, que é agente e paciente. Ex. : Eu me cortei — pratiquei e recebi a ação.

Verbo neutro — é o que não é ativo nem passivo.

Verbo transitivo — é aquele cuja ação passa do sujeito que é o agente para o objeto que é o paciente. Ex. : Comprei um carro.

Verbo intransitivo — é aquele cuja ação não passa do sujeito para o objeto. Ex. : Arlindo partiu, João morreu.

Verbo relativo — é aquele que exige um termo de relação, que completa o seu sentido, e se chama complemento indireto.

Verbo transitivo-relativo — é o que pede complemento direto e indireto ao mesmo tempo. Ex. : Emprestei um lápis à Júlia.

(Continua)

NOTÍCIAS MILITARES

Miniaturização

Térmo novo, ainda não integrado no léxico, porém, o mais indicado para exprimir a tendência dos exércitos modernos e que se caracteriza pelo aperfeiçoamento do material existente, tornando-o mais facilmente manejável, diminuindo seu volume, o que fará com que chame menos atenção do inimigo, fornecendo ao pessoal que o estiver utilizando, uma proteção mais eficaz, quando em combate. Assim é que temos visto a transformação de equipamentos volumosos em outros com o mesmo ou maior rendimento e com peso e volume consideravelmente reduzidos. Atualmente, segundo notícias chegadas da grande democracia do norte, os Estados Unidos aperfeiçoaram um tipo de teletipo portátil que, pesando apenas 20 kg, quando o anterior pesava aproximadamente 100 kg, pode ser transportado por um pára-quedista. Além da considerável diminuição de peso, tem apenas 1/4 do tamanho do anterior, possibilitando também u'a mais fácil manutenção por possuir menos 300 peças que o primeiro, sendo de maior rusticidade por conseguinte. E também à prova d'água, podendo transmitir e receber mensagens 98 % mais rapidamente que os tipos atuais, funcionando tanto em rádio como em circuitos telegráficos. De grande interesse para as tropas aero-transportadas, principalmente as pára-quedistas, a unidade completa de campanha pesa apenas 50 kg sendo composta de três partes: o teletipo, o gerador de potência e uma caixa de acessórios.

Ainda no mesmo princípio da "miniaturização", o Exército Ame-

ricano possui atualmente um quadro de direções de 10 kg, válvulas de forma reduzida, e um cristal retificador do tamanho de uma cabeça de fósforo. Esse novo quadro de direções, tendo apenas 1/3 do peso dos outros ainda em uso, possui um quinto do volume destes últimos, podendo ser utilizado tanto nos circuitos de rádio, como nos telefônicos. Ainda o Serviço de Transmissões dos Estados Unidos conseguiu produzir recentemente um novo tipo de fio de campanha que pesa apenas 13 kg por quilômetro, quando os anteriores, usados no decorrer da última conflagração, pesavam 38 kg/km, tendo um alcance de 16 km quando úmidos, ao passo que os novos permitem alcançar 20 km nas mesmas condições, possibilitando sem dificuldade a conservação.

Baseados ainda no aligeiramento do material, não deixam de apresentar consideráveis vantagens os novos tipos de canhões sem recuo que fornecem ao combatente da primeira linha a mesma potência de fogo com grande redução de peso e volume, conforme tem ficado demonstrado em vários trabalhos na imprensa especializada mundial, inclusive em trabalhos publicados por esta mesma revista.

• •

Pára-quedistas

Já não é nova a idéia atualmente tão generalizada do "envolvimento vertical", com a utilização dos pára-quedistas, pois provavelmente nasceu a mesma desde os primeiros tempos em que o homem concebeu a idéia de se lançar no espaço tendo sua queda amortecida

por um qualquer instrumento. Já o cérebro privilegiado de Leonardo da Vinci imaginava os mais curiosos meios de se obter uma solução satisfatória para o problema, e provavelmente se ela fosse obtida, não demoraria a utilização do novo processo à arte da guerra, sabido que todas as invenções do homem, geralmente encontram sua utilização imediata ou não, direta ou indireta, nas lutas armadas. Em interessante artigo "Uma Cartilha aeroterrestre", de autoria do Ten.-Cel. de Artilharia Wilbur M. Griffith, publicado em *Military Review* de junho último, encontramos o seguinte conceito sobre a utilização de pára-quedistas em operações de guerra, emitido por Benjamin Franklin: "Qual o príncipe capaz de defender seu país, de tal modo que 10 mil homens vindos pelos ares não possam causar-lhe grande dano, antes que seja reunida uma força suficiente para repeli-los?" Atualmente, estão bem vivas nas lembranças de todos, os acontecimentos da última conflagração, em que foram utilizadas massas humanas consideráveis, lançadas à retaguarda inimiga por meio de pára-quedas. E, não cessaram ainda os estudos tendentes ao aligeiramento do equipamento usado por essas tropas, esperando os estudiosos do assunto apresentar em futuras guerras novos tipos, mais práticos e com maior segurança ainda que os atuais.

Câmaras de Silêncio

Segundo informações oriundas de fontes norte-americanas, os engenheiros do Serviço de Transmissões conseguiram construir uma "câmara sem eco", destinada à determinação da precisão de microfones, alto-falantes e outros aparelhos sonoros de grande delicadeza, que exijam exames minuciosos e precisos.

A Terceira Guerra

Com os últimos acontecimentos da Coreia, prenúncio talvez de uma

terceira guerra, ou mais provavelmente a reprodução da guerra civil espanhola, experimentação de novas armas e táticas pelos contendores do futuro, tornam-se atuais os seguintes conceitos emitidos pelo Tenente-General Raymond S. MacLain do Exército norte-americano: "A próxima guerra será diferente da passada, pois nenhuma guerra é uma reprodução da anterior.

Não será, porém, muito diferente, pois nenhuma guerra se afasta totalmente das formas da que passa. Se surgir outra guerra, será conduzida em grande parte com armas conhecidas para aqueles que participaram da passada. Essas armas terão mais precisão, mobilidade e potência e estarão completadas por outras que não foram usadas na II Guerra Mundial, ou que então se achavam em etapa de desenvolvimento. No que concerne às operações terrestres, entre armas da II Guerra Mundial e as da próxima guerra hipotética, existirá a mesma relação que existiu entre as armas da I Guerra Mundial e as da Segunda".

Centro Atômico

Provavelmente o centro de pesquisas atômicas mais elevado do mundo esteja sendo construído nos Alpes Suíços, em Jungfrautod, cravado no gelo e na rocha, a 3.300 metros de altitude, possuindo o hotel e a estação ferroviária mais altos da Europa. Segundo notícia divulgada pelo *The New York Times*, existem outros edifícios, tais como um instituto alpino de pesquisas e dois observatórios, um destinado a estudos atômicos, e outro astronômico, achando-se todos esses edifícios ligados por passagens subterrâneas.

"Nacele" destacável

Nos aparelhos de grande velocidade de voo, e destinados a operações a grandes altitudes, surge um problema de difícil solução re-

sultante da necessidade do piloto saltar de pára-quedas em caso de perigo. Assim sendo, a Divisão de Aeronáutica da Marinha dos Estados Unidos criou e está aperfeiçoando uma "nacele" destacável, que é mantida aquecida e sob pressão,

podendo, quando necessário, ser destacada do avião, descendo presa a um pára-quedas. Caso aconteça cair no mar, ela é capaz de flutuar durante certo tempo, dispondo ainda de recursos necessários ao salvamento.

AOS COLABORADORES !

Como **COOPERAÇÃO** muito preciosa no sentido de facilitar as tarefas de impressão da Revista e, conseqüentemente, evitar o atraso de suas edições, solicitamos, encarecidamente, aos nossos colaboradores que :

1. Datilografem, na íntegra, seus trabalhos, utilizando **UMA SÓ FACE DAS FOLHAS DE PAPEL** e deixando espaço duplo entre as linhas.

2. Destaquem, com letras maiúsculas, o título do artigo. O nome do autor (ou seu pseudônimo) deve vir entre o título e o texto.

3. Coloquem, preferentemente, em folhas separadas do texto, as figuras, as fotografias, os desenhos, etc., com as respectivas legendas. (No texto, no local desejado, basta uma simples referência ao número da figura, fotografia ou desenho, correspondente).

4. Sempre que possível, desenhem as figuras a nanquim e em papel vegetal.

5. Tratando-se de tradução, quando a fonte original autorizar a reprodução, cite essa fonte sem esquecer o nome do autor do trabalho ; no caso contrário, obtenham autorização prévia.

6. **REVEJAM SEMPRE OS ORIGINAIS** observando, rigorosamente, a ortografia oficial (a do "PEQUENO VOCABULÁRIO ORTOGRÁFICO DA LÍNGUA PORTUGUESA", da Academia Brasileira de Letras, dezembro de 1943, Imprensa Nacional).

7. Assinem a última folha e **INDIQUEM O ENDEREÇO ATUAL** para que se possa acusar o recebimento e realizar entendimentos quando necessários.

BOLETIM

Na edição de 30 de julho último de "O Estado de São Paulo", órgão tradicional da imprensa paulista, tivemos o prazer de encontrar referências muito lisonjeiras à nossa Revista.

De fato, na secção intitulada "Serviço Militar" que, sob responsabilidade do ilustre camarada Ten. -Cel. Raul Tavares, quer pelas notícias que divulga quer pelas judiciosas soluções que apresenta a consultas formuladas, presta inestimáveis serviços àqueles que necessitam pôr-se em dia com suas obrigações militares, encontramos as palavras que abaixo, data vênica, vão transcritas:

"A DEFESA NACIONAL — A revista que tem este título é, em verdade, um autêntico bem patrimonial do Exército. É que há trinta e quatro anos passados uma plêiade de oficiais assumia a responsabilidade de fundar um órgão que pregasse a imperiosa necessidade da renovação do Exército e fôsse uma tribuna publica a serviço da ingente obra de aperfeiçoamento técnico-profissional de todos os militares. Desde aos primeiros números "A Defesa Nacional" despertava grande interesse não somente nos círculos militares mas também no meio civil. Dentro em pouco, suas colunas estampavam brilhantes artigos assinados por homens públicos de renome nacional. Foi essa uma época de muito entusiasmo, de infatigável trabalho nos quartéis, de grande vibração patriótica, e muito devotamento à carreira militar. Não havia oficial que não assinasse "A Defesa Nacional" e muitos eram os sargentos e outras praças que também a adquiriam. De lá para cá inúmeros são os oficiais que se têm sucedido na sua direção e todos porfiavam em seguir as honrosas pegadas dos pioneiros. Ainda agora, comprovando essa afirmativa, vemos o número do corrente mês com abundantíssima, variada e importante matéria, compreendendo assuntos de cultura profissional, cultura geral, economia e finanças, geografia e história militar, estatística e planejamento, noticiário e legislação. Finalizando essa breve notícia cumprimos grato dever chamando a atenção de todos os civis e militares, que gostam de ler, para tão instrutiva revista. Nenhum homem público ou nenhum político poderá prescindir de sua leitura, se sinceramente quiser conhecer os problemas militares de nossa Pátria e saber como os encaram os profissionais. As suas colunas estão sempre abertas à colaboração dos estudiosos."

* * *

Em dias do mês passado, realizou-se na Escola Militar de Realengo o Primeiro Seminário do Ensino do Exército.

Presidido pelo Exmo. Sr. General Mário Travassos, Diretor do Ensino do Exército, visou principalmente a coordenação dos programas nas diferentes Escolas Militares, no que obteve completo êxito.

Baseadas nas conclusões do importante certame, novas diretrizes começam a ser impressas ao ensino militar, haja vista, as recentes modificações dos Regulamentos das Escolas Preparatórias.

Ao ensejo da sessão de encerramento do conclave, o Exmo. Sr. General Alvaro Fiuza de Castro, Chefe do Estado-Maior do Exército, pronunciou substancial conferência mostrando os rumos que, em futuro próximo, tomará entre nós tão importante ramo da atividade militar — o Ensino.

NOTICIÁRIO & LEGISLAÇÃO

Atois oficiais do Ministério da Guerra, publicados no "Diário Oficial", no período de 29 de março a 29 de abril de 1950

CORRESPONDÊNCIA COM O MINISTÉRIO DA AERONÁUTICA

A fim de facilitar a troca de correspondência, de qualquer natureza, com o Ministério da Aeronáutica determine:

1) que a correspondência oriunda deste Ministério, para qualquer Unidade ou Repartição do Ministério da Aeronáutica, deverá ser entregue à rua Santa Luzia n. 255 — Serviço Geral de Expediente e Arquivo;

2) que a Portaria Geral do Ministério da Guerra às segundas, terças, quartas e sextas-feiras, das 10,00 às 17,00 horas e às quintas-feiras e sábados, das 9,00 às 12,00 horas, receba a correspondência também destinada a qualquer Unidade, Estabelecimento ou Repartição do Exército provinda do Ministério da Aeronáutica e a distribua aos respectivos destinatários.

(Aviso n. 191, de 27-III-1950 — "Diário Oficial" de 29-III-1950).

APLICAÇÃO DO REG. PARA A SALVAGUARDA DAS INFORMAÇÕES

DECRETO N. 27.830 — DE 27 DE MARÇO DE 1950

Dispõe sobre a aplicação do Decreto n. 27.583, de 14-XII-1949

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, inciso I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O Regulamento para a Salvaguarda das Informações que interestam à Segurança Nacional (R.S.I.S.N.), aprovado pelo Decreto n. 27.583, de 14 de dezembro de 1949, deve ser aplicado a todo assunto e matéria de caráter sigiloso,

inclusive quando não interessar diretamente à segurança nacional.

Art. 2º. As entidades e às pessoas ligadas à administração pública, qualquer que seja a forma, aplicam-se as disposições do presente Decreto.

Art. 3º. Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1950; 129º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA.

Adroaldo Mesquita da Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

Clóvis Pestana.

Carlos de Souza Duarte.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 30-III-1950).

DESMEMBRAMENTO DA P.M.O. DA C.E.O.-1

1. De conformidade com o que propõe o Departamento Técnico e de Produção do Exército a Prefeitura Militar de Deodoro é nesta data desmembrada da Comissão Especial de Obras n. 1 e passa a constituir uma Unidade Administrativa subordinada à Diretoria de Obras e Fortificação do Exército no que se refere à execução de serviços a seu cargo e à designação do pessoal militar e ao Comando da Z.M.L. e 1ª R.M., no que concerne à disciplina.

2. Aquela Departamento cabe regular os pormenores da transformação, bem como fixar os encargos a atribuir às P.M.D. e C.E.O.-1.

3. A Prefeitura Militar de Deodoro e a Comissão Especial de Obras n. 1, terão a seguinte organização:

a) P.M.D.

Prefeito Militar — um Tenente-Coronel Engenheiro Construtor;
Adjunto — um Cap. Engenheiro Construtor;

Fiscal Administrativo — um Major de Q.S.G.;

Ajudante-Secretário — um 1º Tenente do Q.A.O.;

Oficial de Manutenção — um 2º Tenente do Q.A.O.;

Tesoureiro — um 1º Tenente do Q.I.E.;

Almoxarife-Aprovisionador — um 2º Tenente I.E. do Q.A.O.

b) C.E.O.-1

Chefe — um Coronel Engenheiro Construtor;

Chefe Esc. Técnico — um Major Engenheiro Eletricista;

Chefes Setor Obras — dois Capitães Engenheiros Construtores;

Fiscal Administrativo — um Major de Q.S.G.;

Ajudante-Secretário — um 1º Tenente do Q.A.O.;

Tesoureiro — um Capitão do Q.I.E.

(Aviso n. 195, de 28-III-950 — "Diário Oficial" de 31-III-950).

Obs. — No "Diário Oficial" de 13-IV-950 foi publicado o Aviso, depois de feitas as devidas correções.

* *

MULTA PREVISTA NO ART. 127 DA L. S. M.

Consulta o Diretor do Recrutamento à vista dos arts. 21 e 127 do Decreto-lei n. 9.500 de 23 de julho de 1946, se incorrem em multa todos os cidadãos que não se alistarem até o último dia do mês de julho do ano (calendário), em que completarem 17 anos de idade ou se ficam sujeitos à referida multa quando se alistarem após decorridos seis meses a contar do dia em que completarem aquela idade.

Em solução declaro que à vista da definição de ano civil estabelecida pela Lei n. 810, de 6 de setembro de 1940, a multa prevista no art. 127 da Lei do Serviço Militar, incidirá quando o alistamento se verificar após decorridos seis meses, contados a partir do dia em que o cidadão completar 17 anos de idade.

(Aviso n. 151, de 31-III-950 — "Diário Oficial" de 3-IV-950).

DOAÇÃO VOLUNTÁRIA DE SANGUE

LEI N. 1.075 — DE 27 DE MARÇO DE 1950

Dispõe sobre doação voluntária de sangue

O Presidente da República:

Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. Será consignada com louvor na fôlha de serviço militar, de funcionário público civil ou de servidor de autarquia, a doação voluntária de sangue, feita a Banco mantido por organismo de serviço estatal ou para-estatal, devidamente comprovada por atestado oficial da instituição.

Art. 2º. Será dispensado do ponto no dia da doação de sangue, o funcionário público civil, de autarquia ou militar, que comprovar sua contribuição para tais Bancos.

Art. 3º. O doador voluntário, que for servidor público civil ou militar, nem de autarquia, será incluído, em igualdade de condições exigidas em lei, entre os que prestam serviços relevantes à sociedade e à Pátria.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 27 de março de 1950; 127º da Independência e 62º da República.

EURICO G. DUTRA,

Adnaaldo Mesquita da Costa.

Sylvio de Noronha.

Canrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

Clóvis Pestana.

Carlos de Souza Duarte.

Clemente Mariani.

Honório Monteiro.

Armando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 12-IV-950).

* *

EXTINÇÃO DE FORMIGAS

Atendendo a solicitação do Ministério da Agricultura em Aviso número G.M. 513, de 28 de março de 1950, recomendo aos Comandantes de Unidades e Chefes de Repartições sediadas na zona rural que procedam a extinção sistemática das formigas cortadeiras nas áreas que lhes são afetas, podendo para tal, solicitar a assistência e auxílio dos órgãos daquele Ministério, especialmente dos Postos de Defesa Sanitária Vegetal e

Postos de Defesa Agrícola, das Seções do Fomento Agrícola e dos Postos Agropecuários.

(Aviso n. 160, de 10-IV-950 — "Diário Oficial" de 12-IV-950).

AUTONOMIA ADMINISTRATIVA

O 3º Batalhão Rodoviário, sediado na 3ª R.M., passa a ter autonomia administrativa, de acordo com o disposto no art. 25 do Regulamento de Administração do Exército, aprovado pelo Decreto n. 3.251, de 9 de novembro de 1939.

(Aviso n. 162, de 10-IV-950 — "Diário Oficial" de 12-IV-950).

HORA DE VERÃO

DECRETO N. 27.998 — DE 13 DE ABRIL DE 1950

Dispõe sobre a "hora de verão", modificando o Decreto n. 27.496, de 24 de novembro de 1949.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 87, I, da Constituição, decreta:

Art. 1º. O art. 1º do Decreto número 27.496, de 24 de novembro de 1949, passa a ter a seguinte redação:

"Art. 1º. A partir de zero (0) hora de 1 de dezembro de cada ano até 31 de março do ano seguinte, fica em vigor, em todo o território nacional, a "hora de verão", adiantada de sessenta (60) minutos em relação à hora legal".

Art. 2º. No ano em curso, o término da "hora de verão", fixado no mencionado Decreto, fica antecipado para o dia 15 deste mês, à uma hora, quando será restabelecida a hora legal, com o retardamento de sessenta (60) minutos.

Art. 3º. O presente decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Rio de Janeiro, 13 de abril de 1950; 129ª da Independência e 62ª da República.

ENRICO G. DUTRA.

Honório Monteiro.

Sylvio de Neronha.

Conrobert P. da Costa.

Raul Fernandes.

Guilherme da Silveira.

João V. de Amorim e Melo.

Daniel de Carvalho.

Clemente Mariani.

Arnando Trompowsky.

("Diário Oficial" de 13-IV-950).

C.R.A.S. DE SAÚDE

Atendendo ao que propõe o Estado-Maior do Exército, referente à situação dos Sargentos das Armas e Serviços aproveitados na organização das Unidades de Saúde, face às condições de acesso dessas praças, resolvo:

1) a escolha de candidatos a Subtenentes das Unidades de Saúde deve recair nos primeiros Sargentos habilitados com o C.R.A.S. de Saúde;

2) os Sargentos oriundos das Armas e transferidos para essas Unidades, por ocasião de sua organização, e que não se habilitarem com um Curso de Saúde, deverão retornar à Arma de origem. (Aviso n. 499, de 16-V-947);

3) a fim de assegurarem sua permanência e acesso nas Unidades de Saúde, fica permitido até 1952, inclusive, aos Subtenentes e Sargentos das Armas, atualmente servindo nessas Unidades, e na medida exata das necessidades das mesmas, matricular-se no C.R.A.S. de Saúde, com frequência obrigatória apenas à instrução de assuntos pertinentes ao Serviço de Saúde, como complementação do Curso que já possuem, observando-se o seguinte:

a) a matrícula será feita sob o critério de rigorosa antiguidade de graduação;

b) frequência deverá ser limitada aos assuntos pertinentes à especialidade de saúde;

c) o grau final de aprovação no curso será a média aritmética entre o grau obtido no C.R.A.S. que tiver o candidato e o alcançado na complementação de que trata a alínea anterior;

d) após a habilitação com o C.R.A.S. de Saúde, na forma estabelecida neste Aviso somente este Curso terá valor para todos os efeitos legais.

4) Devem ser transferidos para as Armas com cujo C.R.A.S. se habilitarem os Sargentos nas condições referidas no item anterior que:

a) não desejarem fazer o curso complementar de Saúde;

b) até 1952, inclusive, não lograrem aproveitamento nessa complementação.

5) O presente Aviso substitui o de n. 25, de 9 de janeiro do corrente ano.

(Aviso n. 166, de 11-IV-950 — "Diário Oficial" de 13-IV-950).

PREENCHIMENTO DE VAGA DE 2º SGT. MEC. ELETRICISTA DE PROJETO

Consulta o Comandante do 12º R.A.A. Aé. se um 3º Sargento possuidor do Curso de Mecânico eletricista, feito na Escola de Transmissões do Exército, pode preencher, por promoção, uma vaga de 2º Sargento Mecânico eletricista de projetor.

Em solução, aprovando os pareceres do D.G.A. e do Estado-Maior do Exército, declaro que um Sargento com o Curso de Mecânico eletricista, da Escola de Transmissões, pode preencher claro de Sargento Mecânico eletricista de projetor, nas Unidades de Artilharia Anti-Aérea.

(Aviso n. 167, de 11-IV-950 — "Diário Oficial" de 13-IV-950).

MANUTENÇÃO DE PRAÇAS EM UNIDADES

A fim de permitir uma perfeita aplicação das prescrições contidas no Aviso Reservado 36-27, que visam o nivelamento das praças engajadas e reengajadas, destinadas à constituição dos diferentes Núcleos-Base, autorizo que sejam mantidas durante o primeiro período de instrução nas Unidades Administrativas, as praças engajadas ou reengajadas que venham a terminar seus tempos de engajamento ou reengajamento durante este período, desde que tenham requerido reengajamento e possuam boa conduta.

Após o aludido período, deverão ser licenciadas todas as praças que não possam permanecer em serviço dentro das prescrições do aviso acima referido.

(Aviso n. 170, de 11-IV-950 — "Diário Oficial" de 13-IV-950).

SERIAÇÃO DOS CURSOS TÉCNICOS DA E.T.Ex.

Por Portaria n. 43, de 22 de março de 1950, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra resolve aprovar a organização e seriação dos Cursos Técnicos da E.T.Ex. baixadas com a mesma Portaria e que entrarão em vigor a partir do corrente ano.

A portaria citada e seus Anexos se acham publicados às páginas 5.793 a 5.798 do D.O. n. 88, de 18 de abril de 1950.

USO DE CARROS OFICIAIS

O "Diário Oficial" n. 94, de 25 de abril de 1950 publica à página 6.347 a Lei n. 1.085 de 13 de abril de 1950 que dispõe sobre o uso de carros oficiais.

INSTRUÇÕES PARA OS A.R.S.E.

Por Portaria n. 71 de 18 de abril de 1950, o Exmo. Sr. Ministro da Guerra resolve aprovar as instruções para organização e funcionamento dos Anexos Reembolsáveis de Saúde do Exército, ficando por conseguinte sem efeito as instruções baixadas com a Portaria n. 115, de 2 de agosto de 1949.

A portaria citada e as instruções se acham publicadas às páginas 6359 e 6360 do "Diário Oficial" n. 94, de 25 de abril de 1950.

INSTRUÇÕES PARA PERCEPÇÃO DE VENCIMENTOS DO PESSOAL MILITAR INATIVO DO MINISTÉRIO DA GUERRA

O Ministro de Estado da Guerra resolve aprovar as instruções que com esta baixam, para percepção de vencimentos do pessoal militar inativo do Ministério da Guerra.

Instruções para percepção de vencimentos do pessoal militar inativo do Ministério da Guerra

O pagamento do pessoal inativo do Exército (Oficiais e Praças da Reserva Remunerada e Reformados), Ministro do Supremo Tribunal Militar, Aposentados e Professores Reformados, bem como pensionistas provisórios, enquanto não forem organizadas as Terceiras Seções dos E.F.R., passará a ser efetuado do modo abaixo especificado, ficando alterados, em consequência as Instruções aprovadas por Portaria de 10 de maio de 1934 e Aviso n. 3.579-Venc. 14, de 19 de setembro de 1940 e 195, de 2 de março de 1948.

I. Serão pagos pelos órgãos administrativos aos quais estarão adidos, para percepção de proventos:

No Distrito Federal:

1 — P.C.I.P.: Os residentes no Distrito Federal;

2 — A.I.P.: Os asilados em geral;

b) No Estado do Rio:

1 — P.C.I.P.: Os residentes no Estado com exceção dos que residi-

rem em localidades em que houver Corpos de Tropas, Repartições ou Estabelecimentos Militares, aos quais serão adidos:

c) Nos Estados:

1 — C.R.: Os que residirem em cidades em que essas tiverem sedes;

2 — Corpos de Tropas ou Unidades Administrativas: Pelos mais próximos das localidades em que residirem, designados pelo Comandante da respectiva Região Militar.

II. A D.R. compete a fiscalização do pagamento de inativos em geral no que diz respeito aos vencimentos fixados por Lei, exceto daqueles que por ela percebem, cujo controle deverá ser absoluto.

III. As Unidades Administrativas enviarão à Diretoria de Recrutamento, relativo a cada trimestre, até 10 de janeiro, abril, julho e outubro, relação nominal dos inativos que percebem vencimentos por essas Unidades, discriminando as quantias pagas a título de proventos de inatividade e a Verba por onde corre a despesa.

IV. O exame e controle das respectivas folhas continuará a ser feito, de acordo com o R.D.F.E., pelos E.F.R. competentes.

V. A fim de facilitar o pagamento de vencimentos aos Oficiais e praças transferidos para a reserva remunerada ou reformados, deverão os Comandantes de Corpos, Chefes de Repartições e Estabelecimentos Militares participar, diretamente, à Diretoria de Recrutamento, via rádio, onde fixará residência o militar de seu efetivo que for reformado ou transferido para a reserva remunerada, tão logo seja transcrito no Boletim Interno, o respectivo ato do "Diário Oficial".

VI. Nenhuma inclusão de inativos, em folha de pagamento das C.R. ou do Corpo de Tropas, poderá ser feita sem a devida solicitação da D.R.

VII. A solicitação a que se refere o item anterior poderá ser feita por via telegráfica ou radiográfica, con-

firmada, posteriormente, em ofício dirigido aos Estabelecimentos de Fundos Regionais, mencionando a D.R. quais as tabelas de vencimentos e as vantagens que cabem ao interessado.

VIII. Os E.F.R., com os elementos das folhas de pagamentos, enviarão mensalmente à D.F.E. um mapa dos inativos com discriminação dos postos, vencimentos e vantagens, para controle dos respectivos créditos.

IX. Os mesmos Estabelecimentos cientificarão mensalmente a D.R., das alterações havidas relativas às inclusões e exclusões de inativos adidos.

X. As Repartições Pagadoras deverão providenciar junto aos interessados, a remessa à D.R. das cartas-patentes ou provisões de reforma para fins de apostilamento.

XI. As adições e transferências de adidos para percepções de proventos de inatividade, serão feitas pela Diretoria de Recrutamento. As transferências somente por meios de solicitação escrita do interessado à D.R.

XII. Não compete à D.R. a movimentação de pensionistas provisórios, os quais receberão suas pensões pela maneira aqui regulada para pagamento dos inativos, competindo à Subdiretoria de Fundos as transferências de residência dos mesmos — Gen. Canrobert P. da Costa.

(Portaria n. 73, de 18-IV-50 — "Diário Oficial" de 26-IV-50).

• •

PERCEPÇÃO DE AJUDA DE CUSTO

Declaro que nos deslocamentos Santos-São Vicente-Guarujá e Rio-Duque de Caxias, Estado do Rio, só haverá direito a percepção de ajuda de custo, quando ocorrer com a transferência, mudança de residência permanente, efetiva na nova sede durante o tempo da comissão, cargo ou função, como estabelece o Aviso número 4.105-Ajud 5, de 6 de novembro de 1940.

(Aviso n. 227, de 25-IV-50 — "Diário Oficial" de 29-IV-50).

A DISCIPLINA

"O povo romano dominou o universo por causa da sua melhor instrução militar e melhor disciplina de sua força." — *Vegécio*.

A DEFESA NACIONAL

FUNDADA EM 10 DE OUTUBRO DE 1913

Redação e Administração :

Edifício do Ministério da Guerra — 3º andar — Rua Visconde da Gávea
PRAÇA DA REPÚBLICA — Telef. 43-0563

Correspondência :

Para a Gerência : Caixa Postal 17, Agência do Ministério da Guerra
Colaborações : Diretor-Secretário, mesmo endereço

*

De acôrdo com a Lei, a Revista não se responsabiliza por idéas, juízos, opiniões, etc., contidos em artigos assinados.

A publicação desses artigos não significa, tampouco, solidariedade por parte da Revista.

As opiniões da Revista com referência a problemas debatidos nas suas páginas, sua orientação doutrinária, etc., terão sempre em vista os altos interesses da defesa nacional e serão expressas no respectivo "Editorial" ou em artigos da Redação.

* *

Não serão restituídos, em caso algum, originais de trabalhos recebidos para publicação.

* *

A Revista adota a ortografia constante do "Pequeno Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa", da Academia Brasileira de Letras, impresso em dezembro de 1943, na Imprensa Nacional.

* *

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

*

PREÇOS DE ASSINATURAS

Ano.....	Cr\$ 80,00
Semestre	Cr\$ 40,00
Número avulso.....	Cr\$ 10,00
Assinatura comercial, com direito a inclusão no indicador de firmas recomendadas	Cr\$ 500,00

Obs. — O pagamento das assinaturas de ano pode ser feito em 4 (quatro) prestações de Cr\$ 20,00 ou em 12 (doze) prestações mensais de Cr\$ 7,00.

COLABORAM NESTE NÚMERO:

Gen. Felício Lima
Cel. J. B. Magalhães
Cel. Niso Montezuma
Ten.-Cel. Adalardo Flalho
Ten.-Cel. Aluizio de Miranda Mendes
Ten.-Cel. A. Sette Ramalho
Ten.-Cel. Hermenegildo de O. Carneiro
Ten.-Cel. Irapuan Xavier Leal
Ten.-Cel. J. H. Garcia
Ten.-Cel. Paulo Eneas F. da Silva
Ten.-Cel. Riograndino da Costa e Silva
Maj. Gerardo Lemos do Amaral
Maj. João F. Moreira Couto
Maj. João Baptista Pelxoto
Maj. José Azevedo Silva
Maj. Nelson Mesquita Miranda
Maj. Origenes Soledade Lima
Cap. Achilles Galloti Kehrigh
Cap. Carlos Iracema Gomes
Cap. José Murilo B. Ramalho
Cap. Nilton Fretxinho
Cap. Oscar J. Bandeira de Melo
Cap. Tácito Teófilo
Sgt. Geraldino Maronês



EX-LIBRIS

É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos publicados nesta Revista, desde que seja citada a fonte.

Cr\$ 10,00

S. G. M. G.
IMPrensa MILITAR
Rio de Janeiro - 1964